UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FLÁVIO AUGUSTO LIRA NASCIMENTO

A LIMITAÇÃO À COOPERAÇÃO SECURITÁRIA SINO-RUSSA
NA ÁSIA CENTRAL DEVIDO AO NÃO GERENCIAMENTO
CONJUNTO DO FLUXO LOCAL DE HIDROCARBONETOS POR
MOSCOU E PEQUIM

São Paulo

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A LIMITAÇÃO À COOPERAÇÃO SECURITÁRIA SINO-RUSSA
NA ÁSIA CENTRAL DEVIDO AO NÃO GERENCIAMENTO
CONJUNTO DO FLUXO LOCAL DE HIDROCARBONETOS POR
MOSCOU E PEQUIM

FLÁVIO AUGUSTO LIRA NASCIMENTO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciências – Programa de Pós-Graduação em Relações em Internacionais

Orientadora: Profa Dra Janina Onuki

Versão 2 (com correções)

São Paulo

2015

AGRADECIMENTOS

À minha família: minha mãe, Margarida; meu pai, Flavio; e meu irmão, Peri. Obrigado por sempre me apoiarem nos meus projetos profissionais e de vida.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Janina Onuki, por sua experiência e sua colaboração durante o processo de pesquisa e de redação desta tese.

Ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, pela oportunidade de aqui realizar meu curso de doutorado.

Ao Marcos, por todo apoio e carinho.

Aos amigos Ana Elisa Barros, André Guzzi, Anselmo Takaki, Barbara Milano, Daniela Caetano, Gabrielle Araujo, Hector Cury, Helena Margarido, Kalinca Becker, Roberta Izzo, Vivian Hori, pelas necessárias distrações e diversões.

Aos colegas de campus e, ao mesmo tempo, amigos: Ana Costa, Gustavo Aggio, Rafael Balardim, Renatho Costa.

Aos colegas e funcionários do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, pelo suporte e pelo profissionalismo.

À Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, por financiar minha viagem de estudos ao Quirguistão.

À Coordenação Acadêmica e à Direção da Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento, por apoiarem minha pesquisa e me darem o apoio institucional que ela requereu.

Aos membros da banca de avaliação, professores Ângelo Segrillo, Rafael Villa, Reginaldo Nasser e Samuel Soares.

Aos meus alunos, por me ensinarem, dia após dia, o que a academia deve ser.

RESUMO

A Ásia Central tem sido, para a Federação Russa e a República Popular da China, uma zona de cooperação estratégica desde o fim da URSS em 1991. Desde então, desenvolve-se um regime de segurança que congrega, além das duas potências, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Acredita-se, porém, que a efetiva cooperação entre Moscou e Pequim é limitada nesta parte do globo devido ao não desenvolvimento de um regime energético (focado em hidrocarbonetos) que envolva todos os países da região e que seja encabeçado por Rússia e China. Para demonstrar isto, busca-se apresentar as diferentes posições internacionais e as percepções destes dois países no tocante aos hidrocarbonetos e às suas diferentes prioridades geopolíticas. Além disto, sugere-se, ao final do trabalho, que um eficaz desenvolvimento de uma cooperação forte e abrangente entre os dois países deve se basear em um regime securitário-energético regional que inclua a Ásia Central em uma lógica sino-russa de gerenciamento mútuo tanto da segurança quanto do fluxo de hidrocarbonetos.

Palavras-chave: Rússia, China, Ásia Central, Segurança, Hidrocarbonetos.

ABSTRACT

For both the Russian Federation and the People's Republic of China, Central Asia has been a zone of strategic cooperation since the demise of the USSR in 1991. From then on, a security regime that encompasses those powers as well as Kazakhstan, Kyrgyzstan, Tajikistan, Turkmenistan and Uzbekistan has developed. We believe, however, that effective cooperation between Moscow and Beijing is limited in this part of the globe due to the non-development of a (hydrocarbon-based) energy regime that includes all countries in the region led jointly by Russia and China. To demonstrate this argument we shall present the different international positions and perceptions of those two countries concerning hydrocarbons and their different geopolitical priorities. In addition, we suggest at the end of this study that the effective development of a strong and comprehensive cooperation between both countries must stem from a regional security-energy regime that includes Central Asia in a Sino-Russian logic of mutual management of both security and hydrocarbon flow.

Keywords: Russia, China, Central Asia, Security, Energy, Hydrocarbons.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIE: Agência Internacional de Energia

AzBTC: Azerbaijan Baku-Tbilisi-Ceyhan

AzSCP: Azerbaijan South Caucasus Pipeline

BP: British Petroleum

BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

BTC: Duto Baku-Tbilisi-Ceyhan

CEI: Comunidade dos Estados Independentes

CNODC: China National Oil and Gas Exploration and Development Corporation (Corporação Nacional de Exploração e de Desenvolvimento de Petróleo e de Gás da China)

CNPC: China National Petroleum Corporation (Corporação Nacional de Petróleo da China)

COCX: Carta da Organização para a Cooperação de Xangai

CPC: Caspian Pipeline Consortium (Consórcio do Oleoduto do Cáspio)

CPECC: China Petroleum Engineering and Construction Corporation (Corporação de Engenharia e Construção Petrolífera da China)

DOCX: Declaração da Organização para a Cooperação de Xangai

EER-2030: Estratégia Energética da Rússia até 2030

EPEN-2020: Estratégia e Política Energética Nacional 2020

ERAT: Estrutura Regional Antiterrorista

EUA: Estados Unidos da América

EurAsEc: Comunidade Econômica Eurasiática

FIE: Fórum Internacional de Energia

FPEG: Fórum dos Países Exportadores de Gás

GATT: General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral de Tarifas e Comércio)

GNL: gás natural liquefeito

GOGC: Georgian Oil and Gas Corporation (Corporação Georgiana de Petróleo e Gás)

IEE: Instituto de Estratégia Energética

INOATE: Interstate Oil and Gas Transportation in Europe (Programa de Transporte Interestatal de Petróleo e Gás Natural na Europa)

KMG: KazMunaiGas

KNG: KyrgyzNefteGaz

KNOC: Korea National Oil Corporation (Corporação Nacional de Petróleo da Coreia)

KOGAS: Korean Gas Corporation (Corporação Coreana de Gás)

KPC: Kyrgyz Petroleum Company (Empresa Quirguiz de Petróleo)

MIU: Movimento Islâmico do Uzbequistão

NICO: Naftiran Intertrade Company

OCDE: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OI: organização internacional

ONGC: Oil and Natural Gas Corporation (Corporação de Petróleo e Gás Natural)

OTSC: Organização do Tratado de Segurança Coletiva

PE: Política Externa

PERN Przyjazn SA: Przedsiębiorstwo Eksploatacji Rurociągów Naftowych (Empresa de Operação de Oleodutos)

PSA: production sharing agreement (acordo de partilha de produção)

RPC: República Popular da China

SI: Sistema Internacional

SOCAR: State Oil Company of Azerbaijan Republic/Azərbaycan Respublikası Dövlət Neft Şirkəti (Empresa Estatal de Petróleo da República do Azerbaijão)

TAPI: Duto Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia

TBVCA: Tratado de Boa-Vizinhança e Cooperação Amigável

TCO: Tengizchevroil

TPAO: Türkiye Petrolleri Anonim Ortaklığı (Corporação Turca de Petróleo)

TRACECA: Corredor de Transporte Europa-Cáucaso-Ásia

TSC: Tratado de Segurança Coletiva

UE: União Europeia

UNG: Uzbekneftegaz

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE SÍMBOLOS

bmc: bilhões de metros cúbicos

BOE: barris equivalentes de petróleo

bpd: barris de petróleo diários

Btu: British Thermal Unit

mm: milímetros

Mtm: milhões de toneladas métricas

Mtma: milhões de toneladas métricas anuais

TCE: toneladas métricas equivalentes de carvão

tep: toneladas métricas equivalentes de petróleo

tma: toneladas métricas anuais

Tmc: trilhões de metros cúbicos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Famílias linguísticas da Ásia Central.....	38
Figura 2. Jurisprudências islâmicas	39
Figura 3. Pluralidade étnica no Cáucaso	41
Figura 4. Federação Russa.....	51
Figura 5. Consumo de energia primário na Rússia em 2011	52
Figura 6. URSS: Produção total de petróleo.....	53
Figura 7. Geografia das reservas russas de petróleo	54
Figura 8. Produção e consumo de petróleo na Federação Russa	55
Figura 9. Federação Russa: importações e exportações de petróleo e derivados	55
Figura 10. Destinos principais das exportações de petróleo bruto e condensado da Rússia em 2012	56
Figura 11. URSS: produção de gás natural	58
Figura 12. Federação Russa: evolução da produção e do consumo de gás natural (bmc)	59
Figura 13. Destinos das exportações russas de gás natural, 2012.....	60
Figura 14. Transporte de energia na Eurásia	61
Figura 15. Federação Russa: produção e consumo de carvão	62
Figura 16. Federação Russa: importação e exportação de carvão	62
Figura 17. Produção e consumo totais de energia na RPC de 1991 a 2012 (TEC)	65
Figura 18. Maiores campos de petróleo da República Popular da China	66
Figura 19. Produção e consumo de petróleo bruto na RPC de 1991 a 2012 (TEC).....	67
Figura 20. Produção e consumo de carvão na RPC de 1991 a 2012	68
Figura 21. Produção e consumo de gás natural na RPC.....	70
Figura 22. Principais gasodutos e oleodutos da RPC	71
Figura 23. Ásia Central: produção total de petróleo bruto.....	77
Figura 24. Ásia Central: reservas comprovadas de petróleo bruto (bilhões de barris)	77
Figura 25. Ásia Central: participação de cada país na produção regional de petróleo bruto	78
Figura 26. Ásia Central: reservas comprovadas de gás natural por país	78
Figura 27. Ásia Central: produção total de gás natural seco (bmc)	79
Figura 28. Ásia Central: participação de cada país na produção regional de gás natural seco	79
Figura 29. Ásia Central: produção total de carvão mineral	80
Figura 30. Reservas totais de carvão recuperável na Ásia Central	80
Figura 31. Ásia Central: participação de cada país na produção regional de carvão mineral	81
Figura 32. Cazaquistão: produção e consumo totais de energia	82
Figura 33. Cazaquistão: produção e consumo totais de petróleo	83
Figura 34. Cazaquistão: importação e exportação de petróleo e derivados	84
Figura 35. Cazaquistão: produção e consumo de gás natural seco	85
Figura 36. Cazaquistão: importação e exportação de gás natural seco	86
Figura 37. Oleodutos e gasodutos que perpassam o Cazaquistão	87
Figura 38. Cazaquistão: produção, consumo, importação e exportação de carvão mineral	88
Figura 39. Quirguistão: produção e consumo totais de petróleo	89
Figura 40. Quirguistão: importação e exportação de petróleo e derivados.....	90
Figura 41. Quirguistão: produção, consumo e importação de gás natural seco	90
Figura 42. Quirguistão: produção, consumo, importação e exportação de carvão mineral	91
Figura 43. Tadjiquistão: produção e consumo totais de petróleo	92
Figura 44. Tadjiquistão: exportação de petróleo bruto e importação e exportação de derivados.....	93
Figura 45. Tadjiquistão: produção, consumo, importação e exportação de gás natural seco	94

Figura 46. Tadjiquistão: produção, consumo, importação e exportação de carvão mineral	95
Figura 47. Turcomenistão: produção e consumo totais de petróleo	96
Figura 48. Turcomenistão: importação e exportação de petróleo bruto e derivados	96
Figura 49. Turcomenistão: produção, consumo, importação e exportação de gás natural seco.....	97
Figura 50. Turcomenistão: importação e consumo total de carvão mineral.....	98
Figura 51. Uzbequistão: produção e consumo totais de petróleo	99
Figura 52. Uzbequistão: produção, consumo, importação e exportação de gás natural seco.....	100
Figura 53. Uzbequistão: produção, consumo, importação e exportação de carvão mineral.....	101
Figura 54. Ciclo vicioso do pouco desenvolvimento da infraestrutura da indústria de hidrocarbonetos na Ásia Central	104
Figura 55. Principais ferrovias que ligam a Europa à Ásia	106
Figura 56. Principais rodovias na macrorregião da Ásia Central e adjacências	107
Figura 57. gasodutos em operação e planejados na Ásia Central, no Cáucaso e no Oriente Médio .	108
Figura 58. Oleodutos em operação e planejados na Ásia Central e adjacências.....	111
Figura 59. Controle dos principais dutos na Europa Centro-Oriental e na Ásia Central.....	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Resumo dos artigos da Carta da Organização para a Cooperação de Xangai	36
Tabela 2. Catalisadores da cooperação em segurança entre Moscou e Pequim na Ásia Central	44
Tabela 3. Produção russa de petróleo por empresa em 2012	57
Tabela 4. Produção russa de gás natural por empresa em 2012	58
Tabela 5. Produção total de energia na RPC entre 1991 e 2012	63
Tabela 6. Consumo total de energia na RPC e sua composição entre 1991 e 2012	64
Tabela 7. Principais projetos de gasodutos na Ásia Central e adjacências	108
Tabela 8 Principais projetos de oleodutos da região da Ásia Central/Cáucaso	111
Tabela 9. Principais projetos de exploração de hidrocarbonetos no Cazaquistão	115
Tabela 10. Principais rotas de dutos e seus acionistas no Cazaquistão	116
Tabela 11. Principais empresas estrangeiras que operam com petróleo e gás natural no Turcomenistão*	121
Tabela 12. Empresas estrangeiras que operam com petróleo e gás natural no Uzbequistão*	123
Tabela 13. Projeção da demanda doméstica russa para os principais recursos energéticos até 2030	129
Tabela 14. Projeção da exportação russa de energia até 2030	130
Tabela 15. Participação dos países centro-asiáticos, da Rússia e da China nas principais iniciativas internacionais de energia	138
Tabela 16. Vinculação entre o regime de segurança e um regime energético para o surgimento de um regime securitário-energético liderado por Moscou e Pequim na Ásia Central	159

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. O DESENVOLVIMENTO DE UM REGIME DE SEGURANÇA SINO-RUSSO PARA A ÁSIA CENTRAL	22
1.1. O que são regimes internacionais	22
1.2. Relações de segurança sino-soviéticas durante a Guerra Fria e a época da transição .	27
1.2.1. A Organização do Tratado de Segurança Coletiva.....	29
1.3. A reaproximação sino-russa na área de segurança.....	31
1.4. Dos Cinco de Xangai à OCX	34
1.5. Crises locais de segurança e a busca de estabilidade política.....	37
1.5.1. A Questão Uigur.....	38
1.5.2. A Guerra da Tchetchênia	41
1.5.3. Catalisadores regionais da cooperação em segurança e defesa entre a RPC e a Federação Russa.....	44
2. PRODUÇÃO E CONSUMO DE HIDROCARBONETOS NA FEDERAÇÃO RUSSA E NA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	51
2.1. A Federação Russa e a indústria de hidrocarbonetos.....	51
2.1.1. O petróleo na Federação Russa	52
2.1.2. O gás natural na Federação Russa	58
2.1.3. O carvão mineral na Federação Russa.....	61
2.2. A República Popular da China e a indústria de hidrocarbonetos.....	63
2.2.1. O petróleo na República Popular da China.....	65
2.2.2. O carvão mineral na República Popular da China	68
2.2.3. Gás natural na República Popular da China	69
2.3. Considerações finais.....	72
3. PRODUÇÃO E CONSUMO DE HIDROCARBONETOS NOS PAÍSES DA ÁSIA CENTRAL	74
3.1. O desenvolvimento do “perfil energético” centro-asiático	74
3.2. Produção de hidrocarbonetos na Ásia Central	76
3.2.1. O Cazaquistão e os hidrocarbonetos	82
3.2.2. O Quirguistão e a indústria de hidrocarbonetos	88
3.2.3. O Tadjiquistão e a indústria de hidrocarbonetos.....	91
3.2.4. O Turcomenistão e a indústria de hidrocarbonetos.....	95
3.2.5. O Uzbequistão e a indústria de hidrocarbonetos	98
3.3. Considerações finais.....	101
4. EMPRESAS DE HIDROCARBONETOS E SUAS OPERAÇÕES NA ÁSIA CENTRAL: ROTAS, PROSPECÇÃO, PRODUÇÃO E ESCOAMENTO	103

4.1. O controle das rotas de fornecimento	103
4.2. Empresas estrangeiras e a exploração de hidrocarbonetos no Cazaquistão	114
4.3. Empresas estrangeiras e a exploração de hidrocarbonetos no Quirguistão	117
4.4. Empresas estrangeiras e a exploração de hidrocarbonetos no Tadjiquistão.....	119
4.5. Empresas estrangeiras e a exploração de hidrocarbonetos no Turcomenistão.....	121
4.6. Empresas estrangeiras e a exploração de hidrocarbonetos no Uzbequistão	123
4.7. Considerações finais.....	124
5. AS POSIÇÕES OFICIAIS DA FEDERAÇÃO RUSSA E DA RPC EM RELAÇÃO AOS HIDROCARBONETOS: POLÍTICAS ENERGÉTICAS, LEGISLAÇÕES INTERNAS E PARTICIPAÇÃO EM OIS	126
5.1. Política energética nacional da Federação Russa.....	126
5.2. Política energética nacional da República Popular da China	134
5.3. A diminuta cooperação energética regional e global entre a Federação Russa e a República Popular da China através das OIs	138
5.4. Considerações finais.....	145
6. AS LIMITAÇÕES IMPOSTAS PELO NÃO GERENCIAMENTO MÚTUO DE HIDROCARBONETOS À COOPERAÇÃO BILATERAL SINO-RUSSA NA ÁSIA CENTRAL 146	
6.1. Há, de fato, um regime de segurança na Ásia Central?	146
6.2. Quais as limitações da cooperação sino-russa na Ásia Central na área de segurança? ..	150
6.3. Há um regime energético na Ásia Central?.....	154
6.4. Como a cooperação sino-russa é afetada pelo não gerenciamento conjunto de hidrocarbonetos na Ásia Central?	156
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
8. REFERÊNCIAS	168
Anexo 1: Lista de líderes oficiais dos estados independentes de Cazaquistão, Federação Russa, Quirguistão, República Popular da China (RPC), Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão desde 1989	184
Anexo 2: Tabela de Conversão de Unidades	185
CONVERSÕES EQUIVALENTES DE MASSA	185
CONVERSÕES EQUIVALENTES DE VOLUME.....	185

INTRODUÇÃO

Durante séculos, a Ásia Central foi continuamente visada por diversos poderes. Rica cultural e socialmente e dotada de idiossincrasias que costumam fugir aos olhos dos que se preocupam com geopolítica das potências, ela foi – e segue sendo – adjetivada como uma das grandes regiões que um poder exitoso, ao dominá-la, utiliza para demonstrar sua preponderância na Eurásia. Desde o Império Mongol, a era dos canatos, a vigência do Império Russo e a União Soviética, a Ásia Central teve fronteiras sempre muito fluidas, as quais dificilmente obedeciam à lógica estatal que estamos atualmente acostumados a observar. Onde hoje se encontram os novos estados de Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão, passaram-se séculos de transformações de arranjos sociopolíticos, com o mais aludido sendo a derradeira mudança de um estilo de vida nômade para um urbanocêntrico, processo que se potencializou com o advento da URSS.

Além da “encruzilhada” civilizacional e, principalmente, de rotas comerciais representada pela Ásia Central – o que já poderia explicar a importância do seu efetivo controle por povos autóctones ou poderes externos –, dois fatores passaram a atrair a atenção de conquistadores para além de seu perfil de passagem: o potencial agrícola e, mais recentemente, o de produção e de passagem de hidrocarbonetos. O primeiro potencial foi largamente explorado durante o Império Russo e a União Soviética e, ainda hoje, constitui parcela importante das economias de boa parte dos cinco países mencionados. Já o segundo, embora tenha se iniciado desde os domínios de São Petersburgo, na vigência do Império Russo, assumiu real proeminência na URSS, quando tomou forma uma forte vinculação destes domínios, outrora periféricos, com Moscou. Ao mesmo tempo, sendo uma região de fronteira com países como Mongólia, China, Afeganistão e Irã, seu desenvolvimento em moldes soviéticos era a maneira mais eficiente de se garantir sua lealdade ao Kremlin.

Com o fim da URSS em 1991 e o surgimento de cinco novos estados na região, a *nomenklatura* que se formara no período soviético manteve, em sua maior parte, o controle sobre as estruturas herdadas¹. Localmente, porém, uma situação inédita se configurava: estes novos estados agora se encontravam nominalmente independentes e, com a diminuição do poderio russo no cenário internacional, estavam propensos a não adotar, necessariamente, um viés sempre pró-Moscou. Neste cenário, a ascensão da China e as intervenções cada vez mais ousadas de potências ocidentais no oeste da Ásia desde a Guerra do Golfo de 1990/91 apontavam para uma

¹ Cf. lista de líderes russos, chineses e centro-asiáticos desde 1989 no Anexo 1.

reconfiguração ainda não clara do alinhamento desta região com algum poder regional ou externo, traziam à baila a questão de se este alinhamento poderia ser em bloco ou individual a cada país e qual a influência real de potências não locais capazes de mudar as tradições (geo)políticas centro-asiáticas. Especificamente, a macrorregião que foi palco do Grande Jogo (ou Torneio das Sombras) protagonizado pelo Império Britânico e pelo Império Russo no Século XIX parecia agora representar uma incógnita acerca do seu papel perante a pretensa “nova ordem” que se iniciava.

O mundo pós-Guerra Fria tem sido objeto de constantes análises em todas as esferas da Ciências Sociais. Em Relações Internacionais, especificamente, o frenesi que se observava após a imediata queda da URSS deu espaço a visões tão variadas quanto um possível mundo unipolar, multipolar ou unimultipolar. Independentemente da nomenclatura utilizada, o sistema internacional, de fato, tem sido frequentemente subjugado a uma definição estática (mesmo que se tenha noção de sua mutabilidade) para um conforto demarcatório tão buscado pelos estudiosos de RI que, frequentemente, padecem de um complexo de “primo pobre” em relação à anterioridade de grande parte das Ciências Humanas e Sociais. Desta forma, maneiras tradicionais não apenas válidas, como altamente frutíferas, de se produzir conhecimento nas ciências “não duras” (História, Economia, Ciência Política, etc.) foram muitas vezes desconsideradas na academia de RI em prol de um objetivismo contumaz que acabava por negar a própria complexidade deste campo do conhecimento, a mesma que era tão utilizada como “prova” de seu *status* de área que se pretende tão especial e diferenciada. A rapidez e a emergencialidade às quais os estudos de caso de RI são submetidos devido ao constante afã por explicações, ao mesmo tempo, holísticas, simples e instantâneas, tendem a desvalorizar os elementos sociopolíticos que impregnam os fenômenos e que, se não considerados, empobrecem o raciocínio em prol de uma conclusão que se “encaixe” em expectativas simplificadoras. Desta forma, não apenas subsídios históricos são, frequentemente, deixados de lado, como, muitas vezes, o privilégio de empreendermos uma análise continuada que traga à tona o acúmulo de ações de determinados atores com o passar dos anos é desconsiderado.

O assim chamado “mundo pós-Guerra Fria” é um caso em questão, pois, a partir daí, tentou-se redefinir rapidamente não só o papel, mas a posição de cada tipo de ator no sistema internacional. No caso de análises estadocêntricas, esta pergunta poderia se estender desde quais seriam os novos líderes até se as ações dos estados continuariam, em essência, similares à percebida competição entre as duas superpotências no período da Guerra Fria. Os papéis desempenhados pela Federação Russa e pela República Popular da China são constantes tópicos de indagações a partir deste viés, mesmo que estes sejam aprofundados através de análises embasadas em preconcepções ocidentalistas. O que, muitas vezes, se espera de cada uma dessas

duas potências são padrões de comportamento que validem seu caráter “não ocidental” (ou, em um extremo, até mesmo “antiocidental”), pois o desenvolvimento de poderes que seguem uma possível lógica diversa da “normalidade” euro-americanocêntrica transmite desconfiança a líderes consagrados e, à sombra do (aberto ou escuso) conflito geopolítico global, leva pesquisadores – muitos, até mesmo, inadvertidamente – a enxergarem o comportamento de “potências em ascensão” como sempre suspeito. Quando se trata de uniões estratégicas, em especial, isto se potencializa, e a aliança em segurança que estudaremos neste trabalho entre China e Rússia é um importante exemplo. Tentaremos, portanto, sempre nos privarmos de adjetivações que não competem aos propósitos deste estudo e tomaremos China e Rússia como mais dois estados que agem da maneira como agem por estarem inseridas em um contexto internacional ora cooperativo, ora competitivo. Analisaremos dois elementos principais neste trabalho: a cooperação em segurança e a cooperação em energia entre estes dois países com um enfoque na Ásia Central.

Atualmente, as relações sino-russas têm sido vistas como constantemente mais fortes e propensas à cooperação. Após a cada vez maior aversão ocidental à política externa russa que se verifica desde a segunda metade dos anos 1990, a reaproximação entre Moscou e Pequim é frequentemente apresentada como uma “alternativa” e um contrapeso ao fortalecimento internacional norte-americano e europeu ocidental após o fim da Guerra Fria. Conforme veremos neste trabalho, a seguida institucionalização da segurança mútua entre China e Rússia, quase que concomitante ao afastamento estratégico que Moscou e o Ocidente passariam a ter, com vaivéns, desde meados dos anos 1990, apontava para uma cooperação autônoma e não dependente de uma lógica puramente ocidental. Neste âmbito, mais uma pretensa união se aventaria entre países “não centrais” e emergentes, com um início fortalecido após o abandono das hostilidades entre China e URSS justamente na volátil região da Ásia Central.

O comportamento político-estratégico da China tem ganhado mais atenção da academia devido ao seu grande crescimento econômico nas últimas décadas e à sua visão peculiar sobre as adaptações do seu próprio sistema político às condicionalidades internas e externas. No campo da segurança, as ações do estado chinês são geralmente vistas como extensões da sua política de crescimento (ou grande estratégia). Para a Ásia Central, isto se coloca de maneira mais enfática, pois quase toda a fronteira ocidental chinesa é composta de estados com grande potencial energético – o que seria um dos bastiões do crescimento da China – e, por outro lado, de potencial desestabilização devido à eventualidade de uma busca autodeterminista pelos povos autóctones. Nas obras analisadas, verifica-se a relação entre o controle chinês da Ásia Central e o fortalecimento do regime centralista de Pequim, tanto pela sustentação do crescimento econômico quanto pela diminuição das ameaças às suas fronteiras e dos riscos de secessão interna. O forte

comportamento político-social chinês é baseado na conquista e na manutenção do mianzi (prestígio) pela classe militar e política, como bem explicitado nos trabalhos já clássicos de Lu Hsun (1934) e Li Yutang (1935), que demonstram que a chave para a compreensão da psicologia social chinesa parte de tal noção singular de glória que permeia o comportamento nacional. Mais recentemente, Bond (2008) reafirma a importância deste tipo de conduta, a qual podemos estender para as ações políticas internas e externas por parte dos líderes em face de sua população.

A Rússia, por outro lado, encontrando-se em considerável decadência econômica e militar desde o fim da URSS, mudou seu comportamento geopolítico em meados dos anos 1990. Bóris Iéltsin, que em um primeiro momento celebrou a “reaproximação” russa com o Ocidente, mudou sua percepção com a desilusão advinda da constante desconfiança deste. Do lado europeu, isto foi percebido com a sucessiva mudança de atitude em relação à luta contra os novos e controversos regimes da região da ex-Iugoslávia (com Moscou passando de apoiador da “comunidade internacional”, no início da década, para sustentáculo sérvio em 1999, no Kosovo). Seu aparente “abandono” de ações favorecidas pelos ocidentais levou ao crescimento do Eurasianismo, ideologia não oficial que tem guiado a política externa russa desde meados dos anos 1990, como apresentado por Laruelle (2008). Já na Ásia Central, percebe-se que Moscou, desde a derrocada do regime socialista, jamais houvera liberado sobremaneira a região de seu controle estratégico, em especial por pressões vindas tanto das classes políticas centro-asiáticas quanto de estrategistas russos, o que se refletiria nas escolhas bilaterais e multilaterais ao se celebrar acordos e tratados. Já é lugar-comum que a eficiência das forças militares soviéticas ao fim da Guerra Fria devia em muito à ocidental (apesar das consideráveis tentativas de Gorbatchov para que, dentro das circunstâncias da crise que levaria à dissolução, isso fosse evitado). Contudo, após o início da Federação Russa, não seriam bem administradas as consequentes ameaças à sua integridade territorial. Pallin (2008) demonstra como a insurgência tchetchena deu um ímpeto necessário, embora pequeno, à modernização das forças armadas e à necessidade de se reavaliar a estratégia militar nacional. As lutas internas entre as diversas burocracias das três forças persistiram e o centralismo russo não foi capaz de resolvê-las. O pouco consenso que vigora sobre quais as principais ameaças à Federação é balizado pela consonância que existe em relação à Ásia Central e que o controle desta deve, aos olhos de militares e políticos situacionistas (ambos com grande influência dentro do Kremlin), ser sustentado.

A convergência dos interesses sino-russos na região é recente e é tratada, na literatura específica, mormente sob o viés energético. Militarmente, China e Rússia têm permanecido em estado de alerta desde a invasão do Afeganistão liderada pelos EUA em 2001 e após estes promoverem a intervenção das forças da OTAN na Ásia Central em 2003. Marketos (2009)

demonstra o comportamento da China na região através da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), concentrando-se no futuro da demanda chinesa por energia e na necessidade de estabilidade regional para assegurar seu crescimento interno. Tradicionalmente, isto aponta para as prioridades econômicas quando Pequim conduz suas ações no local. Desenvolvendo seu argumento a partir do surgimento e do desenvolvimento da aliança sino-russa, Lo (2008) aponta para uma relação historicamente instável, o que faz com que seja apressado afirmar que ambos os estados caminham em direção à completa assistência mútua, já que são preferencialmente guiados pelo oportunismo geopolítico, a mesma visão compartilhada por observadores recentes (CABESTAN et al., 2008).

No que tange à intervenção ocidental na Ásia Central, Olcott (2005) encoraja a promoção de valores democráticos e vê o pouco cultivo de laços inter-regionais como a razão para o surgimento da violência e do extremismo, o que é particularmente interessante, dado que é a mesma visão de autores que tentam explicar a frequente clausura política de Moscou para com o Ocidente (TRENIN, 2002; DONALDSON e NOGEE, 2005; TSYGANKOV, 2006). No que tange à China, a análise das relações bilaterais é frequentemente favorecida em relação às mais institucionalizadas (LU NING, 2000; SUTTER, 2006). Recentes trabalhos expressivos foram feitos sobre a política externa chinesa e as relações externas das províncias chinesas (CHEUNG e TANG, 2001; LIEW e WANG, 2004), ainda indicando o peso do controle estatal de Pequim sobre o arranjo político regional.

Todavia, não está claro o quanto Federação Russa e República Popular da China realmente cooperam pra além da área imediata de segurança. No escopo securitário, acreditamos que é mais fácil haver uma convergência de interesses, mas tópicos regionais potencialmente conflitantes não são tratados da mesma forma por ambos os países – como os hidrocarbonetos estudados neste trabalho – e não há a mesma tentativa de se criar um regime que os coordene por conta das diferentes aspirações regionais e globais destes estados. Desta maneira, põe-se em dúvida o quão cooperativas são as ações de Moscou e de Pequim na Ásia Central e, em consequência, no próprio sistema internacional, e o quanto elas realmente se refletem em uma nova polarização centrada na Ásia. Nossa hipótese, neste trabalho, é que, atualmente, a ausência de um gerenciamento energético regional mútuo promovido por Rússia e China limita a cooperação das mesmas na Ásia Central (geral e em segurança) e que, para que tal colaboração seja bem-sucedida, é necessário que ela se alie ao já existente regime de segurança regional encabeçado por ambas. Nosso objetivo, portanto, é demonstrar a relativamente forte colaboração securitária entre Rússia e China na Ásia Central (em comparação com algumas décadas atrás) e a fraca cooperação entre ambas em relação ao gerenciamento de hidrocarbonetos, pedra de toque para a atual importância geopolítica na

região, concentrando-nos nesta incongruência que pode, em um extremo, invalidar o êxito do atual regime de segurança local promovido por Moscou e por Pequim.

Este trabalho se configura em uma pesquisa qualitativa e um estudo de caso. Como tal, não há tentativa de se testar ou construir modelos teóricos, embora partamos, em especial, da noção de regimes internacionais de Krasner (1982), conforme discutiremos no primeiro e no último capítulo. Como pesquisa bibliográfica documental, nós nos utilizaremos de fontes primárias (documentos de cooperação bi- e multilateral e legislações internas) e secundárias, como obras bibliográficas, análises, notícias e alguns relatórios de conjuntura, de forma a operarmos com a análise de conteúdo, utilizando-nos do método histórico-analítico.

Especialmente em relação aos acordos internacionais apresentados, tentar-se-á condensar tais resultados em buscas de padrões, convergências ou tópicos implícitos. O enfoque da interpretação dos documentos será sempre político e, na maior parte das vezes, com ênfase no Estado como unidade de análise. Quanto ao “estudo de caso” abordado, este é, simplesmente, a cooperação entre a Federação Russa e a República Popular da China em segurança e energia na região da Ásia Central desde 1991. Como estudo de caso que é, sendo qualitativo, os dados quantitativos (números relacionados a produção, consumo, importação e exportação de hidrocarbonetos) servirão para esclarecer e contextualizar aspectos da questão investigada, não havendo tratamento estatístico sofisticado, conforme proposto por Godoy (1995).

Algumas premissas de exposição de conteúdo serão adotadas neste trabalho, as quais, apenas quando oportunamente, serão problematizadas: primeiro, o leitor perceberá que o enfoque é estadocêntrico, ainda que isto não signifique desconsideração dos demais atores, conforme veremos no Capítulo 1. Em segundo lugar, para fins de clareza e enfoque, as enormes peculiaridades de cada país centro-asiático (e mesmo da Rússia e da China) no âmbito sociopolítico frequentemente não serão aprofundadas, embora se lhes faça referência sempre que necessário – os fenômenos analisados serão, acima de tudo, as ações de política externa.

Na maior parte dos capítulos, faremos uma apresentação paralela em relação ao tópico abordado considerando, por um lado, China e, por outro, Rússia, para entendermos, gradativamente, a diferença da sua situação de 1) produção, consumo, exportação e importação de hidrocarbonetos; 2) gerenciamento do fluxo nacional e regional de hidrocarbonetos; 3) posicionamento geopolítico securitário (global e regional). Tudo isto para que, no fim, entendamos o porquê da convergência em uma região-foco (Ásia Central), ainda que, nos três tópicos apresentados anteriormente, suas situações e demandas atuais divirjam consideravelmente.

A decisão por nos concentrarmos em *hidrocarbonetos* (neste trabalho, especificamente, petróleo, carvão mineral e gás natural) como fonte energética, e não em outras modalidades, como a hidroeletricidade, a energia nuclear, eólica ou solar, liga-se a seis fatores:

- 1) são *limitados*, sendo, portanto, passíveis de maior conflito de interesse;
- 2) são estritamente *localizados geograficamente* antes da extração;
- 3) muito rapidamente, atraem interesse de atores internos e externos, diferentemente das outras modalidades;
- 4) podem e tendem a ser exportados mais facilmente por curtas, médias e longas distâncias devido tanto à sua natureza física – que facilita o traslado – quanto à constante existência de mercados interessados;
- 5) o *controle* sobre tais recursos tende a causar um impacto regional e global muito maior do que o praticado sobre outras fontes de energia (à exceção, talvez, da nuclear);
- 6) na Ásia Central, na Rússia e na China, estas são as origens preponderantes da energia consumida.

No primeiro capítulo, apresentaremos o atual regime de segurança promovido pela China e pela Rússia para a Ásia Central, precedido de uma discussão sobre o que são regimes internacionais desde uma perspectiva teórica. No segundo capítulo, exporemos a situação energética de China e Rússia, com ênfase nos hidrocarbonetos, focando-nos em produção, consumo, importação e exportação de petróleo, gás natural e carvão mineral. No terceiro capítulo, os mesmos recursos serão apresentados abarcando os cinco países da Ásia Central: Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. A proposta do segundo e do terceiro capítulos, largamente focados em tais números, não é apresentar uma análise estatística sofisticada, mas sim um panorama dos quatro elementos acima para cada país, a fim de que o leitor localize tais estados dentro do universo da oferta e da demanda regional e global dos hidrocarbonetos. No quarto capítulo, apresentaremos as principais empresas que atuam na indústria de hidrocarbonetos dos países da Ásia Central, demonstrando que a origem dos grandes projetos é, cada vez mais, russa e chinesa. No quinto capítulo, veremos como a Federação Russa e a República Popular da China lidam com os hidrocarbonetos nacional, regional e internacionalmente a partir de uma perspectiva legislativa e, principalmente, de estratégia nacional – e como a Ásia Central se encaixa neste planejamento. Por fim, no sexto capítulo, discutiremos nossa ideia de que o gerenciamento não conjunto de hidrocarbonetos por Moscou e por Pequim na Ásia Central impõe limitações a uma real cooperação local, deixando-a frágil ao não baseá-la no manejo de recursos estratégicos

limitados e potencialmente conflitantes. Neste mesmo capítulo, aventaremos a forma que tal cooperação poderia tomar para solidificar a ação de ambas as potências em um âmbito energético regional a partir do já existente regime de segurança promovido por ambas.

Este trabalho **não** se propõe a discutir o impacto dos preços das *commodities* nas quatro dimensões supracitadas (produção, consumo, importação e exportação), tampouco o quanto o valor delas afeta as considerações sobre o gerenciamento de hidrocarbonetos em um nível nacional e internacional. Reconhecemos a importância deste fenômeno e, quando oportuno, far-se-á menção ao impacto dos preços. Neste estudo, no entanto, partimos da premissa de que, atualmente, o controle sobre os insumos energéticos é fundamental para manter a independência de um estado e, no que pese a variação dos preços cobrados e pagos por eles e o resultante impacto na balança comercial (em especial na dos atores mais dependentes dessas indústrias, como é o caso da Rússia e de vários países centro-asiáticos), aqui utilizaremos o controle *per se* sobre recursos energéticos como importante para o êxito de um estado. Isto, basilarmente, corrobora a noção de que tais recursos estratégicos, conquanto essenciais, devem, *otimamente*, estar à disposição do estado que os almeja. Secundariamente, a eventual posse sobre os mesmos em quantidade suficiente também fornece espaço para que se aumente o controle regional e global sobre as relações de oferta/demanda, dando maior alavancagem ao ator em posição avantajada para definir as condições de troca (tampouco foco deste trabalho, embora encorajemos o leitor a ter isto em mente durante a leitura).

Alguns pontos importantes para comunicar a intenção do pesquisador com o leitor em relação a certos termos e expressões: primeiramente, quando nos referirmos à *Ásia Central* propriamente dita, esta diz respeito à nomenclatura da ONU para a região, visto que desejamos sempre ressaltar o seu caráter pós-soviético. Desta forma, ao falarmos dela, trataremos de Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão.

No tocante à “região” da Ásia Central, referimo-nos não apenas aos países supracitados, mas também, frequentemente, à Ásia Central “histórica”, ou seja, aquela que se liga a uma herança sociocultural comum e a um território contínuo e que envolve não apenas os cinco estados independentes, mas também a Região Autônoma Uigur de Xinjiang, na República Popular da China. Raramente incluiremos as regiões do norte do Paquistão e partes do Afeganistão, as quais possuem povos e línguas em comum com seus estados centro-asiáticos limítrofes, a não ser que isto seja explicitamente reiterado. Frise-se, para interesse dos que desejarem se aprofundar nas temáticas socioculturais locais, que mesmo esta divisão que optamos por adotar não é abrangente e necessariamente minuciosa, pois, ao nos aludirmos a uma herança “comum”, o Tadjiquistão, por

exemplo, figura como um país que, linguística e culturalmente, tem mais ligações com o Irã do que com os demais quatro estados da região.

Em terceiro lugar, quando nos referirmos à “macrorregião” da Ásia Central, incluiremos as duas áreas acima (países centro-asiáticos propriamente ditos e Região Autônoma Uigur de Xinjiang) e suas imediatas adjacências, com enfoque na Federação Russa e na República Popular da China, além de parcelas do Afeganistão, do Paquistão e também o Cáspio.

Nas fontes pesquisadas, encontrou-se muita variação nas unidades de medida em documentos europeus ocidentais, norte-americanos, russos e chineses. Sempre que possível, adotamos o Sistema Internacional de Unidades (SI). Para sua comodidade, o leitor encontrará, no Anexo 2, a tabela de conversão das unidades que constam neste trabalho.

Por fim, para os interessados em geopolítica energética, é importante relevar que não estamos considerando neste trabalho a importância do óleo e do gás de xisto, o qual poderá ter crescente importância na produção energética global nos anos vindouros. Isto devido ao fato de que, tanto na Ásia Central, quanto na China e na Rússia, sua produção ainda não é significativa. O atual aumento da produção de óleo e gás de xisto nos Estados Unidos, todavia, e o provável desenvolvimento desta indústria em outros países podem ter impacto significativo nas relações energéticas internacionais em um futuro não muito distante. Desta forma, sugerimos atenção a este elemento e encorajamos estudantes interessados em geopolítica e energia a acompanharem este novo fenômeno daqui em diante.

1. O DESENVOLVIMENTO DE UM REGIME DE SEGURANÇA SINO-RUSSO PARA A ÁSIA CENTRAL

Neste capítulo, apresentaremos a formação do atual regime de segurança na região da Ásia Central liderado pela Federação Russa e pela República Popular da China (RPC). Para tanto, primeiramente, determinaremos o que são regimes internacionais de acordo com a tipologia de Stephen D. Krasner e de autores que o auxiliaram em sua definição a partir da célebre edição do periódico *International Organization* de 1982 dedicado a este tópico e que inaugura, de forma coordenada, o tema na academia de Relações Internacionais. Em seguida, apresentaremos as relações bilaterais, com enfoque em segurança, entre a Federação Russa e a RPC a partir de um histórico do período da Guerra Fria e, mais demoradamente, desde a época da reaproximação pós-soviética. Logo depois, através da análise de acordos bilaterais oficiais, concentrar-nos-emos nos arranjos de segurança que surgiram no território da antiga URSS de forma a delinearmos um panorama local que, neste âmbito, envolve Rússia e/ou China e que acaba por desembocar, por um lado, na Organização do Tratado de Segurança Coletiva e, por outro, na Organização para a Cooperação de Xangai, esta última o ápice institucional da reaproximação sino-russa no pós-Guerra Fria. Também, demonstraremos de que maneira crises de segurança específicas na Eurásia (Questão Uigur e Guerra da Tchetchênia, internas à RPC e à Federação Russa, respectivamente, e outros conflitos externos a elas) impeliram a uma cooperação cada vez maior entre as duas potências. Tendo o nosso enfoque na macrorregião da Ásia Central, a ela sempre direcionaremos o nosso estudo, vendo-a como um dos poucos locais (senão o único) onde os interesses de segurança chinês e russo convergem. Desta maneira, desejamos deixar aberta a questão da existência de um regime de segurança voltado à Ásia Central (cujas respostas acreditamos ser positivas), discussão à qual retornaremos no último capítulo quando também trataremos da limitação imposta à cooperação bilateral sino-russa devido à não existência de um regime de colaboração energética entre ambos os países.

1.1. O que são regimes internacionais

Neste trabalho, utilizaremos a definição de regimes internacionais concebida por Stephen D. Krasner em seu artigo *Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables*²: “Regimes internacionais se definem como princípios, normas, regras e procedimentos

² *Causas estruturais e consequências de regimes: regimes como variáveis intervenientes* (Trad.).

de tomada de decisão ao redor dos quais as expectativas de atores convergem em uma determinada área-tópico” (KRASNER, 1982, p. 185, tradução nossa).

Ainda que acreditemos que o regime que vamos abarcar neste capítulo apresente, por ventura, um comportamento (e consequente impacto) semelhante ao de um ator no sistema internacional – demonstrando interesses, “preferências” por determinados cursos de ação e pressões contínuas sobre o Sistema Internacional (SI) para que seus objetivos sejam atingidos –, nós também o percebemos como uma manifestação das prioridades estabelecidas pelos estados que o compõem, em especial os mais poderosos.

Não desejamos desconsiderar a profundidade (e os inúmeros pontos de contenda) das discussões sobre regimes dentro da literatura de Relações Internacionais. Tópicos sempre questionáveis como “quem” são os responsáveis pelos regimes, de onde emana a ação e a vontade, a quem eles servem e sua eventual independência em relação aos atores e às dinâmicas que outrora os criaram podem sempre ser inseridos na apresentação de qualquer regime e, neste caso, não é diferente. Epistemologicamente, as problematizações de Haas (1982) delineiam de forma bem detalhada as divisões às quais o conceito de regimes internacionais é submetido nas academias de RI e de Ciência Política. Ainda que o autor não se baseie na análise wendtiana de construto social das priorizações dos atores do SI (naturalmente, dada a anterioridade de dez anos dos questionamentos do seu artigo em comparação com o texto construtivista de 1992³), é perceptível sua assunção de que as agendas de pesquisa dos vários grupos epistêmicos, por mais que pareçam conflitantes, podem ser, através de algum esforço interacadêmico, complementares – mesmo que não sintetizáveis, devido a diferenças oriundas da adoção de uma possível análise de viés normativo ou até mesmo devido a variações conceituais acerca da própria ontologia do poder (YOUNG, 1982, p. 296).

Ou seja, as várias “camadas” que compõem os regimes internacionais propriamente ditos e a análise dos mesmos não são, em nossa opinião, excludentes. Ao nos perguntarmos *quem* são os responsáveis pelo regime securitário que acreditamos estar atualmente em vigência na Ásia Central, a resposta será multinível, já que regimes inevitavelmente operam de forma múltipla: os *atores* válidos a serem considerados (e aqui excluimos a cansativa dicotomia “Estado ou não Estado” para definir atores relevantes) são aqueles que, de alguma forma, cooperam para que um regime seja viável e bem-sucedido – isto desde a ação minimamente voluntária dos atores envolvidos, por mais que possa haver algum grau de coação por parte de terceiros. Em um regime

³ Wendt, Alexander. **A anarquia é o que os estados fazem dela** (trad. de Rodrigo Duque Estrada). 1992. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD. Dourados, 2013.

internacional de segurança, por exemplo, haverá *indivíduos* interessados no seu sucesso (oficiais, líderes políticos e/ou sociais, empresários da indústria bélica), assim como as *organizações nacionais e transnacionais* com as quais estes se relacionam (ministérios, secretarias ou chancelarias, empresas e grupos empresariais), os *estados* que os contêm e as eventuais *organizações internacionais* que os mesmos geram. Por mais que estas últimas estruturas (organizações nacionais e transnacionais, estados e organizações internacionais) sejam, naturalmente, *compostas* de indivíduos em um nível elementar, o que nos importa é que, de fato, há uma *sinergia* entre estes vários atores localizados em diferentes níveis, nacionais e internacionais, o que corrobora para que um regime entre em vigor, subsista e, conforme tal sinergia não mais se fizer presente, deteriore-se.

Se, nesta análise, nós nos concentraremos no comportamento dos *estados*, entendemos e aceitamos estes entes como a grande abstração que são. Além disto, partilhamos da ideia de que a política externa das grandes potências tende a se basear em elementos internos e transnacionais que são consideravelmente elitistas (em relação à influência política), logo, tendentes à manutenção do status quo, não destoando da proposição de Strange (1982), que afirma que a análise de pretensos regimes deve primeiramente se pautar nos interesses mormente escusos dos estados e de seus representantes. De fato, embora a autora considere o estudo de regimes como algo inócuo e contraproducente para a academia de RI (praticamente um modismo) acreditamos que, ironicamente, ela muito contribui para que não nos esqueçamos que os interesses de poder desempenham um papel menos romântico de “integração” quando os fenômenos que denominamos regimes se constituem. Reiteramos, contudo, que, em nossa visão, há uma sinergia entre os vários atores e que, na política internacional, as ações *de fato* são encabeçadas – ainda que por procuração a seus representantes – pelos estados. Nosso finca-pé é o de que esta sinergia é real e sua agência, no SI, põe-se em prática pelos estados através de seus emissários.

Desta forma, a posição em que os estados (e, novamente, em especial as grandes potências) se encontram através da dinâmica de cooperação e competição no SI representa determinado patamar que não permite que o processo decisório, no nível das elites econômicas e da política interna, seja tão livremente conduzido, visto que comportamentos enraizados e compromissos assumidos previamente podem, caso não se siga um parâmetro minimamente previsível de desenvolvimento, impactar negativamente em como o poder de tais unidades políticas é percebido nacional e internacionalmente. Isto acabaria por pôr em risco um eventual destaque ou até mesmo alguma primazia buscada pelo estado e por grupos que o compõem, o que, por sua vez, pode afetar as próprias elites nacionais. Ainda que acreditemos que tais grupos – sejam novos ou tradicionais – causem, em sua busca por manutenção/ampliação de poder (econômico e/ou político), inflexões

e mudanças nas políticas externas dos estados que os abrigam, as ações de política externa (PE) se materializarão, no SI, através de ações concertadas promovidas por representantes através da adoção de políticas oficiais – o que resulta, por metonímia, em ações postas em prática pelos estados propriamente ditos. Portanto, ainda que mantenhamos nossa análise focada na unidade estatal, não diminuimos o peso das ações de atores nacionais e transnacionais mais “palpáveis” como empresas, sindicatos, organizações e, principalmente, grupos e indivíduos que os encabeçam (sustentando, aliás, a extrema importância de estudos que revelem as reais intenções e formas de agir destes atores no SI, já que seus ímpetos tendem a ser muito mais velados e sua sinergia muito menos explícita do que o resultado “observável” da política externa estatal tradicional, por si só já complexa). De fato, *porque* existem os intermediários que compõem tais entes (estados, organizações) que serão vistos como atores de fato (além de unidades de análise) é que os regimes existem. Uma simples dicotomia “posse-não posse” em relação a recursos limitados ou mesmo ao poder nos traria, novamente, à espera do jogo de soma zero, não dando espaço para a existência de regimes.

Buscando, primeiramente, evitar a pecha de adeptos de uma ou outra escola de Relações Internacionais, adotamos as seguintes premissas para a análise de regimes internacionais, que acreditamos serem complementares: 1) há interdependência entre os atores que compõem o regime, sejam ou não estados (ainda que nos concentremos nestes); 2) os regimes convergem ao redor de uma área temática específica e tendem a ser geograficamente delimitados; 3) não discutindo, neste estudo, a ontologia ou a finitude do poder dentro do SI, interessa-nos, por ora, que os atores estatais envolvidos em tais regimes o enxergam de maneira frequentemente tradicional (militarmente e através da posse de recursos essenciais limitados), adotando, conseqüentemente, ações largamente baseadas no jogo de soma zero. Conforme defende Haas (1982, p. 211), em um regime, nem a anarquia nem a hierarquia prevalecem e a autoajuda dificilmente se mantém entre as primeiras alternativas; Stein (1982, p. 304) sustenta que, se ele é adotado é porque, na perspectiva dos atores, um processo independente de tomada de decisão levaria a um resultado Pareto-deficiente.

Em um regime de segurança, a mesma definição básica de regimes apresentada no início do capítulo se aplica. Conforme argui Jervis (1982), deve-se, primeiramente, diferenciar um regime de uma mera cooperação. Como já apresentado, visto que não é simples calcular as reais intenções nem de (potenciais) inimigos nem de aliados, “há maior espaço para escolha, criatividade e instituições para moderar e regular o comportamento, e para produzir um regime” (JERVIS, 1982, p. 358). Ainda que os estados estejam eventualmente interligados primordialmente pela garantia de sua própria vantagem, a percepção compartilhada de que a busca do interesse próprio

(apenas) é potencialmente danosa é o primeiro ímpeto para o início de um regime. O surgimento de um regime de segurança, como o que apresentaremos a seguir, teve que superar grande desconfiança e animosidade. Desta forma, ainda conforme Jervis, “todos devem estar razoavelmente satisfeitos com o status quo e quaisquer alterações podem ser conseguidas sem recurso ao uso ou à ameaça de guerra ilimitada, quando comparados com os riscos e custos da competição menos moderada” (JERVIS, 1982, p. 360, tradução nossa). Como o conflito armado é visto como sendo de alto custo, ele representa uma possibilidade menos viável de resolver questões envolvendo *recursos limitados*, a não ser em uma situação absolutamente extrema. Portanto, como veremos adiante, ainda que, idealmente, Moscou e Pequim, através de suas classes políticas dirigentes, desejassem ter a liberdade de gerenciar, a seu bel-prazer, a produção e o trânsito de hidrocarbonetos na Ásia Central, baseando-se nas suas respectivas prioridades, deveria haver uma negociação (ainda que implícita) partindo dos seguintes patamares: o estado pacífico do qual ambas as potências gozam atualmente é desejável e ambos os países (além de, em larga escala, os estados da Ásia Central) têm planejamentos mais *complementares* do que conflitantes em relação à segurança.

Conforme exemplificaremos com o caso da segurança, um regime energético teria a mesma dinâmica, apenas com a mudança da área chave e, se tomado isoladamente, com uma menor “emergencialidade” comparativa. Se, por um lado, questões puramente técnicas podem ser tanto empecilhos quanto motivações ao pensarmos na formação de regimes energéticos, a sua uniformização é menos contenciosa – como, por exemplo, as normas técnicas para a mensuração de volume e de energia, as quais, muitas vezes, variam de país a país. No âmbito da energia, quando há grandes dificuldades nesta normatização (para além dos custos envolvidos em reeducação, conflitos com as comunidades científica e empresarial local, adoção de novos maquinários), isto diz respeito, novamente, aos elementos de segurança envolvidos – desde sua origem, por exemplo, as diferentes bitolas em ferrovias eram um elemento a mais que garantiria a segurança de um país que houvesse sido (ou estivesse prestes a ser) invadido, não permitindo a passagem fácil de trens de um lado para outro da fronteira. Logo, para que ocorra uma convergência internacional de interesses ao redor dos hidrocarbonetos em um nível *técnico*, isto é mais simples de se atingir do que convergências que envolvam segurança. Não há um verdadeiro regime energético em um nível global e sua construção, ainda que pareça desejável mesmo que para efeitos de meras normas técnicas, padece da inércia de governos e grupos regionais. Como afirmam Lesage et al. (2010), é a própria multipolaridade que se traveste tanto em oportunidade como em empecilho para o gerenciamento mútuo da energia, seja a partir de uma perspectiva técnica, seja política (multigovernamental).

A multipolaridade, portanto, é talvez a condição mais propícia para o surgimento de regimes internacionais, uma possibilidade não difícil de se aventar dadas as alternativas, como uma eventual unipolaridade – na qual a voluntariedade dos não hegemônias não seria de fato relevante – ou bipolaridade – que poderia originar regimes ao redor de várias áreas chave, mas de maneira frequentemente pendular e dificilmente espontânea entre terceiros estados. Veremos a seguir como se desenvolveu um regime de segurança para a Ásia Central liderado pela Rússia e pela China através de uma “bipolaridade imperfeita”, na qual um destes dois atores (China) possui cada vez mais poder em comparação ao outro (Rússia), desde o ápice do seu cisma até a grande reaproximação dos anos 2000.

1.2. Relações de segurança sino-soviéticas durante a Guerra Fria e a época da transição

A consolidação dos novos governos na Rússia, a partir de 1917, e na China, depois de 1949, fariam uso do apelo interno e internacional de renovação para que se solidificasse a legitimidade das novas lideranças. Com uma revolução mais antiga, a URSS, mais versada na contestação à ordem ocidentalizada do sistema internacional, com o tempo se arrogaria o papel “natural” de tal liderança alternativa, o que uma potência como a China – ainda que não tão internacionalista e com um lapso de mais de 30 anos entre a sua revolução e a Revolução Russa – não aceitaria de bom grado devido às patentes diferenças entre as demandas da aplicação de reformas em solo chinês e em solo russo. Com capacidade de resistir mais às ingerências do que as regiões menores da Ásia Central e da Europa Centro-Oriental, além de, em tempo, não se desentender sobremaneira com os EUA, Pequim se manteve relativamente livre da influência soviética durante boa parte da Guerra Fria.

Na URSS, após a euforia pós-revolucionária dos anos 1910 e 1920, o país adotaria, cada vez mais, um comportamento internacional realista clássico, ou seja, passaria a disputar e contrabalançar o poder de outros grandes estados no sistema internacional. Sabemos que, mesmo no ápice da Revolução Bolchevique, os líderes soviéticos tiveram que lidar com múltiplas frentes antirrevolucionárias e antirrusas no decorrer da Primeira Guerra Mundial, o que, efetivamente, fez com que um novo regime político já nascesse sendo obrigado a operar dentro da lógica do equilíbrio de poder. Com o passar dessas crises, portanto, o país se desenvolveu *internacionalmente* de maneira bastante similar às demais potências, seguindo os parâmetros do Jogo Europeu.

Justamente a importante lacuna temporal entre as Revoluções Russa e Chinesa é que pode explicar as diferentes maneiras de agir de Moscou e de Pequim durante a Guerra Fria. De 1917 a

1949, o mundo se rearranjou (de maneira simplificada) nos dois conhecidos blocos capitalista e socialista – no que pese a existência de *outliers* sociais-democratas ou socialistas fora destes eixos. Ou seja, antes mesmo que a República Popular da China surgisse como uma “alternativa” política na esfera internacional, a URSS já teria se firmado como o maior guia para a maioria dos países que viriam a adotar um regime avesso ao da comunidade euroatlântica – as maiores exceções, que viriam a contar com a China, eram a Albânia de Hoxha e a Somália de Siad Barre. Quando do fim da Guerra Fria, a forma taciturna chinesa de agir no sistema internacional já havia se desenvolvido durante as décadas do cisma sino-soviético, que se iniciaria mais claramente nos anos 1960.

Pode-se dizer que, já no governo Gorbatchov (1985-1991), a China reconsideraria mais facilmente a ligação com Rússia dada a facilidade generalizada de Pequim de adotar o pragmatismo político sem muitas contestações internas e externas. A reaproximação entre Deng Xiaoping e Mikhail Gorbatchov, embora não livre de desconfianças, resultou mais das iniciativas do líder soviético do que do chinês, em especial após as acirradas opiniões acerca da invasão do Afeganistão em 1979 e as tentativas de lá estabelecer um regime pró-Moscou. Além disto, a predisposição de Gorbatchov de encerrar, já em 1985, o conflito fronteiriço bilateral que havia atingido seu pico em 1969 (e que talvez representasse o maior ponto de contenda em segurança entre os dois países) marcaria o início de melhores relações.

A partir de então e com o surgimento da Federação Russa em 1991, verificar-se-ia uma importante guinada nas relações Moscou-Pequim. Com o fim da URSS, ambos os centros rapidamente optaram por serem amigáveis, por delimitarem fronteiras antes contestadas e por iniciarem uma série de acordos de cooperação bilateral nos mais diversos âmbitos. Hoje, já com o relativo distanciamento histórico de mais de duas décadas desde o fim da Guerra Fria, percebemos o importante momento de inflexão do começo dos anos 1990, o qual prenunciava a dianteira chinesa no continente asiático. Com tais parâmetros, dizemos que o poder de escolha era muito mais chinês do que russo a partir desta década (o conteúdo dos tratados fronteiriços deixa isto bem claro, visto que Pequim saiu como a maior receptora de concessões). Para Moscou, o que vemos é certa desorientação no momento de se adequar a sua nova fase política, tentando angariar aliados dos mais diversos em um tempo de dúvidas acerca do próprio poderio, e surgiram organizações internacionais (OIs) promovidas por Moscou para, justamente, rearranjar sua política externa mantendo algum controle sobre sua antiga área de influência, em especial em segurança e em defesa. Na Eurásia, são duas as grandes organizações deste tipo sob liderança não ocidental que abarcam o espaço pós-soviético: a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) e a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX). Trataremos de ambas a seguir e nos concentraremos mais demoradamente na segunda, por envolver Moscou e Pequim. Ainda,

acreditamos que a OTSC é uma importante manifestação pós-Guerra Fria de Moscou para manter viva parte da sua liderança eurasiática, com apenas moderado sucesso, o que pode, em parte, explicar o aumento do investimento russo na segunda organização.

1.2.1. A Organização do Tratado de Segurança Coletiva

Pouco após o fim da URSS, em 1992, o Tratado de Segurança Coletiva (TSC) seria assinado por Armênia, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão e Uzbequistão e, em 1993, o documento também seria firmado por Azerbaijão, Belarus e Geórgia. O TSC funcionaria como um documento de defesa mútua dos países da CEI, mas haveria, nos anos subsequentes, uma volatilidade considerável na associação dos membros – em 1999, o TSC não seria renovado por Azerbaijão, Geórgia e Uzbequistão, apesar deste último retornar em 2005 e voltar a sair em 2012 (ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE SEGURANÇA COLETIVA, [20--])⁴.

Em 2002, seria formada, pelos signatários, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), com sede em Moscou, que funcionaria como ente jurídico internacional, baseando-se no TSC de 1992. Como aliança militar, a OTSC defende que uma agressão a um país-membro será tratada como uma agressão a todos. Segundo a Carta da OTSC, assinada em Chisinau em 2002, seus princípios são:

Artigo 3

Os propósitos da Organização são fortalecer a paz e a segurança e a estabilidade internacional e regional e assegurar a defesa coletiva da independência, da integridade territorial e da soberania dos Estados membros, rumo às quais os Estados membros deverão priorizar medidas políticas (FEDERAÇÃO RUSSA, 2002, tradução nossa).

Daqui em diante, o documento elenca a intenção de cooperar com outras organizações internacionais de defesa e segurança (art. 4º), além do respeito à soberania dos países membros. Um elemento importante da Carta da OTSC é o mecanismo de consenso, em especial no tocante à cooperação militar com países não membros da organização, presente no artigo 7º, quando trata das áreas de atividade:

⁴ O Uzbequistão possui uma posição bastante pendular dentre as organizações que agem no espaço pós-soviético e mesmo em relação a alianças com países não regionais, conforme veremos adiante. O país também se uniria ao GUAM (grupo de cooperação composto por Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia) em 1999, mas sairia em 2005, mesma época em que retornaria à OTSC.

Para atingir os propósitos da Organização, os Estados membros devem tomar medidas conjuntas para organizar, dentro de seu escopo, um sistema de segurança coletiva eficiente, estabelecer a coalizão de grupamentos de forças (regionais) e os organismos administrativos correspondentes e criar uma infraestrutura militar, treinar pessoal militar e especialistas para as forças armadas e fornecer a estas últimas os armamentos e a tecnologia militar necessários.

Os Estados membros deverão adotar uma decisão sobre o estacionamento de grupamentos de forças em seus territórios e de instalações militares de Estados que não são membros da Organização após a celebração de consultas urgentes (chegando-se em um acordo) com outros Estados membros (FEDERAÇÃO RUSSA, 2002, tradução nossa)

Isto, de fato, dá a qualquer um dos países membros (e, para não nos utilizarmos de eufemismos, em especial à Rússia) a possibilidade de barrar a construção de bases militares de países não membros. Já no artigo 9º, delineiam-se as ameaças a serem combatidas pela Organização; além do crime transnacional relacionados ao tráfico de entorpecentes e migrações ilegais, elenca-se o terrorismo e o extremismo:

Os Estados membros devem coordenar e harmonizar seus esforços para combater o terrorismo e o extremismo internacionais, o tráfico ilícito de narcóticos, de substâncias psicotrópicas e de armas, o crime organizado transnacional, a migração ilegal e outras ameaças à segurança dos Estados membros. Os Estados membros deverão realizar atividades nestas áreas em forte cooperação com todos os Estados e organizações intergovernamentais interessados, acima de tudo sob os auspícios das Nações Unidas (FEDERAÇÃO RUSSA, 2002, tradução nossa).

Por fim, no seu artigo 10, a Carta da OTSC estabelece que:

Os Estados membros devem tomar medidas para desenvolver uma base legal/tratado que regerá o funcionamento do sistema de segurança coletiva e harmonizar a legislação nacional relacionada a questões de defesa, construção militar e segurança (FEDERAÇÃO RUSSA, 2002, tradução nossa).

A Organização é dividida em: a) Conselho de Segurança Coletiva (chefes de governo); b) Conselho de Ministros das Relações Exteriores; c) Conselho dos Ministros de Defesa; d) Comitê dos Secretários dos Conselhos de Segurança (art. 11), com todas as decisões de questões não procedimentais devendo ser adotadas por consenso. Os países membros da OTSC conduzem exercícios militares conjuntos anualmente com o intuito de coordenar questões de defesa e táticas entre os estados membros. Em 2007, a OTSC assinou um acordo com a OCX para cooperação em segurança e crimes transnacionais (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO DE XANGAI, 2007). No mesmo ano, acordou-se que a OTSC teria forças de manutenção da paz e, a partir de

2012, três exercícios militares conjuntos das forças de manutenção da paz seriam postos em prática (TASS, 2014).

Largamente sob liderança da Rússia, a OTSC conta com as dificuldades previsíveis de organizar todo o ex-espço soviético em seu escopo. Devido ao conflito de Nagorno-Karabakh, por exemplo, é irreal antever Azerbaijão e Armênia fazendo parte da organização, a não ser que a contenda seja resolvida de maneira aceitável para ambos, o que não parece ser algo próximo de acontecer. Já a atual crise na Crimeia decerto não é um atrativo para o corrente governo ucraniano cooperar com a organização, e a própria existência do GUAM (grupo de cooperação formado por Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia) é uma reação à polarização buscada pela Rússia (lembre-se, por exemplo, que Moscou reconhece os governos da Abkházia e da Ossétia do Sul, regiões separatistas outrora sob jurisdição da Geórgia). Os países bálticos, por sua vez, fazem parte da OTAN, impossibilitando, atualmente, a participação em ambas as alianças. É, portanto, limitado o âmbito de “reunião” de todo o território soviético em uma mesma associação de segurança, ainda mais com a pendularidade do Uzbequistão e a neutralidade do Turcomenistão⁵. Desta forma, a Federação Russa se volta cada vez mais à Ásia Central para assegurar a manutenção de sua influência, contando, para isso, com o auxílio chinês, conforme veremos adiante.

1.3. A reaproximação sino-russa na área de segurança

No contexto anteriormente apresentado, desenvolveram-se os novos canais de diálogo entre China e Rússia. Desde 1991, rapidamente se multiplicaram os acordos entre Moscou e Pequim. A questão fronteiriça seria resolvida em etapas e, dada a não mais existência de rusgas ideológicas, em um escopo no qual a Federação Russa adotava um novo arcabouço político-econômico e a China se tornava cada vez mais pragmática em sua política externa, emergiram com maior facilidade as reuniões bilaterais.

O mais simbólico de todos em relação à reaproximação, o Tratado de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável (TBVCA) foi assinado pelos dois países em julho de 2001, durante os governos de Jiang Zemin e Vladimir Putin, apresentando, de forma ampla, a base das relações

⁵ O Turcomenistão tem, desde a sua independência, procurado manter a neutralidade em diversos assuntos regionais e internacionais. Apesar de ter sido um dos membros fundadores da CEI em 1991, o país não ratificou o acordo de criação da mesma internamente. Fazendo parte da sua constituição, a neutralidade impede que o país participe de organizações de defesa; em relação à OCX, o país participa apenas como convidado (assim como a CEI e a ASEAN). Em 1995, as Nações Unidas reconheceram a Declaração Turcomena de Neutralidade Permanente (A/RES/50/80; disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/50/a50r080.htm>. Acessado em 08/12/2014).

formais entre os dois países de então em diante (por um período de 20 anos, continuamente renovável até que haja uma denúncia de uma das partes), contendo, em seu texto, menções claras ao compartilhamento de tecnologia, à cooperação energética e também militar. O primeiro artigo apresenta o tom de reconciliação que sublinha o restante do documento:

As partes contratantes desenvolverão relações de boa-vizinhança duradouras e abrangentes, de amizade, de cooperação, de parceria confiável e igualitária e de interação estratégica de acordo com os princípios e as normas geralmente reconhecidos do direito internacional, os princípios de respeito mútuo pela soberania e pela integridade territorial, pela não agressão mútua, pela não interferência nos assuntos alheios, pela igualdade e pelo benefício mútuo, e também pela coexistência pacífica (FEDERAÇÃO RUSSA, 2001a, tradução nossa).

O documento afirma, em seus artigos segundo e terceiro, que não haverá ingerência de um país nos assuntos do outro e que qualquer contenda será resolvida de maneira pacífica e sob a égide do direito internacional. O artigo quarto, por sua vez, é-nos relevante por não apenas reafirmar mutuamente a soberania alheia, como também por reforçar a soberania de ambos os países como imutável em uma perspectiva regional e global, o que será reproduzido nos documentos que veremos à frente.

Artigo 4

O lado russo apoia a política da parte chinesa em assuntos relacionados à proteção da unidade nacional e da integridade territorial da China. O lado chinês apoia a política da parte russa em assuntos relacionados à proteção da unidade nacional e da integridade territorial da Federação Russa (FEDERAÇÃO RUSSA, 2001a, tradução nossa).

Os artigos seguintes fazem menção a Taiwan como parte “inalienável” da China (com o respaldo oficial de Moscou), além de reafirmarem o compromisso de resolução de quaisquer questões fronteiriças. A cooperação militar, contudo, é finalmente inaugurada bilateralmente no artigo sétimo:

Artigo 7

As partes contratantes devem tomar medidas para construir confiança nos campos militares e de redução mútua de forças armadas nas áreas de fronteira com base em acordos existentes. As partes contratantes devem expandir e aprofundar medidas de construção de confiança na área militar com o propósito de fortalecer a segurança de cada um deles, fortalecendo a estabilidade regional e internacional.

As partes contratantes devem tentar assegurar sua própria segurança, baseando-se no princípio da suficiência razoável de armamentos e forças armadas.

A cooperação militar e técnico-militar entre as partes contratantes deve se basear em acordos relevantes e não se dirigir contra terceiros países (FEDERAÇÃO RUSSA, 2001a, tradução nossa).

No artigo 10, ambas as partes ressaltam que, a partir de então, deverá haver maior “cooperação estratégica” entre ambas as partes:

Artigo 10

As partes contratantes devem fortalecer uma parceria de confiança igualitária e uma interação estratégica, utilizando e melhorando o mecanismo de reuniões regulares em vários níveis, especialmente nos mais altos, o intercâmbio regular de visões e posições coordenadas sobre assuntos de relações bilaterais, além de assuntos internacionais de interesse mútuo importantes e atuais (FEDERAÇÃO RUSSA, 2001a, tradução nossa).

Interessando-nos sobremaneira para este trabalho, torna-se agora mais clara, no artigo 14, a visão *compartilhada* da importância estratégica das adjacências de ambos os países, o que inclui as Coreias, a Mongólia e a Ásia Central:

Artigo 14

As partes contratantes colaborarão completamente para o fortalecimento da estabilidade, a aprovação da atmosfera de compreensão mútua, confiança e cooperação em regiões adjacentes a seus territórios, além da promoção de esforços para construir mecanismos de cooperação multilateral de segurança e cooperação relevantes às suas realidades nestas áreas (FEDERAÇÃO RUSSA, 2001a, tradução nossa).

A cooperação em outras áreas é apresentada no artigo 16, incluindo aí transporte e energia. No tocante à segurança, todavia, o artigo 20 é o mais explícito de todos:

Artigo 20

As partes contratantes, de acordo com suas leis nacionais e suas obrigações internacionais particulares, estão cooperando ativamente na luta contra o **terrorismo, o separatismo e o extremismo**, assim como com a luta contra o crime organizado, o tráfico ilícito de drogas, substâncias psicotrópicas, armas e outras atividades criminosas. As partes contratantes deverão cooperar na luta contra a migração ilegal, inclusive o movimento ilegal de pessoas em seu território (FEDERAÇÃO RUSSA, 2001a, tradução nossa, grifo nosso).

Coincidentemente, o TBVCA seria assinado em 16 de julho de 2001, menos de dois meses antes dos atentados terroristas do 11 de Setembro contra os EUA, mas já trazendo, em seu artigo 20, o que se tornariam, em breve, palavras exaustivamente utilizadas após a comoção internacional que acompanharia esse acontecimento. Veremos neste capítulo que tanto a Federação Russa quanto a RPC tinham razões de sobra para condenar os três elementos acima (terrorismo,

separatismo e extremismo), as quais iriam além das disputas territoriais que assolaram os países durante a Guerra Fria. Concomitantemente ao TBVCA, institucionalizava-se um outro grupo que reuniria, sob um arranjo estratégico multilateral, não apenas Rússia e China, mas também países da Ásia Central em um diálogo crescentemente securitário, conforme veremos adiante.

1.4. Dos Cinco de Xangai à OCX

Alguns anos antes da assinatura do TBVCA, surgia, em 1996, o grupo Cinco de Xangai. O nome é uma alusão aos signatários do Tratado sobre o Aprofundamento da Confiança Militar em Regiões de Fronteira (Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, China e Rússia) naquele ano, documento que buscava oficializar a cooperação e a não inimizade fronteiriça entre os estados da região. Seguiriam-se a isto reuniões anuais entre os signatários. Em 1997, o Tratado de Redução de Forças Militares em Regiões de Fronteira de 1997 era assinado pelos mesmos membros (PAN GUANG, 2007). O que se percebe, a partir daí, é o início de uma cooperação para o resguardo de fronteiras individuais e regionais (Ásia Central mais China e Rússia) de forma gradativamente mais coordenada, além da coibição de ameaças transnacionais, sobretudo em um contexto de solução definitiva dos impasses limítrofes.

Vemos, desta forma, que a criação de um novo regime centro-asiático de segurança se dava em um crescendo desde o fim da URSS, primeiramente com a reaproximação, na primeira metade da década de 1990, de Rússia e China e, subsequentemente, com a incorporação dos países centro-asiáticos à política mútua de boa vizinhança entre as duas potências. Em uma nova reunião em Xangai em 2001, após a entrada do Uzbequistão neste arranjo, o grupo se transforma nos Seis de Xangai, e a assinatura, no mesmo ano, da Declaração da Organização para a Cooperação de Xangai (DOCX) inaugura a entidade homônima. Como vimos no subcapítulo anterior, em julho, um mês após a assinatura desta declaração, seria assinado o TBVCA entre a República Popular da China e a Federação Russa, indicando a coordenação e a complementaridade da reaproximação sino-russa e a concomitante inclusão centro-asiática nesta empreitada conduzida por Moscou e Pequim.

A DOCX define como seus objetivos, no artigo 2º:

Os objetivos da OCX são: fortalecer a confiança mútua, a amizade e a boa vizinhança entre os estados partes; promover, entre si, uma efetiva cooperação política, comercial, econômica, científica, tecnológica, cultural, educacional, energética, de transporte, ambiental e em outras áreas; esforços conjuntos para manter e assegurar a paz, a segurança e a estabilidade na região, além de uma nova ordem internacional política e econômica que seja democrática, justa e racional (FEDERAÇÃO RUSSA, 2001b, tradução nossa).

Localizando o documento sob a égide do Direito Internacional codificado, o artigo quinto ressalta não apenas o respeito mútuo à soberania dos países membros e a solução de controvérsias por vias pacíficas, como também o respeito à carta da ONU:

Os Estados participantes da Organização para a Cooperação de Xangai aderem firmemente às propostas e aos princípios da Carta das Nações Unidas, aos princípios de respeito mútuo por independência, soberania e integridade territorial, igualdade e benefício mútuo, à resolução de todas as questões através de consultas mútuas, à não interferência em assuntos internos, à não utilização da força ou ameaça de utilização da força, à renúncia à superioridade militar unilateral em áreas adjacentes (FEDERAÇÃO RUSSA, 2001b, tradução nossa).

Faz-se referência, no artigo sexto, às bases de construção mútua de confiança militar que selaram a reaproximação:

A Organização para a Cooperação de Xangai se formou com base em acordos de medidas de construção de confiança no campo militar e redução mútua de forças armadas na área fronteiriça que foram assinados, respectivamente, em Xangai e em Moscou em 1996 e 1997. A cooperação dentro de tal escopo já está em curso nas esferas política, econômico-comercial, cultural, técnico-científica, dentre outras. Os princípios incorporados nos acordos supracitados definem a base das relações entre os estados participantes da Organização para a Cooperação de Xangai (FEDERAÇÃO RUSSA, 2001b, tradução nossa).

O artigo oitavo, por sua vez, faz menção aos três elementos que destacamos no TBVCA, quais sejam, o terrorismo, o separatismo e o extremismo:

A Organização para a Cooperação de Xangai confere prioridade à segurança regional e tomará todas as medidas necessárias para assegurá-la. Os Estados participantes trabalharão de forma conjunta para implementar a Convenção de Xangai de Combate ao Terrorismo, ao Separatismo e ao Extremismo, inclusive através do estabelecimento da Estrutura Regional Antiterrorista da Organização para a Cooperação de Xangai sediada em Bishkek. Além disto, desenvolver-se-ão acordos multilaterais relevantes de cooperação para coibir o tráfico ilícito de armas e drogas, a migração ilegal e outras atividades criminosas (FEDERAÇÃO RUSSA, 2001b, tradução nossa).

Por fim, a DOCX, tendo embasado o conteúdo dos artigos até agora apresentados com referência à estabilidade regional e à Carta da ONU, explicita, em seu artigo 10, o que viria a ser a “função” da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) dentro do sistema internacional.

Os estados partes da Organização para a Cooperação de Xangai fortalecerão os mecanismos de consulta e a ação coordenada em assuntos regionais e problemas internacionais; fornecerão apoio mútuo e desenvolverão uma cooperação próxima em relação a grandes questões internacionais e regionais; promoverão, conjuntamente, a paz e a estabilidade na região e ao redor do mundo, baseando-se no fato de que manter o equilíbrio estratégico global e a estabilidade na atual conjuntura internacional é de particular importância (FEDERAÇÃO RUSSA, 2001b, tradução nossa).

A DOCX seria a precursora da Carta da Organização para a Cooperação de Xangai (COCX) que seria assinada em 2002 em São Petersburgo. O teor da Carta, como se pode antever, deriva das prioridades e missões elencadas na DOCX e, desta forma, resumimos seus artigos abaixo (Tabela 1):

Tabela 1. Resumo dos artigos da Carta da Organização para a Cooperação de Xangai

Artigo	Resumo
Art. 1º	Metas e atividades: estabilidade regional, proteção contra o terrorismo, o separatismo e o extremismo, demais tipos de ilícitos transnacionais. Promoção do desenvolvimento humano, econômico e ambiental.
Art. 2º	Princípios: igualdade dos estados membros dentro da organização, respeito mútuo à soberania, à independência, à integridade territorial e à inviolabilidade das fronteiras estatais, além da busca de soluções pacíficas para os desentendimentos. Não haverá busca de superioridade militar nas áreas adjacentes. A OCX não será utilizada contra terceiros estados e organizações.
Art. 3º	Áreas de cooperação: manutenção da paz e melhoria da segurança e na confiança regional. Busca de pontos comuns entre os membros para fortalecer a posição dos mesmos em OIs. Desenvolvimento e implementação de medidas contra o terrorismo, o separatismo e o extremismo e outros ilícitos, além da promoção do desarmamento e do controle de armas. Maior integração econômica, ambiental, tecnológica, científica, turística, sanitária, desportiva, de trânsito e de energia.
Art. 4º	Organismos: A OCX será dividida em: - Conselho de Chefes de Estado; - Conselho de Chefes de Governo (premiêi) - Conselho de Ministros das Relações Exteriores - Encontros dos Chefes de Ministérios e/ou Agências - Conselho de Coordenadores Nacionais - Estrutura Regional Antiterrorista - Secretariado
Art. 5º a 9º	Delineiam as competências de cada um dos órgãos da OCX e o funcionamento das reuniões.
Art. 10	Estrutura Regional Antiterrorista (ERAT): A ERAT é localizada em Bishkek (Quirguistão), a Estrutura Regional Antiterrorista será um dos elementos da OCX e será regida por um tratado próprio a ser firmado pelos estados membros ⁶ .

⁶ No fim das contas, a ERAT acabou sendo instalada em Tashkent, no Uzbequistão.

Artigo	Resumo
Art. 11 a 15	Apresentam as funções do secretariado e as formas de financiamento através das contribuições de cada país, além do tratamento dos membros e os critérios para associação e desligamento.
Art. 16 e 17	Processo decisório e implementação das decisões: as decisões adotadas serão, na maioria dos casos, através de consenso (a não ser quando da deliberação sobre expulsão de um membro) e a implementação delas será acompanhada pelos órgãos competentes.
Art. 18 a 26	Expõem condições sobre os representantes permanentes, privilégios e imunidades diplomáticas, línguas oficiais (chinês e russo), duração da Carta (indefinida), resolução de disputas (através de consultas e negociações), emenda e adendos aos documentos, reservas, estado depositário (RPC) e registro perante o Secretariado das Nações Unidas.

Fonte: elaboração própria, com dados da COCX (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO DE XANGAI, 2002).

Conforme percebemos, a Carta possui um escopo amplo, mas os seus elementos mais contundentes são voltados à segurança e à defesa, novamente mencionando os “três males” que a OCX deverá combater (separatismo, terrorismo e extremismo). Percebemos que tanto a DOCX quanto a COCX respaldam todas as suas ações enumerando temas praticamente unânimes dentro do próprio núcleo duro do sistema ONU – referimo-nos, aqui, ao Conselho de Segurança. Ou seja, a manutenção da soberania, da integridade territorial e a luta contra o separatismo, o terrorismo e o extremismo são lugar-comum entre as discussões oficiais das grandes potências globais. Isto torna qualquer artigo da DOCX e da COCX muito difícil de se questionar; muito menos de se denunciar.

A criação da OCX, com sede em Pequim, por solidificar uma parceria mais óbvia entre a Federação Russa e a RPC (o que, nas relações internacionais, é relativamente novo), poderia sinalizar uma imprevisibilidade do comportamento das duas potências através de um impacto incerto de um eventual fortalecimento institucional. Todavia, as preocupações mundiais que adviriam com o 11 de Setembro tornariam, de fato, inviável qualquer condenação ou mesmo uma “suspeita oficializada” em relação à OCX, visto que o início da assim chamada Guerra Global ao Terror congregaria, de forma oportuna, todas as grandes potências, implícita ou explicitamente, em torno desta campanha, tanto pelo proveito particular de tratar dos próprios problemas internos (como veremos no próximo subtítulo) quanto pela dificuldade de censurar, no discurso, as operações concertadas naquele momento.

1.5. Crises locais de segurança e a busca de estabilidade política

No caso centro-asiático, há, também, uma convergência predominante entre os idiomas túrquicos locais e a adoção da religião muçulmana, em especial o hanafismo sunita. Vemos, no mapa abaixo (Fig. 2), a preponderância de cada jurisprudência islâmica e como a Ásia Central se encontra, em sua maioria, ligada ao hanafismo. Perceba-se, aqui, a vinculação entre o que hoje compõe o território túrquico da Ásia Central e parcelas da Federação Russa e da República Popular da China.

Figura 2. Jurisprudências islâmicas
Disponível em Lost Islamic History ([20--]).

Ao notarmos que há uma convergência linguístico-religiosa entre essas regiões que antecede a existência contemporânea dos estados nacionais, deparamo-nos com uma divisão territorial arbitrária (desde uma perspectiva cultural centro-asiática) através de fronteiras impostas por poderes vizinhos; quando do seu redesenho final em fronteiras como as conhecemos hoje, colocou-se certas divisões ao mencionado *continuum* cultural.

Cuidando para não simplificar a variedade de povos, línguas e costumes que a região abriga, devemos, todavia, notar que, culturalmente, a identificação mais “natural” desses povos (cazaques, quirguizes, turcomenos, uigures, uzbeques, etc.) não seria com São Petersburgo/Moscou ou Pequim, e sim, *pontecialmente*, uns com os outros. É este pensamento de identificação mútua que, se materializado, poderia levar ao questionamento das fronteiras atualmente estabelecidas.

Os uigures são um dos povos túrquicos centro-asiáticos e habitam, majoritariamente, a província de Xinjiang, na República Popular da China. Embora seu conflito com membros da etnia han (majoritária na RPC) se desenrole já há alguns séculos, foi, em tempos recentes, entre a

Revolução Russa e a Revolução Cultural, que ele se exacerbou. Após a vitória bolchevique, a região ensaiaria dois estados independentes: a Primeira República do Turquestão Oriental (1933-4) e a Segunda República do Turquestão Oriental (1944-9), esta última apoiada pela URSS. Com a vitória das forças maoístas e o estabelecimento da RPC, o movimento seria largamente suprimido, mas seguiria fortemente apoiado pela URSS, que se utilizaria de propaganda e financiamento aos rebeldes uigures na época do esfriamento das relações entre Moscou e Pequim. As décadas de 1960, 1970 e 1980 foram particularmente inquietas em Xinjiang, em especial devido ao massivo influxo de chineses da etnia han, visto por muitos locais como uma maneira de guinar a balança demográfica da região.

Mais conflitos se seguiriam nos anos 1990, como os de Ghulja e os de Ürümqi em 1997. Porém, dois pontos mudam o conflito substancialmente nos anos 1990 e nos anos 2000: primeiro, com a queda da URSS e a reaproximação sino-russa, não havia mais o apoio de Moscou aos separatistas uigures e, desta forma, Pequim não contava com um estado antagonista, na sua fronteira, atentando contra sua integridade territorial; em segundo lugar, a partir dos atentados terroristas contra os EUA em setembro de 2001, Pequim passou a cada vez mais “respaldar” o seu combate ao separatismo local aliando o Movimento Islâmico do Turquestão Oriental ao terrorismo extremista. Diversas prisões, perseguições e atentados se seguiriam nos anos seguintes e a forma oficial de Pequim de embasar a supressão ao movimento seria ligando-o, cada vez mais, ao extremismo, ao separatismo e, para usar o termo mais corrente a partir do 11 de Setembro, ao terrorismo.

Já sabemos por que Moscou não mais apoiava os rebeldes uigures e, para todos os efeitos, isto faria com que os vários movimentos de liberação locais buscassem outras alianças, como o Tehrik-i-Taliban do Paquistão, o Movimento Islâmico do Uzbequistão e a Al-Qaeda. Aqui, verifica-se uma mudança substantiva no caráter do conflito separatista uigur, que passa cada vez mais a ser tratado como religioso extremista e cada vez menos como de autodeterminação nacional. O descrédito moral ao separatismo uigur por parte de Pequim se torna mais fácil devido à propagação da islamofobia, mesmo institucionalizada, a partir de 2001. O Movimento Islâmico do Turquestão Ocidental, o primeiro abertamente religioso destes agrupamentos, surgido em 1997, segue classificado como terrorista não apenas na China como também em países ocidentais. Note-se que, apesar de ter havido um recrudescimento do antagonismo entre os separatistas e Pequim desde o fim dos anos 1990 e um aumento do simbolismo secessionista através da parcial inclusão de um ideário religioso, isto também deu à China maior liberdade, interna e internacional, de condenar estes movimentos contrários à sua integridade territorial.

Para a China, portanto, o respaldo às ações antisseparatistas em Xinjiang está garantido, desde uma perspectiva internacional, através: 1) do fim do apoio de Moscou a qualquer tentativa uigur de autodeterminação nacional a partir da reaproximação do governo Gorbatchov; 2) da condenação global ao terrorismo e ao extremismo após 2001; 3) da uníssona priorização dos “três males” a serem enfrentados pela OCX, primeira grande OI capitaneada por China e Rússia voltada à segurança regional.

Reiteremos, aqui, um ponto importante: Xinjiang figura entre as maiores regiões produtoras de gás natural na RPC, contendo, também, grandes reservas de petróleo na Bacia do Tarim. Além disto, é a província que possui maior fronteira com a Ásia Central (a outra, com uma fronteira bem menor, é o Tibet), por onde passam as linhas do gasoduto Ásia Central-China, cujo fornecimento é direcionado à província da RPC para, daí, unir-se à produção interna e ser escoado para o restante da China. Além da perceptível ameaça territorial no caso das eventuais revoltas uigures, a China tem, através do controle de Xinjiang, a segurança do fornecimento energético tanto interno quanto regional.

1.5.2. A Guerra da Tchetchênia

Assim como ressaltamos durante a apresentação do conflito de Xinjiang, é interessante considerarmos, momentaneamente, o Cáucaso, onde se encontra a Tchetchênia, através de uma divisão etnocultural e não apenas política. Vemos, no mapa a seguir (Fig. 3), os grupos caucasianos dominantes, em uma região frequentemente associada a uma grande diversidade cultural, linguística e religiosa.

Figura 3. Pluralidade étnica no Cáucaso
Fonte: Human and Social Dynamics (2010).

A Tchetchênia já havia historicamente se deparado com invasões e conflitos de forças vizinhas ou distantes de maneira intermitente. Foi a partir da segunda metade do século XVIII, porém, que os crescentes interesses de São Petersburgo no Cáucaso levariam ao desenvolvimento do conflito russo-tchetcheno, o qual, com altos e baixos, dura até hoje. A vitória imperial em 1862 iniciaria o domínio que seria temporariamente quebrado com o advento da guerra civil russa que precederia a vitória bolchevique; após isto, porém, a região entraria para a URSS. Alguns conflitos nos anos 1950 e 1960 seriam verificados, mas a então República Socialista Soviética Autônoma da Tchetchênia-Inguchétia ficaria largamente pacificada durante a Guerra Fria.

Perto do fim da URSS, porém, o conflito é retomado (setembro de 1991), quando forças leais ao general tchetcheno Djokhar Dudayev passaram a impedir que o governo aliado de Moscou permanecesse em suas funções (quando este já era, além disto, bastante rechaçado pela própria população tchetchena). As subsequentes eleições de novembro de 1991 dariam a vitória a Dudayev, com a consequente separação da Tchetchênia e da Inguchétia (esta última se aliaria à Federação Russa). Em 1992, viria a Declaração de Independência da recém-formada República Tchetchena da Itchquéria (PAYIN e POPOV, 1996).

As forças da Federação Russa não conseguiriam retomar o controle sobre a região durante a guerra civil que duraria entre 1994 e 1996, tanto pelos esforços das forças leais a Dudayev quanto pela grande desmoralização da guerra perante a opinião pública nacional e as próprias forças armadas russas, não capacitadas para este tipo de conflito. O Acordo de Khasavyurt, assinado em 1996, selaria o fim da Primeira Guerra da Tchetchênia (KRAMER, 2004).

Lembre-mos, porém, que, a partir de 1996, começariam as tratativas dos Cinco de Xangai, os quais evoluiriam gradativamente para o surgimento da OCX. Ou seja, paralelamente à “trégua” do entreguerras tchetcheno, Moscou estaria negociando, em um nível regional, um embasamento securitário que, dentre outros pontos, ressaltaria a importância da integridade territorial.

Em 1999, após a invasão do Daguestão pela Brigada Internacional Islâmica de Manutenção da Paz, estacionada na Tchetchênia, a Federação Russa lançaria uma nova ofensiva contra os grupos rebeldes do Cáucaso e retomaria, em 2000, o controle sobre toda a região, inclusive sobre a Tchetchênia, no ano seguinte. Embora, a partir de então, o controle sobre a região por Moscou não tenha sempre sido suave, a região está efetivamente sob domínio federal. Os efeitos colaterais deste controle para a Rússia têm sido não só o desassossego de movimentos separatistas locais como os eventuais ataques terroristas na Federação, como o ocorrido em Moscou em 2002 (Teatro Dubrovka) e em Beslan em 2004. Atualmente, todavia, os principais líderes secessionistas ou já

faleceram ou não estão mais envolvidos em reivindicações de independência, o que enfraqueceu o movimento pró-Itchquéria.

Trabalhamos com o conflito no Cáucaso por duas razões: securitária e energética. Para Moscou, esta foi a sua mais complicada situação de segurança interna desde o fim da URSS. Após a massiva perda de territórios na Europa Oriental, no Báltico, no Cáucaso e na Ásia Central (eventos que, todavia, não somente seriam difíceis de se evitar, como, por outro lado, “livrariam” a sobrecarregada administração federal de sustentar tais regiões), uma autodeclarada independência através de forças *rebeldes* abertamente contrárias ao poder de Moscou significaria um baque ainda maior ao governo Iéltsin.

Em segundo lugar, acreditamos que a região do Cáucaso Norte, responsável pela produção de 64 mil bpd de petróleo e 28,3 milhões de metros cúbicos de gás natural (EIA, 2013a) e, principalmente, pelo importante trânsito dentro da Federação e em direção a mercados externos, pode ter intensificado os planos russos oficiais de manter esta área a qualquer custo, no que pesasse a condenação do conflito tanto pela população russa quanto pelas forças armadas do país. Perceba-se que, diferentemente do que aconteceu com as grandes regiões produtoras de hidrocarbonetos na Ásia Central que declararam independência, o governo rebelde de Grozny *não* simpatizava com Moscou, o que era um risco que a Rússia, em um momento instável pós-dissolução soviética, não estava apta a aceitar.

Assim como aconteceu com Pequim após 2001, a condenação internacional às manobras russas durante a Segunda Guerra da Tchetchênia diminuiu sobremaneira, enquanto aumentavam cada vez mais as suspeitas de ligação entre os grupos pró-separatismo e os movimentos terroristas internacionais. A este ambiente de maior concerto internacional entre as potências acerca de uma “ameaça comum”, somaram-se o mencionado distanciamento temporal da conturbada situação do imediato pós-1991 e a possibilidade de treinamento e capacitação das forças armadas russas através dos anos, além da diminuição do apelo separatista para os tchetchenos devido à menor presença dos líderes revoltosos da época da dissolução. Concluímos que, analogamente à situação de Xinjiang, o controle russo sobre a Tchetchênia está (temporariamente) garantido, internacionalmente, devido a dois fatores que replicamos do subtítulo anterior: 1) à condenação global ao terrorismo e ao extremismo após 2001; 2) à uníssona priorização dos “três males” a serem enfrentados pela OCX, dentre eles o separatismo.

Tanto a questão uigur quanto os conflitos na Tchetchênia, portanto, foram as duas grandes crises internas às duas potências que as fizeram, individualmente, atentarem-se cada vez mais à questão separatista e terrorista dentro do seu território (além do mais subjetivo “extremismo”). A partir daí, Moscou e Pequim passaram a perceber que as ameaças aos dois estados, em segurança

interna, compartilhavam de vários pontos em comum. Somados a isto, regionalmente, outros elementos desestabilizadores seriam vistos por Rússia e China como potenciais complicadores da estabilidade regional, conforme veremos adiante.

1.5.3. Catalisadores regionais da cooperação em segurança e defesa entre a RPC e a Federação Russa

Aqui apresentaremos alguns eventos, passados e presentes, que acreditamos serem catalisadores da crescente cooperação em defesa e segurança entre a RPC e a Federação Russa com ênfase na Ásia Central, contribuindo para a solidificação dos “três males” a serem continuamente condenados por Pequim e Moscou quando das tratativas de segurança na região. Estes incluirão questões concernentes à segurança e à integração europeia protagonizadas pelo Ocidente e pela Federação Russa (nunca completamente resolvidas após o fim da Guerra Fria), além de inquietações na Ásia Central. Como o enfoque deste trabalho não é esmiuçar tais conflitos, nós os apresentaremos de forma resumida, destacando o período em questão, suas possíveis causas e características e o impacto tanto na reaproximação entre Moscou e Pequim quanto no aumento da relevância dos “três males” elencados pela OCX. Na tabela a seguir (Tabela 2), fazemos o resumo desses acontecimentos.

Tabela 2. Catalisadores da cooperação em segurança entre Moscou e Pequim na Ásia Central

Evento	Período	Causas e características	Impacto na reaproximação sino-russa e no aumento da relevância dos “três males” da OCX
Distúrbios étnicos no Quirguistão	Junho de 1990; maio-junho de 2010	<p>Disputas entre quirguizes étnicos e uzbeques étnicos devido a terras, empregos e posições no governo, além da instabilidade causada pela deposição do presidente Kurmanbek Bakiyev em 2010, resultando na morte de cerca de 200 pessoas em 1990 e 893 em 2010 (est. oficiais), além de centenas de milhares de refugiados no Uzbequistão.</p> <p>Resultado (2010): garantia do controle quirguiz sobre a região de Osh e Jalal-Abad, no Vale do Fergana, e migração em massa de</p>	<p>Esta disputa permeada de ressentimentos étnicos demonstraria o quão instável é esta região pós-soviética após o desenho de fronteiras não condizentes com a distribuição demográfica e dos movimentos migratórios, antigos e presentes, que afetam a região, alertando para as eventuais complicações advindas de reclamações territoriais e étnicas de determinados grupos em países vizinhos à RPC e à Rússia.</p>

Evento	Período	Causas e características	Impacto na reaproximação sino-russa e no aumento da relevância dos “três males” da OCX
		uzbeques étnicos para o Uzbequistão	
Guerra Civil Tadjique	Maio de 1992-junho de 1997	<p>Insatisfações étnicas, sociais e político-partidárias devido à pequena representação de certos grupos (habitantes dos Montes Pamires e vale do Rasht), mescladas com reivindicações democratas e de movimentos religiosos, causando a morte de ao menos 50.000 pessoas e o deslocamento de centenas de milhares de habitantes.</p> <p>Resultado (1997): armistício, aumento da pluralidade étnica no governo e vitória de Emomalii Rahmon.</p>	<p>Os impactos são similares aos que ocorreram devido aos distúrbios no Quirguistão, mas um elemento extra foi o envolvimento de grupos religiosos mais próximos do extremismo, como o Jamiat-e Islami e combatentes do Talibã, vindos do Afeganistão – lembre-se que a RPC e a Rússia já enfrentavam ameaças separatistas dentro de seus territórios, daí a preocupação com um <i>spillover</i> de autodeterminação nacional e/ou religiosa para dentro de suas fronteiras.</p>
Guerra do Afeganistão	2001-presente	<p>Originada como resposta pública aos ataques terrorista de 11 de setembro de 2001 contra os EUA, a invasão causou grandes perdas ao Afeganistão, já afetado pela guerra civil, e fez surgir bases militares aliadas no país. A OTAN assumiria controle das operações em 2003 e, em 2014, as forças britânicas se retirariam do país. As forças norte-americanas também planejavam sua retirada para 2014/5, deixando apenas um pequeno contingente durante um ano.</p> <p>Entre 16.000 e 19.000 civis mortos, entre 20.000 e 30.000 combatentes insurgentes mortos e cerca de 15.000 membros da coalizão mortos, além de dezenas de milhares de feridos.</p> <p>Resultado parcial (2014): não estabilização do país e incerteza acerca da</p>	<p>Apesar de todas as guerras, civis ou não, que ocorreram no Afeganistão nos séculos XIX e XX terem tido importantes impactos na política externa das potências envolvidas e para a Ásia Central como um todo (regionalmente, na Rússia, em especial), somente recentemente a RPC, com seu poderio aumentado, passou a utilizar as instabilidades na região como elemento de construção visível de sua política externa regional. A invasão e o engajamento da ISAF e da OTAN no Afeganistão a partir de 2001 trouxeram à região forças militares ocidentais, que, ainda que arrogassem lutar contra o extremismo e o terrorismo (condenados também por RPC e pela</p>

Evento	Período	Causas e características	Impacto na reaproximação sino-russa e no aumento da relevância dos “três males” da OCX
		efetividade do governo pós-invasão.	Rússia), são comandadas por países que possuem um histórico de desconfiança em relação a Moscou e a Pequim.
Massacre de Andijan	13 de maio de 2005	Forças do governo uzbeque abriram fogo contra uma multidão de manifestantes na cidade de Andijan, na porção uzbeque do Vale do Fergana, na fronteira com o Quirguistão, causando a morte de 187 pessoas, segundo o governo uzbeque (número contestado por muitos ativistas de direitos humanos). As causas para o massacre ainda não são claras, mas o governo acusa o Movimento Islâmico do Uzbequistão, aliado da Al-Qaeda, de fomentar protestos extremistas, embora haja suspeitas de que o abrir-fogo tenha sido uma tentativa do governo de Islam Karimov de não perder poder relativamente à ascensão de empresários locais, que haviam sido presos sob acusação de serem terroristas e extremistas.	Este talvez seja o caso mais patente em que os “três males” elencados pela OCX foram utilizados por um governo para coibir manifestações internas, por mais que a natureza destas ainda não tenha sido elucidada. O governo de Islam Karimov acusaria abertamente os empresários presos de serem terroristas, extremistas e separatistas.

Evento	Período	Causas e características	Impacto na reaproximação sino-russa e no aumento da relevância dos “três males” da OCX
Ampliação da OTAN	1999, 2004, 2009	<p>Após a Guerra Fria, a OTAN se expandiria para o leste da Europa em três ondas: incluiria Polônia, Hungria e República Tcheca (1999); Bulgária, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Letônia, Lituânia e Romênia (2004); Albânia e Croácia (2009). Ressalte-se que todos esses países (ao incluirmos aqui os que compunham a URSS) em algum momento fizeram parte do Pacto de Varsóvia, ou seja, a expansão da Aliança engloba países que, durante boa parte do século XX, foram aliados quase que automáticos de Moscou.</p>	<p>A ampliação da OTAN a caminho do Oriente, não buscando envolver a Rússia em um real diálogo sobre o gerenciamento da segurança europeia, compreensivelmente deixa Moscou resabiada. Programas como a Parceria para a Paz da OTAN (que inclui a maior parte dos países europeus e os antigos membros da URSS) e o Conselho OTAN-Rússia estagnam em questões de grande contenda geopolítica, como a situação na ex-Iugoslávia (a primeira grande oposição entre Rússia e Ocidente no pós-Guerra Fria), os vários conflitos no Cáucaso, como na Ossétia do Sul e na Abkházia, além de, principalmente, a contenda acerca da construção do escudo antimísseis da OTAN na Polônia e na República Tcheca. Ao mesmo tempo, a constante cooptação de governos ocidentalistas e russóforos da Europa Centro-Oriental pela OTAN aumenta a animosidade russa e os prospectos de diálogo cooperativo na região. Dada a constante perda de seus outrora aliados ocidentais para a OTAN, que não pensa em incluí-la, alavanca-se a busca da Rússia por outros parceiros, neste caso a leste, sendo o maior deles a China.</p>
Bases militares ocidentais na	-----	No Afeganistão, a coalizão invasora chegou a contar com mais de 800 bases. No	Não obstante as bases de membros da OTAN nos países da Europa Centro-

Evento	Período	Causas e características	Impacto na reaproximação sino-russa e no aumento da relevância dos “três males” da OCX
macrorregião da Ásia Central		Paquistão, bases da Força Aérea Paquistanesa também serviram às forças dos EUA durante as operações no Afeganistão. A Base Aérea de Manas em Bishkek, no Quirguistão, aberta em 2001 para fornecer apoio logístico às forças norte-americanas que lutavam no Afeganistão, operou por quase treze anos e foi fechada em junho de 2014 após a não renovação de sua concessão pelo Parlamento Quirguiz. Em Termez, no Uzbequistão, a Força Aérea Alemã opera uma base para operações da ISAF e em Dushanbe, no Tadjiquistão, a Força Aérea Francesa opera uma base de apoio para o mesmo fim.	Oriental, as quais já são fontes de considerável pressão para Moscou, as bases no Afeganistão e na Ásia Central são reflexos das atividades militares da invasão norte-americana/ocidental ao Afeganistão. Além disto, a constante cooperação militar entre Paquistão e EUA, ainda que de forma esporádica, é mais uma fonte de incerteza para Pequim e Moscou. Por sua vez, a Base Aérea de Manas, no Quirguistão, que era concedida aos EUA pelo governo quirguiz para dar suporte às operações em solo afegão, seria fechada em 2014 não apenas pela decisão do parlamento nacional quirguiz de não aprovação de um novo contrato pelo preço oferecido, mas, em especial, devido à pressão da Rússia e da China para que não houvesse a renovação.

Fonte: elaboração própria, com dados de Bundeswehr (2014); Costs of War (2014); Dzyubenko (2014); Fumagalli (2007); Human Rights in Ukraine (2012); iCasualties (2015); La France au Tajikistan (2012); Nações Unidas (2000); Organização do Tratado do Atlântico Norte ([20--]); RT (2010); Stancati (2014).

O atual conflito no Iraque, iniciado em 2003 após a invasão do país por forças norte-americanas devido à alegada existência de armas de destruição em massa, foi um distúrbio mais afastado e não diretamente ligado à Ásia Central que, todavia, uniu China e Rússia na condenação à ação norte-americana. Cabe ressaltar que, dos países centro-asiáticos, o Uzbequistão foi o único que apoiou abertamente a invasão, permitindo a utilização de sua base aérea para o apoio às forças norte-americanas. Ressalte-se que o governo de Karimov se aproximava constantemente de Washington e de seus aliados durante as operações ocidentais no Afeganistão e no Iraque. Acreditamos que isto resulta não somente do desejo de apoio econômico advindo do Ocidente,

mas, principalmente, do receio de Karimov em relação aos movimentos islamitas uzbeques (o Movimento Islâmico do Uzbequistão, que tinha como meta, desde 1998, a retirada de Karimov do poder e, mais tarde, tornaria-se aliado da Al-Qaeda e do Talibã, já foi um dos maiores inimigos internos do presidente). Contudo, quando dos Massacres de Andijan em 2005 e da possível perseguição a opositores, Karimov começaria a se voltar cada vez mais à Rússia e à China no âmbito da OCX, visto que as duas estavam mais propensas a agir no país na eventualidade de qualquer ameaça à situação governista.

Embora acreditemos que situações como a Crise de 2014 na Crimeia possam ter algum impacto nas relações diplomáticas e de segurança sino-russas, no momento de finalização deste trabalho (início de 2015), isto ainda não estava claro. Até o momento, a RPC tem se esquivado de proferir apoio ou condenação claros às manobras russas na região anexada. Como esperado, publicamente, fontes ocidentais oficiais enxergam, nesta não nitidez, um apoio silencioso da China à manutenção da integridade territorial ucraniana, enquanto Moscou e rebeldes crimeios sustentam que este apoio implícito se volta a eles. O que de fato importa é que, no momento, Pequim claramente não deseja se comprometer com nenhum dos lados da contenda.

De fato, a única organização em que as políticas externas chinesa e russa convergem para o gerenciamento de segurança e defesa na Ásia Central é a OCX. Outros órgãos de segurança e de controle de armamentos aos quais ambos os países pertencem, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas e o Comitê Zangger, possuem uma agenda global e, no caso do último, preponderantemente técnica.

Anualmente, as forças da manutenção da paz da OCX conduzem exercícios militares nos territórios dos países membros e, em agosto de 2014, durante 6 dias, todos participaram de exercícios na Mongólia Interior, na RPC (com exceção do Uzbequistão, que geralmente não participa dos exercícios conjuntos), com um efetivo de 7.000 soldados. O foco do exercício, o maior já levado a cabo por estas forças conjuntas, foi o de “uma organização separatista em determinado país, apoiada por uma organização terrorista internacional, tramando incidentes terroristas e incubando um plano golpista para dividir o país” (THE DIPLOMAT, 2014, tradução nossa).

Ironicamente, a saída das tropas ocidentais do Afeganistão pode trazer instabilidades à região que preocupam Pequim e Moscou, por mais que o cenário intervencionista da ISAF/OTAN lhes seja inquietante. A dificuldade de prever em que estado a região se encontrará após a anunciada retirada das tropas ocidentais pode ser mais um catalisador para que ambas as potências demonstrem coordenação e interesse mútuo de estabilidade na Ásia Central estendida.

Com as atuais tensões entre Moscou e o Ocidente, o que poderia ter vindo a ser um regime de segurança eficiente voltado à Europa não tem vingado, sendo que, para a Rússia, tal regime tem se voltado cada vez mais à Ásia. Desta forma, podemos perceber que o tom de uma pretensa “integração eurasiática” tem sido dado, nos últimos anos, mais por Pequim do que por Moscou. Não que a China esteja tão interessada em uma integração efetiva; diferentemente da Federação Russa, ela não tem demonstrado tanto anseio por *liderança explícita*, sendo uma das possíveis razões – além da sua política externa tradicionalmente menos assertiva e menos conflituosa – o fato de ela não se sentir acuada pelo Ocidente e pelos países membros da OTAN. De todo modo, vemos que surge e se desenvolve, desde o final da Guerra Fria, um regime de segurança para a região da Ásia Central liderado pela RPC e pela Federação Russa. No que pesem ambas terem metas globais frequentemente diferentes, a Ásia Central ainda congrega interesses similares para ambas as potências – em especial relacionados à manutenção da estabilidade através da cooperação com governos locais. Discutiremos a validade do conceito de regimes internacionais no último capítulo, quando buscaremos demonstrar nossa hipótese de que, atualmente, a ausência de um gerenciamento energético regional mútuo promovido por Rússia e China limita a cooperação das mesmas na Ásia Central e que, para que tal colaboração seja bem-sucedida, é necessário que ela se alie ao já existente regime de segurança regional encabeçado pelas mesmas. Por ora, partiremos da ideia recém-apresentada de que se desenvolve, desde 1991, um regime de segurança na Ásia Central protagonizado por Rússia e China, as quais possuem interesses largamente similares de manutenção da estabilidade regional, que poderia ser melhor atingida de forma cooperativa devido: 1) às tradições geopolíticas que ligam esta região e sua *nomenklatura* a Moscou, além do existente poderio militar e influência russas; e 2) ao rápido crescimento da influência geopolítica chinesa no continente asiático após a queda da URSS.

Esta cooperação emergente entre Rússia e China, destarte, se limita devido às diferentes visões em relação ao gerenciamento do fluxo de hidrocarbonetos que cada uma possui. Nos dois capítulos seguintes, conheceremos a situação de produção, consumo, exportação e importação de petróleo, gás natural e carvão mineral tanto da Federação Russa e da RPC quanto dos países da Ásia Central, de forma a traçarmos um panorama regional na área de recursos energéticos não renováveis e entendermos porque é difícil o auxílio mútuo entre Moscou e Pequim neste âmbito, por mais que ela seja essencial para uma cooperação regional efetiva.

2. PRODUÇÃO E CONSUMO DE HIDROCARBONETOS NA FEDERAÇÃO RUSSA E NA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Neste capítulo, apresentaremos a situação da produção, do consumo, da exportação e da importação, na Federação Russa e na RPC, dos seguintes hidrocarbonetos: petróleo, gás natural e carvão mineral. Sendo estes os recursos energéticos mais relevantes para ambos os países – tanto em consumo interno quanto em sua interação com o exterior – mostrar-se-á a situação quase oposta na qual ambos se encontram no tocante à oferta e à demanda, além de discutirmos, a partir de agora, como estas têm impacto na sua política externa em um nível regional e global.

2.1. A Federação Russa e a indústria de hidrocarbonetos

Com uma extensão territorial de mais de 17 milhões de quilômetros quadrados (UN DATA, 2014), a Federação Russa apresenta grandes reservas minerais e de hidrocarbonetos na mais vasta área do planeta. Fazendo fronteira com 14 países (Fig. 4), está próxima de vários centros com grande demanda, além de, ela mesma, ter sido consumidora considerável de energia desde a época soviética.

Figura 4. Federação Russa
Fonte: Geology.com (2014).

Com um consumo total de energia de cerca de 30 quadrilhões de Btu em 2011, o país se encontra na terceira posição entre os consumidores mundiais. Sua produção de energia, por sua vez, ultrapassa os 54 quadrilhões de Btu, diferença que gera grande excesso para a exportação (EIA, 2013a).

Atualmente, 90% do consumo de energia da Federação Russa é proveniente de hidrocarbonetos (cf. Fig. 5). Globalmente, a Rússia é a segunda maior produtora de gás natural e a terceira maior produtora de combustíveis líquidos do mundo. Em relação ao carvão mineral, ela fica em sexto lugar, apesar de conter as segundas maiores reservas de do mundo (IEA, 2014a).

Figura 5. Consumo de energia primário na Rússia em 2011
Fonte: EIA (2013b).

A seguir, apresentaremos os dados de produção, consumo, exportação e importação dos hidrocarbonetos selecionados (petróleo, gás natural e carvão) da Rússia nos últimos anos e como eles posicionam o país na produção mundial de *commodities* energéticas. Também serão apresentadas as principais empresas do setor no país, para, desta forma, ter-se maior compreensão do que de fato representa a exploração e o controle de hidrocarbonetos para a Federação a partir dos atores internos.

2.1.1. O petróleo na Federação Russa

Durante a vigência da URSS, a indústria do petróleo apresentou um desenvolvimento acentuado. Especialmente após a Segunda Guerra Mundial, os já operantes campos no atual Azerbaijão se somaram aos de Belarus, do Cazaquistão, de Stavropol, do Turcomenistão Ocidental e da Ucrânia. Nas décadas de 1950 e 1960, a Sibéria seria cada vez mais incluída no rol das grandes regiões produtoras de petróleo no país (BELLONA, 2007) e, a partir dos anos 1960, a produção soviética passaria a crescer consideravelmente (Fig. 6).

Figura 6. URSS: Produção total de petróleo

Fonte: elaboração própria, com dados de The Shift Project (2014).

Durante três décadas, portanto, a URSS viu um constante crescimento da produção, da qual uma parte considerável de sua economia dependia. A partir de 1980, o contrachoque do petróleo, resultado da superprodução que se seguiu à Crise Energética dos anos 1970, causaria grande oferta mundial da *commodity* para uma demanda que havia se retraído na década anterior. Desta forma, em alguns anos, a produção de petróleo cairia de acordo, o que ajuda a explicar a quebra de meados dos anos 1980. Com a derrocada da URSS e a perda de várias regiões produtoras de petróleo, como o Cáucaso e a Ásia Central, a produção da agora Federação Russa (frequentemente considerada, nas estatísticas energéticas, o estado herdeiro da URSS) despencaria de forma imediata.

Atualmente, as reservas comprovadas de petróleo no território russo somam 80 bilhões de barris, estando localizadas, em sua maior parte, na Sibéria Ocidental. Segundo os últimos dados nacionais disponíveis de 2012, a produção ultrapassou os 10 milhões bpd, com o grosso da

produção vindo, em especial, da Sibéria Ocidental e da região dos Urais-Volga. O petróleo representava, em 2011, 19% da energia consumida no país (EIA, 2013b). O mapa abaixo (Fig. 7) apresenta a disposição das reservas conhecidas atualmente no país. A produção segue concentrada nas regiões ocidentais, em especial pela já existência das capacidades produtivas e de transporte que conectam o país à Ásia Central e, principalmente, à Europa Centro-Ocidental.

Figura 7. Geografia das reservas russas de petróleo
 Fonte: Gordon e Sautin (2013).

Os dados de 2012 mostram que, dos 10,4 milhões bpd produzidos na Rússia naquele ano, 3,2 milhões foram consumidos internamente. O país exportou mais de 7 milhões bpd em 2012, sendo 5 milhões bpd de petróleo bruto e 2 milhões bpd de derivados. Isto põe a Rússia na terceira posição entre os produtores, na quinta dentre os consumidores e na segunda entre os exportadores deste hidrocarboneto (EIA, 2012a). O gráfico abaixo (Fig. 8) apresenta a produção e o consumo anuais de petróleo bruto desde o surgimento da Federação.

Figura 8. Produção e consumo de petróleo na Federação Russa
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014a; 2014b).

Após uma queda sensível no suprimento logo após o surgimento da Federação, uma produção outrora estagnada retoma o crescimento em 1999 depois das operações de empresas estrangeiras e privatizadas darem frutos após prospecções e modernizações de equipamentos, seguindo um rumo crescente, com diferentes acentuações, até 2014. O consumo interno, por sua vez, decaiu bastante no imediato fim da URSS devido à perda de regiões produtoras e à constante queda de qualidade da infraestrutura competitiva, mas, também a partir de 1999, sobe levemente e se mantém praticamente estável até 2014. O que salta aos olhos, portanto, é um alto crescimento da produção quando comparada com o consumo interno, o que, pelo excedente, permite grande folga para exportações, conforme verificamos no gráfico a seguir (Fig. 9).

Figura 9. Federação Russa: importações e exportações de petróleo e derivados
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2013c; 2013d; 2013e; 2013f).

Justamente no mesmo período (1999/2000) em que passava a aumentar a produção interna de petróleo na Federação e se mantinha praticamente constante o consumo interno, as exportações começaram a ganhar ímpeto, tanto para o bruto quanto para derivados. Até 2012, a Europa importava o grosso do petróleo do país, conforme vemos a seguir (Fig. 10). Dentre os países não europeus, o maior destino é a China. A Rússia também exporta um grande volume de derivados, com 1,3 milhões de bpd de óleo combustível e 677 mil bpd de diesel em 2012, tendo estes produtos como destino, em especial, a Indonésia e os Estados Unidos (EIA, 2013b).

Figura 10. Destinos principais das exportações de petróleo bruto e condensado da Rússia em 2012
Fonte: EIA (2013b).

São várias as empresas petrolíferas que atuam na Rússia e, comparando-se a produção delas, veremos que a Rosneft, a Lukoil, a Surgutneftegaz e a Russneft são as únicas a ultrapassarem a barreira dos um milhão de bpd⁷ – a outrora poderosa TNK-BP foi adquirida pela Rosneft em 2013 (BP, 2013). Na Federação Russa, duas grandes empresas estatais trabalham ativamente com a exploração de petróleo: a Gazprom e a Rosneft. A Gazprom – criada em 1989 quando da transformação do Ministério da Indústria do Gás da União Soviética em uma empresa estatal (GAZPROM, 2014a) – e a Rosneft, fundada em 1993 (ROSNEFT, 2014a), por excelência, possuem grande presença dentro da Rússia, da Europa Centro-Oriental e da Ásia Central. Dentre

⁷ Porém, se a Gazprom e sua subsidiária, Gazprom Neft, forem consideradas conjuntamente, elas também atingiriam esta marca.

as privadas, a Lukoil se destaca pela presença e pelas operações nacionais e internacionais (cf. Tabela 3), conforme veremos nos capítulos seguintes.

Tabela 3. Produção russa de petróleo por empresa em 2012

Empresa	Controle majoritário	Produção (milhares de bpd)
Rosneft	Governo russo	2.448
Lukoil	Iniciativa Privada	1.670
TNK-BP*	Iniciativa Privada	1.493
Surgutneftegaz	Iniciativa Privada	1.223
Gazprom Neft	Governo russo	626
Tatneft	Governo do Tataristão	518
Slavneft	Iniciativa Privada	356
Gazprom	Governo russo	314
Bashneft	Iniciativa Privada	307
Russneft	Iniciativa Privada	295
PSA	-----	283
Novatek	Iniciativa Privada	85
Demais empresas	-----	697
Total		10.315

*Adquirida pela Rosneft em 2013.

Fonte: adaptado de EIA (2013b).

Conforme vemos acima, a Rosneft lidera a produção nacional de petróleo, além de lidar com a produção de gás natural, combustíveis e petroquímicos. Após a compra de bens da maior subsidiária da antiga Yukos, através de uma triangulação com a empresa Baikalfinansgrup em 2004 (OGJ, 2005), a empresa se tornou a quinta maior petrolífera do mundo em 2013 (SOLDATKIN e CALLUS, 2013).

Outras empresas, em sua maioria nacionais, possuem grande participação nas operações dentro do país, tendo, geralmente, ligações privilegiadas com o governo. Muitas de suas lideranças são herdeiras de quadros soviéticos que já possuíam fortes contatos dentro do governo, além de conhecimento das dinâmicas de exploração e do mercado de hidrocarbonetos na Federação, o que culminaria, após 1991, na continuidade de tais vínculos durante o processo de privatizações e de abertura neoliberal.

Também é garantido ao estado russo o monopólio da exportação de petróleo via oleodutos através da empresa estatal Transneft. As provisões dos documentos oficiais são claras em relação à posse estatal sobre os hidrocarbonetos russos (JOSEFSON et al., 2014). Não se impede abertamente a participação de empresas estrangeiras nesse ramo de atividades, mas, visto que estas dependeriam, em grande escala, de concessões governamentais, não surpreende que as estatais – e demais empresas privadas com ligações com membros do governo – acabem se beneficiando.

2.1.2. O gás natural na Federação Russa

De maneira similar ao que ocorreu com a produção de petróleo, a indústria do gás natural só começa a se desenvolver realmente na URSS a partir dos anos 1960 (cf. Fig. 11). Possuindo as maiores reservas conhecidas de gás natural no mundo, este ramo passou por pesados investimentos e modernização desde o fim da URSS, tornando a Federação Russa uma das maiores produtoras globais.

Figura 11. URSS: produção de gás natural

Fonte: elaboração própria, com dados de The Shift Project (2014).

A Rússia ocupa a segunda posição dentre os maiores produtores de gás natural no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, com uma produção anual de 600 bmc (EIA, 2013b). Em relação a este hidrocarboneto, a produção é altamente concentrada nas mãos de uma empresa estatal: a Gazprom. Com participação majoritária do governo russo (GAZPROM, 2014b), a empresa tem controle sobre 65% das reservas naturais comprovadas de gás natural dentro do país (EIA, 2013b); estes campos correspondem a 93% do gás natural, no território russo (GAZPROM, 2014b). A disparidade entre a produção da estatal e das demais empresas pode ser constatada na Tabela 4, a qual demonstra a produção russa de gás natural por empresa.

Tabela 4. Produção russa de gás natural por empresa em 2012

Empresa	Controle majoritário	Produção (bmc/d)
Gazprom	Governo russo	1,333723
Rosneft	Governo russo	0,03398

Lukoil	Iniciativa privada	0,045307
Surgutneftegaz	Iniciativa privada	0,03398
TNK-BP	Iniciativa privada	0,036812
Outras	-----	0,045307
ITERA	Iniciativa privada	0,03398
Novatek	Iniciativa privada	0,155743
Regimes de concessão e partilha	-----	0,073624
Total	-----	1,795288

Fonte: elaboração própria, com dados compilados da EIA (2013b).

A Gazprom possui monopólio sobre a exportação de gás natural. Visto que, em geral, a produção russa costuma ser muito maior do que a demanda interna, torna-se comumente fácil para a Federação exportar o excedente (cf. Fig. 12).

Figura 12. Federação Russa: evolução da produção e do consumo de gás natural (bmc)

Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014c; 2014d).

É justamente o gás natural a principal pedra de toque para situarmos o peso dos hidrocarbonetos para a política externa russa. Na sua maior parte, este gás é exportado para a Europa Ocidental (57% do seu mercado). Vemos, abaixo, os destinos destas exportações (Fig. 13).

Figura 13. Destinos das exportações russas de gás natural, 2012
Fonte: adaptado de EIA (2013b).

Isto não deve nos levar a concluir automaticamente que a Europa Ocidental é mera “refém” de Moscou por importar tanto da Rússia, já que isto também põe a Rússia em uma posição delicada, dado que uma eventual diversificação de fornecedores para a Europa Ocidental, por mais improvável que seja imediatamente, pode causar grande impacto negativo na economia da Federação. Recentemente, o histórico acordo de US\$ 400 bilhões assinado entre a China e a Rússia em maio de 2014 para a venda de gás natural da Rússia para a China (o que incluirá a construção de instalações físicas de exploração e de trânsito), visa possibilitar que 38 milhões de metros cúbicos anuais sejam vertidos da Sibéria para a RPC (HAUSLOHNER e WAN, 2014), o que representa um ganho considerável para Moscou, já que qualquer ameaça de substituição das exportações russas pelo continente europeu pode ser potencialmente contrabalançada pela demanda chinesa.

Abaixo, apresentamos a malha de gasodutos e oleodutos que perpassa a Federação Russa (Fig. 14). No mapa, constata-se como a malha é mais densa e diversificada na porção ocidental do território russo, o que cada vez mais contrasta com a crescente demanda chinesa pelo gás natural. Vê-se que a Europa Oriental e a Ásia Central estão fortemente interligadas com a Rússia, criando uma rede de trânsito e fornecimento que une a Eurásia em uma situação de complementaridade, na qual tanto os que dependem do gás natural e do petróleo se submetem, em algum grau, ao fornecimento russo, quanto este é altamente dependente da demanda sazonal europeia e, cada vez mais, chinesa, por ter sua economia nacional tão concentrada na produção de hidrocarbonetos.

68 Transporter l'énergie à travers l'Eurasie

Figura 14. Transporte de energia na Eurásia
Fonte: Rekacewicz (2007).

Por fim, a Rússia também exporta gás natural liquefeito (GNL), em especial para o Japão e para a Coreia do Sul, desde 2009, com capacidade para 22,3 milhões de metros cúbicos anuais (EIA, 2013b). Há projetos para iniciar operações no Ártico para maior produção de GNL, mas, devido aos grandes desafios de engenharia que a região demanda, eles ainda não foram postos em prática.

2.1.3. O carvão mineral na Federação Russa

Apesar de possuir as segundas maiores reservas de carvão mineral do mundo (157 bilhões de toneladas, atrás apenas dos EUA), a Rússia ocupa o sexto lugar entre os produtores mundiais (WORLD COAL, 2013). Durante a vigência da URSS, em especial até os anos 1960, este país possuía grande reputação por sua produção carvoeira, o que mudaria gradativamente com o desenvolvimento das indústrias de petróleo e de gás natural. Atualmente, no país, as empresas que produzem carvão são regionalizadas e, atualmente, o minério representa 15% da energia consumida na Federação.

Abaixo, vemos a produção e o consumo de carvão na Federação Russa (Fig. 15), o que nos mostra que, desde 1998, a oferta interna passou a superar cada vez mais a demanda, resultando em significativo excedente para exportação.

Figura 15. Federação Russa: produção e consumo de carvão
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2013g; 2013h).

Em 2013, a Rússia se posicionava como a terceira maior exportadora de carvão mineral do mundo (WORLD COAL, 2014), com um crescimento quase constante desde 1995, conforme percebemos no gráfico abaixo (Fig. 16).

Figura 16. Federação Russa: importação e exportação de carvão
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2013i; 2013j).

As maiores empresas carvoeiras do país, a SUEK, a Kuzbassrazrezugol, a Mechel, a SDS-Coal e a EN+ Group, são privadas e sua produção corresponde a quase dois terços da produção nacional (KHALMETOV et al., 2013). Não há, desta forma, uma concentração tão grande quanto a verificada na indústria de gás ou de petróleo.

Conforme percebemos, a Federação Russa possui uma preponderância significativa na indústria de hidrocarbonetos, o que se explica, em grande parte, pela sua grande extensão territorial e pela proximidade a grandes mercados consumidores, que sempre a impeliram a desenvolvê-la. Todavia, justamente sua grande dependência econômica destes recursos faz com que sua posição seja, por vezes, incômoda, já que confrontos – de qualquer natureza – com antagonistas que causem impacto neste fluxo são capazes de desestabilizar sensivelmente sua economia, conforme se verificou quando da queda dos preços do petróleo em 2014/2015. Percebe-se, no país, uma dinâmica que se desenvolveu ao redor destes setores. Por mais que esta funcione, macroeconomicamente, em várias ocasiões para benefício da balança comercial russa e de sua posição estratégica como grande fornecedora de recursos energéticos sensíveis na Eurásia, por outro lado opera em favor de uma inércia produtiva que não facilita a diversificação industrial de ponta que tornaria a Rússia muito menos dependente dos humores ocidentais e das flutuações de preços. Veremos, a seguir, que a posição chinesa é muito diversa da russa, e que, todavia, estes mesmos recursos lhe são altamente importantes, mas sob uma lógica bem pouco similar.

2.2. A República Popular da China e a indústria de hidrocarbonetos

O carvão mineral representa a maior fonte energética da China e o país é o maior produtor mundial da *commodity*. Em menor escala, o petróleo bruto e o gás natural também desempenhem um papel importante, além das fontes de energia que não se originam de hidrocarbonetos. Na Tabela 5 abaixo, constatamos a evolução da produção nacional chinesa de energia desde 1991⁸.

Tabela 5. Produção total de energia na RPC entre 1991 e 2012

Ano	Produção total de energia (10.000 TCE)	Porcentagem da produção total de energia (%)			
		Carvão	Petróleo bruto	Gás natural	Energia hidrelétrica, energia nuclear e energia eólica
1991	104.844	74,1	19,2	2,0	4,7
1992	107.256	74,3	18,9	2,0	4,8
1993	111.059	74,0	18,7	2,0	5,3

⁸ No corpo do texto, escolhemos este ano por coincidir com o fim da URSS e o início da existência dos cinco países centro-asiáticos objetos deste estudo.

1994	118.729	74,6	17,6	1,9	5,9
1995	129.034	75,3	16,6	1,9	6,2
1996	133.032	75,0	16,9	2,0	6,1
1997	133.460	74,3	17,2	2,1	6,5
1998	129.834	73,3	17,7	2,2	6,8
1999	131.935	73,9	17,3	2,5	6,3
2000	135.048	73,2	17,2	2,7	6,9
2001	143.875	73,0	16,3	2,8	7,9
2002	150.656	73,5	15,8	2,9	7,8
2003	171.906	76,2	14,1	2,7	7,0
2004	196.648	77,1	12,8	2,8	7,3
2005	216.219	77,6	12,0	3,0	7,4
2006	232.167	77,8	11,3	3,4	7,5
2007	247.279	77,7	10,8	3,7	7,8
2008	260.552	76,8	10,5	4,1	8,6
2009	274.619	77,3	9,9	4,1	8,7
2010	296.916	76,6	9,8	4,2	9,4
2011	317.987	77,8	9,1	4,3	8,8
2012	331.848	76,5	8,9	4,3	10,3

Fonte: Adaptado de Secretaria Nacional de Estatísticas da China (2013).

Percebemos que a produção de carvão dentro da China ainda supera em muito a das demais formas de energia. A seguir, na Tabela 6, mostra-se o consumo total de energia no país desde 1991 e a participação de cada um dos setores⁹.

Tabela 6. Consumo total de energia na RPC e sua composição entre 1991 e 2012

Ano	Consumo total de energia (10.000 TEC)	Porcentagem do consumo total de energia (%)			
		Carvão	Petróleo bruto	Gás natural	Energia hidrelétrica, energia nuclear e energia eólica
1991	103.783	76,1	17,1	2,0	4,8
1992	109.170	75,7	17,5	1,9	4,9
1993	115.993	74,7	18,2	1,9	5,2
1994	122.737	75,0	17,4	1,9	5,7
1995	131.176	74,6	17,5	1,8	6,1
1996	135.192	73,5	18,7	1,8	6,0
1997	135.909	71,4	20,4	1,8	6,4
1998	136.184	70,9	20,8	1,8	6,5
1999	140.569	70,6	21,5	2,0	5,9
2000	145.531	69,2	22,2	2,2	6,4
2001	150.406	68,3	21,8	2,4	7,5
2002	159.431	68,0	22,3	2,4	7,3
2003	183.792	69,8	21,2	2,5	6,5
2004	213.456	69,5	21,3	2,5	6,7
2005	235.997	70,8	19,8	2,6	6,8
2006	258.676	71,1	19,3	2,9	6,7
2007	280.508	71,1	18,8	3,3	6,8

⁹ Id. nota anterior.

2008	291.448	70,3	18,3	3,7	7,7
2009	306.647	70,4	17,9	3,9	7,8
2010	324.939	68,0	19,0	4,4	8,6
2011	348.002	68,4	18,6	5,0	8,0
2012	361.732	66,6	18,8	5,2	9,4

Fonte: Adaptado de Secretaria Nacional de Estatísticas da China (2013).

Percebe-se que a demanda energética tem superado a oferta interna significativamente nas últimas décadas, embora, desde 2007, venha havendo uma leve tendência ao pareamento, mas pouco acentuada, conforme se observa abaixo (Fig. 17).

Figura 17. Produção e consumo totais de energia na RPC de 1991 a 2012 (TEC)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de China Statistical Yearbook 2013 (2013)

Esta é, porém, uma apresentação geral da diferença entre a energia consumida e a produzida pelo país. Se utilizarmos os mesmos dados apresentados acima para calcularmos a diferença entre a produção e o consumo focando-nos especificamente nos hidrocarbonetos, perceberemos convergências e disparidades mais específicas. Assim como fizemos com a Federação Russa, apresentaremos, a seguir, as indústrias chinesas de petróleo, de gás natural e de carvão mineral, contrastando sua produção e seu consumo, delineando os totais importados e exportados de cada material desde 1991.

2.2.1. O petróleo na República Popular da China

Em relação ao petróleo, ressaltamos, primeiramente, os dois grandes conjuntos de reservas na RPC, conforme se vê no mapa a seguir (Fig. 18). O primeiro é o da porção oriental, com as reservas se estendendo desde o extremo nordeste do país e seguindo ao sul, localizando-se, por vezes, também no mar. O segundo conjunto, no extremo noroeste do país, gravita em torno da bacia de Tarim, na província de Xinjiang, mais distante dos principais centros consumidores nacionais, que estão localizados na costa leste.

Figura 18. Maiores campos de petróleo da República Popular da China
Fonte: Rigzone e International Energy Agency (IEA) apud EIA (2014e).

Vê-se uma crescente disparidade entre a produção e o consumo do petróleo desde meados dos anos 1990, conforme percebemos no gráfico a seguir (Fig. 19). Quase todo o petróleo produzido na RPC é consumido internamente e, todavia, ele não consegue dar conta da demanda. Em 2012, o consumo representou mais que o dobro da produção, o que leva o país a importar pesadamente do exterior (59% do consumo de petróleo do país é importado). Em 2013, o país era o segundo maior importador de petróleo do mundo, com 10,1 milhões de bpd (IEA, 2014): 19%

do petróleo bruto é proveniente da Arábia Saudita, 14% de Angola, 9% de Omã e 9% da Rússia (EIA, 2014e).

Figura 19. Produção e consumo de petróleo bruto na RPC de 1991 a 2012 (TEC)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria Nacional de Estatísticas da China (2013).

A produção chinesa de petróleo é dominada pelas grandes estatais do país: a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), a China National Petroleum Corporation (CNPC) – que opera largamente através de sua maior subsidiária, a PetroChina – e a China Petrochemical Corporation (Sinopec). Outras empresas menores, como a Shaanxi Yanchang e a CITIC Resources, têm desempenhado um papel crescente na prospecção e exploração de petróleo no país e no exterior, sendo, geralmente, estatais.

A CNPC sozinha responde por cerca de 53% da produção nacional de petróleo, enquanto a Sinopec lida tradicionalmente com refino e distribuição (EIA, 2014e), embora esta venha, nos últimos anos, ampliando fortemente suas operações de *upstream* (SINOPEC, 2014). As operações em alto-mar são mais abertas à participação estrangeira, com atividades geralmente desenvolvidas através de contratos de partilha de produção com multinacionais.

Um dos maiores problemas enfrentados pela China em relação ao petróleo se origina da grande distância entre os centros produtores internos (os de maior capacidade se localizam no extremo oeste e noroeste do país) e os centros consumidores, em sua maioria localizados na costa

leste, o que, em um país de tais dimensões, demanda uma grande infraestrutura logística. Isto dá às empresas estatais do país uma expertise na prospecção, na exploração e no transporte de petróleo a partir de longas distâncias, um raciocínio que pode ser estendido – no que pesem as diferenças técnicas – também para a exploração de gás natural. Neste aspecto, é justamente a região de Xinjiang, também no oeste do país, que possui uma das melhores estruturas de exploração de petróleo e gás natural no país e, conforme vimos no primeiro capítulo, é um elemento importante na ligação entre fornecimento e segurança regional.

2.2.2. O carvão mineral na República Popular da China

Historicamente, o carvão mineral tem sido a fonte mais importante de energia na China. Conforme pudemos ver na Tabela 6, o minério tende a suprir por volta de 70% da demanda energética do país, que possui 54,3 milhões de tep do minério (CONSELHO MUNDIAL DE ENERGIA, 2011). Recentemente, tem havido uma diminuição da participação do carvão dentre os hidrocarbonetos utilizados no país, mas ele ainda segue como o mais significativo e, em números absolutos, sofreu um leve aumento de 4% na produção de 2011 para 2012, atingindo 3,6 milhões de toneladas exploradas em cerca de 12.000 minas em 28 províncias do país (EIA, 2014e).

Há, na China, um rateamento produtivo entre grandes, médias e pequenas empresas carvoeiras, sendo a produção significativamente dividida, com a maior empresa do ramo sendo a China Shenhua Energy. O gráfico a seguir (Fig. 20) apresenta a produção e o consumo de carvão na RPC de 1991 a 2012.

Figura 20. Produção e consumo de carvão na RPC de 1991 a 2012

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria Nacional de Estatísticas da China (2013).

Desde 2009, a China passou a consumir mais carvão do que produzia na costa leste, sendo obrigada a importar, acima de tudo, da Indonésia e da Austrália. Isto se explica porque, apesar de possuir milhares de minas país afora, a infraestrutura logística que liga a produção carvoeira do oeste e do norte do país aos grandes centros consumidores padece de muitos gargalos. Além disto, o preço internacional do carvão, até pouco tempo atrás, havia sido mais baixo do que o preço interno da *commodity* na RPC (NASDAQ, 2012), tornando a importação, muitas vezes, mais rentável. Isto, previsivelmente, levou o preço do carvão chinês a cair devido à concorrência externa, o que tem originado uma série de problemas locais relacionados à estocagem e aos salários desta indústria, causando a recente intervenção do governo central para limitar a produção interna e banir a importação de carvão de menor qualidade (YANG, 2014). Em 2013, a China era a maior importadora de carvão mineral do mundo, beirando as 327 milhões de toneladas anuais (WORLD COAL, 2014).

Para a RPC, o carvão acabou, nas últimas décadas, sendo uma faca de dois gumes. Apesar de ter a maior indústria carvoeira no mundo, representando quase metade da produção global (MINING TECHNOLOGY, 2014), os efeitos colaterais ambientais têm sido particularmente impactantes no país. Isto, para além dos claros danos naturais e em saúde humana – os quais, por si só, já poderiam impelir a uma mudança em estratégia energética por parte do estado –, também pode representar custos à RPC devido às inescapáveis reparações econômicas em vista das já previsíveis crises de saúde pública e de contaminação ambiental. A diminuição da utilização de carvão já era planejada pela Administração Nacional de Energia, sendo-lhe dada ainda mais ênfase em 2014, conforme veremos no Capítulo 5.

2.2.3. Gás natural na República Popular da China

Conforme veremos mais aprofundadamente no Capítulo 5, o gás natural tem sido priorizado na China, apesar de corresponder a cerca de 5% da geração total de energia no país. As reservas estimadas de gás natural no país somam 4,9 trilhões de m³ (OGJ *apud* EIA, 2014e). O crescente consumo desde 1991 vinha acompanhado de uma proporcional produção interna, o que começa a mudar em 2007, quando o consumo excede a produção (Fig. 21).

Figura 21. Produção e consumo de gás natural na RPC

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria Nacional de Estatísticas da China (2013).

Atualmente, a China é a terceira maior produtora de gás natural do mundo (IEA, 2014b) e as grandes estatais que lidam com a exploração do petróleo que mencionamos anteriormente (Sinopec, CNPC e CNOOC) também lideram a exploração de gás natural através de suas subsidiárias. Os campos produtores de gás natural tendem a ser sobrepostos às regiões que produzem petróleo no noroeste (Xinjiang), sudoeste (Sichuan), nordeste (Songliao) e em alto-mar.

A CNPC é responsável por mais de 70% da produção de gás natural na RPC e são comuns os acordos de partilha de produção com empresas estrangeiras para aumentar a efetividade das operações. O Décimo Segundo Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Energético da RPC, publicado em 2013, encoraja que o gás natural passe a representar 7,5% das fontes chinesas de energia em 2015 e 10% em 2020 (IEPD, 2013; IEA, 2014b), com o gás de xisto e o gás metano de carvão ainda pouco explorados. Para se atingir esta meta com maior tranquilidade, porém, é necessário incluir as importações neste planejamento. O déficit de gás natural produzido nacionalmente é compensado por importações de GNL – 20 bmc em 2012, de acordo com a EIA (2014e), em especial do Catar (24%), da Austrália (24%), da Indonésia (16%) e da Malásia (13%). De regiões tão distantes, porém, a importação de GNL ainda é custosa por vir de navios-tanque, o que tem levado a China a priorizar os projetos de gasodutos oriundos da Ásia Central e, recentemente, também da Federação Russa, através do já mencionado acordo firmado em 2014 para verter gás siberiano ao seu território.

A China conta com uma malha de oleodutos e gasodutos considerável e, internamente, eles ligam o oeste do país às demais regiões, em especial ao grande leste consumidor. Vemos, no mapa

abaixo (Fig. 22), como ela se ramifica na porção oriental do país, sendo que, do exterior, ela vem, principalmente, da Federação Russa e do Cazaquistão (petróleo bruto), enquanto que o refino é, majoritariamente, feito dentro do país. Já o gás natural importado via gasoduto se origina preponderantemente do Gasoduto Ásia Central-China, enquanto boa parte da produção interna advém de Xinjiang, província que faz fronteira com a Ásia Central. Com o acordo assinado entre a Rússia e a China em 2014 para fornecimento de gás natural sem necessitar haver gasodutos que passem pela Ásia Central, a tendência é causar um aumento relativo na participação deste hidrocarboneto na produção de energia no país, em especial se considerarmos o Décimo Segundo Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Energético, que visa diminuir a participação do carvão mineral.

Figura 22. Principais gasodutos e oleodutos da RPC
Fonte: Adaptado de PetroChina apud EIA (2014e).

Como vimos, a histórica participação do carvão na geração de energia tem sofrido uma queda relativa. No período apresentado (1991-2012), a participação deste hidrocarboneto no consumo geral de energia no país diminuiu cerca de 10%, enquanto a de petróleo bruto, gás natural e outras formas de energia cresceu, respectivamente, 1,7%, 3,2% e 4,6%.

Em suma, na atualidade, não se percebe divergência negativa na relação consumo/produção de carvão mineral na RPC. O mesmo podia ser dito, de forma geral, do gás natural até 2006, sendo

que, a partir do ano seguinte, a demanda começaria a superar a oferta, chegando a quase 32% de diferença em 2012. A produção de petróleo, por sua vez, com um total maior do que a demanda interna em 1991, dobrou em pouco mais de duas décadas, enquanto o consumo mais do que triplicou.

2.3. Considerações finais

Percebemos que Federação Russa e China possuem produções e demandas variadas em relação às diversas fontes de energia apresentadas, sendo que cada país as vivencia de forma distinta. De forma geral, o papel de *exportador* de hidrocarbonetos assumido pela Rússia, somado à sua grande extensão territorial e à proximidade de países que são consumidores constantes dos seus produtos, faz do fornecimento de gás natural, petróleo e carvão mineral uma faceta essencial da sua pauta exportadora. Como uma parcela considerável do seu PIB se liga diretamente à exportação de hidrocarbonetos, contudo, isto denota pouca diversificação econômica.

Devido ao crescimento médio de 10% pelo qual a RPC passou nas últimas décadas (BANCO MUNDIAL, 2015), além da intensidade da mão-de-obra barata e do crescente desenvolvimento do setor industrial, o país deve constantemente rever os benefícios das principais fontes de energia que alimentam a sua produção, visto que questões como escassez interna e poluição ambiental em uma escala massiva podem trazer problemas não tão imediatos, mas que representarão sérios desafios à sociedade e ao governo em médio e longo prazo. Portanto, a produção interna de hidrocarbonetos, por um lado, segue forte, mas a necessidade de constante abastecimento e busca por energias mais eficazes e limpas impellem o país a importar de fontes cada vez mais seguras.

Veremos, nos capítulos seguintes, que a Ásia Central é justamente a região “potencialmente” segura da qual a RPC pode verter boa parte dos seus hidrocarbonetos, já que lhe é geograficamente próxima. Por sua vez, a Federação Russa mantém fortes laços políticos, sociais e econômicos com esta mesma região e, muitas vezes, ocorre a triangulação do fornecimento de e através da Ásia Central tanto para a China quanto para a Europa – nestas situações, direta ou indiretamente, a Rússia acaba gerenciando parte do fornecimento. De todas as maneiras, tanto para Moscou quanto para Pequim, é essencial que esta região, em seu papel de porto seguro (historicamente para a Rússia e desejosamente para a China), tenha sua estabilidade garantida, inclusive através do fomento à segurança comum. A seguir, apresentaremos Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão e sua produção, consumo, importação e

exportação de hidrocarbonetos para traçarmos um perfil de cada um deles e, em seguida, posicioná-los em uma dinâmica energética maior dentro da macrorregião da Ásia Central.

3. PRODUÇÃO E CONSUMO DE HIDROCARBONETOS NOS PAÍSES DA ÁSIA CENTRAL

Neste capítulo, apresentaremos o contexto energético dos cinco países da Ásia Central, com ênfase nos hidrocarbonetos. De forma semelhante ao que foi exposto no primeiro capítulo com China e Rússia, traçaremos o perfil de Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão em relação à produção, ao consumo, à importação e à exportação de petróleo, gás natural e carvão mineral.

O leitor perceberá, ao final do capítulo, as grandes disparidades entre estes vários países. Embora a meta, neste excerto, seja demonstrar tais diferenças desde um enfoque energético, é importante que fique claro que há diferenças socioculturais, econômicas e políticas substanciais entre estes cinco países (e dentro de cada um deles). Antes de iniciarmos a apresentação individualizada do contexto energético de cada um dos estados, procederemos com uma breve visão histórica da região. Veremos que, acima de tudo, o que “homogeneíza” a região da Ásia Central para os estudiosos de Relações Internacionais é sua herança pós-soviética, por maiores que sejam as simplificações que isto acarreta. Regional e internacionalmente, ela desenvolveu dois importantes perfis: o agrícola e o energético. Este último, atualmente, é o que vigora ao se considerar o impacto desta pretensamente esquecida região, que, desde séculos, vem desempenhando um sensível papel no equilíbrio geopolítico global.

3.1. O desenvolvimento do “perfil energético” centro-asiático

Nos últimos séculos, a Ásia Central se viu seguidamente dominada pela Rússia, tanto em sua forma imperial quanto soviética. Em 1865, a cidade de Tashkent, atual Uzbequistão, foi conquistada pelas forças do tsar Alexandre II e, a partir de então, criou-se o assim chamado Turquestão Russo, região que seria continuamente governada por mandatários da metrópole, com propósitos, acima de tudo, defensivos e, mais tarde, agrícolas – especialmente a indústria algodoeira. Rumou, além disto, em direção à região, um contínuo fluxo de fazendeiros e oficiais russos, o que mudaria substantivamente a composição étnica local, antes quase absolutamente túrquica. Macrorregionalmente, o avanço imperial era contido pelas manobras britânicas no norte do subcontinente indiano, o que faria do Afeganistão, um país nominalmente independente, um tampão para absorver as pretensões tanto de Londres quanto de São Petersburgo.

Logo após a Revolução de 1917, a região, agora parte da União Soviética, seguiu vinculada à nova elite política de Moscou, que, de maneira geral, far-se-ia gradualmente mais presente ao

gerenciar as sociedades locais de uma maneira diferenciada: conferia-se menor autonomia administrativa às populações centro-asiáticas do que usualmente se verificava no período imperial, quando, para os povos autóctones ancestrais, vigorava algo similar a uma suserania, que preservava, cotidianamente, boa parte dos costumes e da autoridade de líderes locais.

O domínio soviético teve impacto significativo no modo de vida centro-asiático e também no seu gerenciamento político, em especial através da escolha de líderes alinhados com Moscou. Isto influenciou de forma duradoura a estrutura local de exploração e de fornecimento de hidrocarbonetos, conforme veremos adiante. Para chegarmos aí, devemos antes compreender, ainda que de modo geral, o plano de desenvolvimento soviético para aquela região durante a Guerra Fria.

Pouco após a Revolução de 1917, a área onde hoje se encontram Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão foi incluída em um plano geral de desenvolvimento da União Soviética, o que lhe conferiria uma importância regional e internacional aumentada, dada a guinada do estado russo (e agora soviético) de um forte ator eurasiático para um forte ator global no século XX.

Assim, ainda que politicamente periférica dentro da URSS, a Ásia Central foi dotada de nova importância devido ao surgimento e ao desenvolvimento de cidades nos moldes contemporâneos, na melhoria da saúde e da expectativa de vida da sua população e de um sistema educacional centralizado espelhado nas linhas preconizadas por Moscou (KELLER, 2004) e, acima de tudo, no desenvolvimento econômico local sobre bases de exploração agrícola e energética. Tais mudanças político-sociais, embora positivas em larga medida (adotando-se aqui, admitimos, um parâmetro urbanocêntrico e talvez restrito de bem-estar coletivo), acabaram por engessar a localidade em um escopo reduzido de atividades econômicas e em uma dependência político-econômica em relação aos maiores centros da URSS.

Isto posto, a Ásia Central jamais deixou de lado a sua forçada “vocaço” agrícola de tempos imperiais, mas, estrategicamente, uma nova vinculao surge quando vinga a URSS: internamente, o *desenvolvimento local*, seguindo-se os mencionados moldes centralizadores soviticos, era a forma mais segura, para Moscou, de garantir a sua ligao com aquela que era uma regio to diversa das do ocidente da Unio. Paralelamente, uma parte importante da produo sovitica de hidrocarbonetos agora viria desse local, atravs da construo cada vez maior das capacidades de explorao e transporte.

Desta forma, no que pesasse a variao de produo (o que acompanhava a demanda sovitica interna e mundial por petrleo e gs natural), importa-nos ressaltar que, durante o perodo da Guerra Fria, desenvolveu-se uma estrutura de prospeco, explorao e trnsito de

hidrocarbonetos altamente voltada a Moscou. Ou seja, o próprio fluxo do trânsito energético resultava da lógica soviética de abastecimento da grande demanda industrial, residencial e de locomoção dentro do estado. Com o fim da URSS, os países centro-asiáticos se viram como países juridicamente independentes no sistema internacional. As instalações de exploração e trânsito da época soviética seriam herdadas por estes novos estados, que, a partir de agora, controlariam tais atividades de acordo com as suas reservas e capacidades. Não haveria, porém, um corte súbito das ligações do setor com a Federação Russa. Ao mesmo tempo, lentamente, a RPC seria uma alternativa cada vez mais importante como destino das exportações centro-asiáticas de petróleo e gás natural.

3.2. Produção de hidrocarbonetos na Ásia Central

O petróleo, o gás natural e o carvão mineral representam indústrias importantes na Ásia Central, embora sua produção varie notavelmente de país para país. Veremos, a seguir, que, dentre as três *commodities*, o petróleo é a única que teve um crescimento relativamente estável na região desde a independência jurídica dos países da Ásia Central. É importante levarmos em conta que tal tendência estará frequentemente ligada à produção de atores isolados, visto que, na maioria dos casos, dentre os cinco estados centro-asiáticos, há uma concentração considerável de determinada indústria em países específicos.

Começemos pela produção de petróleo bruto na Ásia Central, a qual tem girado em torno de dois milhões de bpd entre os anos de 2011 e 2012. Desde a independência dos países centro-asiáticos ao final de 1991, a produção vem, em geral, crescendo substantivamente, tendo mais que triplicado no período pós-independência, devido tanto à continuidade de projetos de prospecção e exploração iniciados na antiga URSS quanto novos investimentos trazidos, em especial, por multinacionais do ramo petrolífero (Fig. 23).

Figura 23. Ásia Central: produção total de petróleo bruto
 Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

Podemos perceber que o crescimento ocorreu de forma mais acentuada entre 1997 e 2004, tendo sua intensidade diminuída a partir de então. Ao julgarmos pelo gráfico acima, se, por um lado, vemos que a produção regional evoluiu, por outro, é relevante considerarmos que a mesma é desigualmente dividida entre os cinco países da região. Conforme vemos abaixo, as reservas regionais, que somam cerca de 31 bilhões de barris, são altamente concentradas no Cazaquistão, que detém mais de 96% das mesmas (Fig. 24).

Figura 24. Ásia Central: reservas comprovadas de petróleo bruto (bilhões de barris)
 Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

Conforme também percebemos a seguir (Fig. 25), são poucos os países particularmente relevantes na *produção* regional de petróleo, altamente dominada pelo Cazaquistão, com sua estrutura de prospecção e exploração relativamente mais bem-desenvolvida e receptora de constantes investimentos estrangeiros devido às suas grandes reservas e à sua posição geográfica privilegiada.

Figura 25. Ásia Central: participação de cada país na produção regional de petróleo bruto
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f)

Por sua vez, as reservas de gás natural seco são divididas entre o Turcomenistão, que detém a maior parcela, o Uzbequistão e o Cazaquistão. Ao Quirguistão e ao Tadjiquistão cabem, conjuntamente, menos de 0,1% das reservas regionais comprovadas (Fig. 26).

Figura 26. Ásia Central: reservas comprovadas de gás natural por país
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

A produção de gás natural seco na Ásia Central conheceu flutuações mais intensas (Fig. 27). Embora a produção de 2011/2012 tenha atingido um dos maiores patamares da história pós-independência, o salto não foi tão grande quanto o constatado com o petróleo, já que, comparativamente ao acumulado de 1992, o ano de 2012 teve uma produção 1,3 vezes maior.

Figura 27. Ásia Central: produção total de gás natural seco (bmc)
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

Ainda assim, é difícil percebermos um crescimento (ou decréscimo) regular desta indústria na região, o que ficará mais claro quando das apresentações pormenorizadas de cada país a seguir. Assim como ocorre com o petróleo, a produção regional de gás natural seco varia de país para país, mas, desta vez, a discrepância tende a não pender para um só ator. O Turcomenistão e o Uzbequistão vêm praticamente dividindo, desde o início do século XXI, a primazia (ainda que, no total da série histórica, subsista a liderança uzbeque – cf. Fig. 28).

Figura 28. Ásia Central: participação de cada país na produção regional de gás natural seco
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

Assim como o gás natural, a produção de carvão mineral na Ásia Central enfrentou vários períodos de crescimento e decréscimo, com uma queda acentuada desde o momento imediatamente pós-independência até o fim dos anos 1990 (Fig. 29). A partir daí, uma instável recuperação se inicia, sendo que a produção deste minério, regionalmente, é praticamente representada por um só ator.

Figura 29. Ásia Central: produção total de carvão mineral
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

Também em relação ao carvão mineral, as reservas se concentram, sobretudo, no Cazaquistão, sendo que o Turcomenistão não possui produção alguma e não tem reservas comprovadas (Fig. 30).

Figura 30. Reservas totais de carvão recuperável na Ásia Central
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

Conforme percebemos no gráfico a seguir (Fig. 31), desde o início do período pós-independência, o Cazaquistão foi sempre responsável por mais de 94% da produção regional de carvão mineral, devido tanto à demanda interna quanto à externa.

Figura 31. Ásia Central: participação de cada país na produção regional de carvão mineral
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

Seja qual for o hidrocarboneto, uma produção concentrada não significa dependência energética total de um país em relação a ele, pois, conforme veremos, em alguns casos, estados menos representados nas divisões acima produzem o bastante para suprir a demanda interna. Porém, o excedente de produção, de maneira alguma, é gozado pelos cinco estados centro-asiáticos.

Constataremos, em breve, o seguinte: alguns países da Ásia Central possuem mais reservas de petróleo, gás natural e carvão mineral (ou controle operacional sobre as mesmas) do que outros, o que lhes dá uma força *relativa* (regionalmente) para se basear na exportação destas *commodities* como barganha geopolítica. Todavia, não deve vir de forma automática a conclusão de que um maior volume de produção e/ou exportação de hidrocarbonetos se traduz em determinado estado ter mais poder geopolítico do que outros. Em muitos casos, isto também sinaliza para uma fortíssima dependência do ramo de energia não renovável. Devido à pouca diversificação da pauta exportadora (em uma região que tem como uma de suas características geográficas mais marcantes o não acesso ao mar), isto prende fortemente a região à demanda externa.

Veremos a seguir o que acreditamos serem os aspectos mais relevantes das indústrias supracitadas em cada um dos países centro-asiáticos. Conforme se pode induzir a partir dos dados já apresentados, alguns estados receberão maior enfoque devido à sua grande produção ou projetos em andamento. Todos, porém, sejam, preponderantemente, países fornecedores ou países de trânsito, compõem um importante tecido de produção e suprimento tanto para vizinhos quanto para atores não regionais.

3.2.1. O Cazaquistão e os hidrocarbonetos

Em relação a duas indústrias específicas de hidrocarbonetos (petróleo e carvão mineral), dentre os estados centro-asiáticos, o Cazaquistão é o que tem papel mais preponderante. Nono país mais extenso do mundo, com 2.724.900 km² (UN DATA, 2014), é também o maior país do mundo sem saída para o mar.

Após a independência da URSS, o país tem tido um crescimento médio de 6,5% ao ano e suas principais indústrias são ligadas à exploração de minérios e hidrocarbonetos (Banco Mundial, 2015), com o próprio país sendo um grande produtor de energia. No gráfico abaixo (Fig. 32), vemos a produção e o consumo totais de energia no país.

Figura 32. Cazaquistão: produção e consumo totais de energia
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

Pelo gráfico apresentado, percebemos que, nos últimos anos, o consumo do país se mostrou razoavelmente constante, enquanto a produção chega-lhe a ser, em 2011, quase 2,5 vezes maior, o

que dá grande espaço para a exportação. Em relação ao petróleo, de uma produção de pouco mais de 400 mil bpd logo após a sua independência – consumindo sua quase totalidade, sobrando pouco para ser exportado –, o país, em 2013, consumia ainda menos petróleo do que em 1992 e sua produção, em contrapartida, quadruplicou desde então (Fig. 33), chegando a mais de 1,5 milhão de bpd. O país é o 14º maior exportador de petróleo do mundo (EIA, 2015) e lidera a produção na Ásia Central.

Figura 33. Cazaquistão: produção e consumo totais de petróleo
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

Percebemos, pelo gráfico acima, que a produção começa a aumentar consideravelmente a partir da segunda metade da década de 1990. Investimentos externos e acordos de partilha de produção entre o governo e empresas estrangeiras levaram a produção petrolífera do país a constantemente se superar. O país tem reservas totais estimadas em 30 bilhões de barris (OGJ, 2013 *apud* EIA, 2015), concentradas, em especial, na porção ocidental do país

Mais de 90% das reservas de petróleo se concentram nos 15 maiores campos de petróleo do país (Tengiz, Kashagan, Karachaganak, Uzen, Zhetybai, Zhanazhol, Kalamkas, Kenkiyak, Karazhanbas, Kumkol, Buzachi Norte, Alibekmola, Prorva Central e Oriental, Kenbai, Korolevskoye), sendo que 70% das reservas de hidrocarbonetos se concentram no Cazaquistão ocidental (KMG, 2014a).

A KMG (KazMunaiGaz) é a estatal cazaque que lida com a exploração de hidrocarbonetos, embora haja grande participação de empresas estrangeiras, conforme veremos nos próximos capítulos. Tais empresas foram muito relevantes para que o país conseguisse desenvolver sua

capacidade produtiva nesta indústria, embora isto tenha significado uma série de compromissos com as mesmas que, durante os anos, fez com que grande parte dos lucros não ficasse no país. Isto talvez ajude a explicar a aprovação da importante *Lei do Subsolo e da Utilização do Subsolo* de 2005 para assegurar à KMG maior controle sobre os projetos de exploração de petróleo no país, garantindo participação segura do estado antes que os bens relacionados a essa indústria fossem comercializados. Em 2007, emendou-se a lei acima, permitindo mudanças retrospectivas nos contratos celebrados anteriormente, caso fossem considerados “uma ameaça à segurança do país” (CAZAQUISTÃO, 2010) e, segundo análises recentes (EIA, 2015), a última emenda, de 2010, de fato aboliu os acordos de partilha de produção. Desta forma, o que passa a vigorar no país são *joint ventures*. A KMG, portanto, se fortaleceu devido aos acordos de partilha de produção que, desde muito cedo, foram celebrados entre o governo e empresas estrangeiras, sabendo a hora certa de não mais procurá-los quando sua situação já estava fortalecida.

Frise-se que a Lei de Utilização do Subsolo de 2005 balizou as ações do governo cazaque (via KMG) e passa, agora, a competir ao estado, mais do que a qualquer outro entre ou empresa estrangeira, a decisão final sobre atividades e parcerias. O que se vê tanto antes da adoção da lei quanto após a mesma ser celebrada é o favorecimento oficial cada vez maior de operações conjuntas da KMG com as estatais russas e chinesas, cujos exemplos notaremos mais à frente. Vemos, abaixo, a composição dos volumes de importação e exportação de petróleo e derivados no Cazaquistão (Fig. 34) e percebemos que, de maneira geral, ainda é o bruto que compõe o grosso das exportações petrolíferas do país.

Figura 34. Cazaquistão: importação e exportação de petróleo e derivados
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

O país exporta seu petróleo via oleodutos, barcaças e ferrovias e os maiores destinos são Itália (26%), China (16%), Países Baixos (12%), Áustria (9%) e França (9%) (EIA, 2015). Para atingir quase todos esses destinos, o petróleo cazaque precisa passar por território azeri, georgiano, russo ou turco, dado que não possui saída para o mar. Daí a importância de projetos que liguem os centros produtores do Cazaquistão aos países vizinhos, principalmente através de oleodutos. Os principais oleodutos que cruzam o país são: 1) o Consórcio do Oleoduto do Cáspio, cujos acionistas são a KMG, as russas Transneft e Lukarco e a norte-americana Chevron – outras empresas, dentre elas a Rosneft, em parceria com a Shell, e a italiana ENI, possuem participação minoritária (CHEVRON, 2011); 2) o Oleoduto Cazaquistão-China, *joint venture* entre a CNPC e a KMG (CNPC, 2011a; KMG, 2014b); e 3) o Oleoduto Uzen-Atyrau-Samara, controlado pela Transneft (KMG, 2014c).

Em relação ao gás natural cazaque, a maior parte é composta de gás associado, ou seja, aquele que ocorre em depósitos de petróleo. Logo, as grandes regiões produtoras de gás natural no país são as mesmas que produzem petróleo, em especial os campos de Karachaganak, de Tengiz, de Imashevskoye e de Kashagan. De acordo com o *Oil and Gas Journal*, as reservas cazaques de gás natural somam 2,4 trilhões de metros cúbicos (EIA, 2015).

Vemos, abaixo (Fig. 35) a produção cazaque de gás natural desde sua independência.

Figura 35. Cazaquistão: produção e consumo de gás natural seco
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

Percebemos que, recentemente, houve uma aproximação entre a produção e o consumo de gás natural no Cazaquistão, isto porque boa parte do mesmo é utilizada na reinjeção em campos de petróleo. Em relação às importações e às exportações, conforme podemos ver na figura a seguir (Fig. 36), o país passou a importar gás natural em 2011, não só devido à demanda interna crescente, como também à conexão ineficiente entre os centros produtores do país, concentrados na porção ocidental do território e distantes dos grandes centros consumidores do país. Desta forma, torna-se, por vezes, mais fácil importar gás natural dos vizinhos, em especial do Uzbequistão, já que a malha de gasodutos advinda do exterior atinge as regiões de maior demanda de forma mais rápida.

Figura 36. Cazaquistão: importação e exportação de gás natural seco
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f)

Vemos, abaixo (Fig. 37), como a malha cazaque não se direciona ao norte e ao leste do país, sendo estas regiões geralmente servidas por gás natural vindo da Rússia e do Uzbequistão. Ainda assim, o gasoduto não opera até os grandes destinos finais (como Astana e Almaty), com o último trecho percorrido por ferrovias.

Figura 37. Oleodutos e gasodutos que perpassam o Cazaquistão
Fonte: EY (2014).

O transporte de gás natural não é apenas um detalhe operacional que prejudica tal ramo da indústria cazaque. Os principais gasodutos a cruzar o país são o Duto Ásia Central-Centro (controlado pela Gazprom), o Duto Bukhara-Urais e o Duto Bukhara-Tashkent-Bishkek-Almaty. Ou seja, o país, apesar de consumir sua parcela de gás natural, funciona (ao sopesarmos os grandes centros importadores regionais: Rússia e China) basicamente como um território de trânsito devido ao subdesenvolvimento de sua malha. A construção de gasodutos domésticos que liguem todas as regiões do país faria com que ele potencialmente não mais necessitasse importar gás natural do Uzbequistão, mas os custos operacionais previstos para tal são extremamente elevados. Em 2009, a chinesa CNPC ofereceu um empréstimo à KMG para a construção do gasoduto Beineu-Bozoi-Akbulak, que, quando terminado, supriria o sul do país centro-asiático a partir de fontes internas (PIPELINE AND GAS JOURNAL, 2009). Já a construção do Duto Kartaly-Tobol-Kokshetau-Astana também está sob responsabilidade da KMG e, se completo, levará gás natural ao norte do país (TENGRINEWS, 2012).

Por fim, no tocante ao carvão no Cazaquistão, é importante frisar que o minério representa a mais importante fonte de energia elétrica do país. A região norte é a maior produtora e, conforme percebemos na figura abaixo, o país é autossuficiente (Fig. 38) e exporta o excedente para a Rússia e a Ucrânia. Em 2013, o país se encontrava na décima posição entre os maiores produtores globais (WORLD COAL, 2014).

Figura 38. Cazaquistão: produção, consumo, importação e exportação de carvão mineral
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

O país possui as maiores reservas de carvão na Ásia Central e a produção é, acima de tudo, controlada pelas seguintes empresas: Bogatyr Komir – controlada conjuntamente pela russa RUSAL e pela estatal cazaque Samruk-Energo (BOGATYR KOMIR, 2014a; 2014b); a multinacional baseada em Luxemburgo ERC, através da Eurasian Energy Corporation (ENRC, 2014); e a também luxemburguesa Mittal Steel Termitau (ARCELORMITTAL, 2014).

A Rússia, grande compradora do carvão cazaque (apesar deste ser, alegadamente, de menor qualidade do que o produzido na Rússia), age como um destino seguro destas exportações. Em 2004, o governo cazaque implementou o programa intitulado *Desenvolvimento Bilateral de Equilíbrio Combustível e Energético do Cazaquistão e da Rússia até 2020*, no qual estabeleceu uma cota de 45 milhões de toneladas de carvão a serem exportadas para a Rússia entre 2004 e 2020 (COHEN, 2008).

3.2.2. O Quirguistão e a indústria de hidrocarbonetos

O Quirguistão possui uma participação relativamente pequena na indústria local de hidrocarbonetos. Com exceção da produção de carvão, que, em comparação com o Cazaquistão, ainda é diminuta, o país segue, principalmente, como um país de trânsito para a produção de seus vizinhos. Internamente, no Quirguistão, a maior parte da energia para consumo interno é proveniente da hidroeletricidade, o que leva o país a negociar com os vizinhos Cazaquistão e Uzbequistão em troca de combustíveis fósseis. Isto o coloca, portanto, em uma posição de grande

dependência em relação a seus vizinhos, pois, como veremos, o consumo de gás natural e de petróleo é sempre maior do que a produção interna do país, que não possui uma economia forte e diversificada o suficiente para barganhar por melhores condições de troca.

O Quirguistão possui uma produção muito pequena de petróleo e vem consumindo, todavia, cerca de 35 mil bpd nos últimos anos (Fig. 39).

Figura 39. Quirguistão: produção e consumo totais de petróleo
Fonte: elaboração própria, com dados de EIA (2014f).

Além de não possuir produção significativa de petróleo, o país também conta com pouca capacidade de refino. Esta, caso houvesse, provavelmente levaria o país a importar mais petróleo bruto para agregar-lhe valor, o que quase não ocorre. As importações de derivados, portanto, dominam a pauta, conforme podemos ver no gráfico abaixo (Fig. 40). As reservas do país são estimadas em 40 milhões de barris de petróleo, o que faz a prospecção pouco atraente e rentável. Conforme vimos acima, o país possui cerca de 0,1% das reservas de petróleo centro-asiáticas, o que se traduz em uma indústria que se baseia, acima de tudo, em refinarias. A pequena empresa de capital aberto Kyrgyzneftegaz (KNG) controla a Kyrgyz Petroleum Company (KPC) desde 2012 e se foca tanto em extração quanto em refino (KPC, 2014).

Figura 40. Quirguistão: importação e exportação de petróleo e derivados
 Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

A produção de gás natural no país também é ínfima e o consumo é, portanto, oriundo da importação (Fig. 41). Embora houvesse, até 2013, controle estatal quirguiz sobre a produção de gás natural, o endividamento da empresa era tamanho que o parlamento do país decidiu vender a Kyrgyzgaz à russa Gazprom pela quantia simbólica de um dólar, contanto que esta assumisse todas as suas dívidas, de cerca de US\$ 40 milhões (OTT, 2014). Pelos termos do acordo, a Gazprom fica obrigada a fornecer gás natural de forma segura ao país, além de modernizar a infraestrutura de exploração e de gasodutos.

Figura 41. Quirguistão: produção, consumo e importação de gás natural seco
 Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

Em dezembro de 2013, o Quirguistão assinou um acordo com a RPC para que nele corra o gasoduto que levará gás natural do Turcomenistão à China, o que geraria arrecadação ao país centro-asiático pelo trânsito em seu território (JAFAROVA, 2013). Constata-se, portanto, que o Quirguistão é um país de grande dependência dos vizinhos na prospecção, na exploração e no abastecimento de petróleo e gás natural.

O único recurso hidrocarbônico quirguiz que atinge um volume considerável, capaz de suprir para a própria demanda e garantir alguma exportação, é o carvão mineral (Fig. 42), dando alguma folga para venda aos países da região.

Figura 42. Quirguistão: produção, consumo, importação e exportação de carvão mineral
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

As duas empresas estatais de carvão, Komurs e Kara Ketches, sofreram uma fusão e foram transformadas na Kyrgyzkomur, a fim de centralizar a produção e a estrategização do setor, buscando garantir a independência do país em carvão mineral (QUIRGUISTÃO, 2012). Mesmo assim, a parca infraestrutura de transporte ferroviário no país não permite maior integração interna do fluxo carvoeiro e atrapalha, ao mesmo tempo, as possibilidades de exportação.

3.2.3. O Tadjiquistão e a indústria de hidrocarbonetos

O Tadjiquistão teve boa parte da sua indústria nacional afetada pela guerra civil fomentada por conflitos étnicos e de classe, que, segundo estimativas, deixou, no mínimo, 50.000 pessoas mortas entre 1992 e 1997 (NAÇÕES UNIDAS, 2000). A união de liberais reformistas e islamistas

contra um governo herdeiro da *nomenklatura* soviética que alegava, suspeitosamente, ter ganhado as eleições pós-independência, resultou em um conflito armado violento, no qual esta oposição, auxiliada por voluntários afegãos, combateu forças uzbeques, tadjiques e russas. Após o armistício auspiciado pelas Nações Unidas, a guerra terminou com a promessa de que a oposição tadjique teria acesso a cotas no parlamento. Lentamente, porém, sua indústria se recupera dos efeitos do conflito.

As reservas de hidrocarbonetos giram em torno de: 12 milhões de barris de petróleo, 5,6 bilhões de metros cúbicos de gás natural e 375 milhões de toneladas métricas de carvão, o que representa, respectivamente, 0,03%, 0,05% e 1% do total comprovado regional (EIA, 2014f). Constata-se, portanto, que as próprias reservas do país são muito pequenas se comparadas ao total regional. O petróleo, como se pode ver no gráfico abaixo (Fig. 43), praticamente não é produzido e há, portanto, dependência total da importação.

Figura 43. Tadjiquistão: produção e consumo totais de petróleo
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

Percebe-se que, imediatamente após o início da Guerra Civil Tadjique, o consumo começa a cair, sofrendo uma queda de quase 50% entre 1992 e 1994. A partir daí, inicia-se uma lenta recuperação, auxiliada pela estabilização das forças de paz das Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS, 2000), no que pese a continuação do conflito até 1997. A lenta recuperação da economia (largamente financiada pelo dinheiro enviado de expatriados tadjiques) sofre um grande impacto em 2008 devido à crise energética regional que envolveu os fornecedores de hidrocarbonetos e ao severo inverno de 2007/2008, conforme veremos à frente, causando uma queda de 75% no

consumo devido à diminuição das importações. Apenas a partir de 2010 o consumo começa a ser retomado, mas ainda muito aquém do visto até meados da década. Com uma capacidade de refino diminuta, o país quase que só importa derivados (Fig. 44).

Figura 44. Tadjiquistão: exportação de petróleo bruto e importação e exportação de derivados
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

Em relação ao gás natural, as pequenas reservas do país resultam em uma quase inexistente produção e, constantemente, exportação, levando a um consumo parelho com a importação, geralmente oriunda do Turcomenistão e do Uzbequistão (Fig. 45). Dentre os países centro-asiáticos, o Tadjiquistão é o que possui maior capacidade de geração hidrelétrica, o que, embora traga a vantagem de uma forma não poluente e renovável de energia, submete o país a riscos de diminuição do fornecimento quando o inverno congela a água utilizada nesta indústria, como ocorreu em 2007/2008. Ao mesmo tempo, os países circundantes passavam pelas mesmas condições meteorológicas adversas, o que fez com que sua produção e seu fornecimento de combustíveis fósseis se voltassem preponderantemente à demanda interna de cada um, deixando o Tadjiquistão à beira de uma séria crise humanitária. A isto, somou-se o corte de gás natural uzbeque devido à falta de pagamento por parte do governo tadjique. Todos estes eventos só confirmaram a frágil situação de dependência energética na qual o país se encontra desde sua independência.

Figura 45. Tadjiquistão: produção, consumo, importação e exportação de gás natural seco
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

No Tadjiquistão, três são as empresas ativas tanto no setor petrolífero quanto no de gás: Tajikgas, Tajiknefteproduct e a Tajik-neftegas (INOGATE, [20--a]). O setor petrolífero e de gás natural é extremamente subdesenvolvido, o que faz com que o país dependa da energia fornecida pelo vizinho Uzbequistão, que muitas vezes prefere direcionar sua energia para a República Popular da China. Conforme veremos no capítulo 4, empresas como a Gazprom, a CNPC, a Tethys, a Total e a CNODC têm, nos últimos anos, feito descobertas importantes de petróleo e de gás natural que têm sido chamativas e que podem sinalizar para maior produção destes recursos no país nas próximas décadas.

Por fim, é o carvão mineral o grande responsável por conferir alguma fonte energética hidrocarbônica relativamente segura ao país. Como praticamente toda a produção é voltada ao consumo interno, não há excedente que resulte na exportação (Fig. 46).

Figura 46. Tadjiquistão: produção, consumo, importação e exportação de carvão mineral
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014).

Em 2011, o país possuía 14 empresas carvoeiras, sendo 6 estatais, operando em 10 depósitos diferentes. As maiores produtoras eram a Anguisht, a Anzob e a Fon-Yagnob. Em vista das recentes experiências com o fornecimento importado de petróleo e gás natural, o governo tadjique proibiu a exportação de carvão produzido no país, urgindo às indústrias nacionais que adaptem suas instalações para utilizar o minério como fonte principal de energia (SAFIROVA, 2013). Além do carvão, em mineração, o Tadjiquistão possui uma forte indústria de ouro, antimônio e prata, o que confere ao país um perfil altamente minerador.

3.2.4. O Turcomenistão e a indústria de hidrocarbonetos

Depois da Rússia, o Turcomenistão é o país com as maiores reservas de gás natural na Eurásia. Devido a isto, com um consumo total de energia de cerca de 1,05 Btu anuais (EIA, 2014g), sua energia elétrica é quase totalmente oriunda do gás natural e o país exporta o excedente para vários vizinhos. O país também possui algumas reservas de petróleo (600 milhões de barris) e sua produção, se comparada à de países como Quirguistão e Tadjiquistão, não é insignificante, embora isto se justifique, em especial, por suas maiores reservas. Vemos, abaixo, a produção e o consumo totais de petróleo no país, revelando o excedente para exportação (Fig. 47).

Figura 47. Turcomenistão: produção e consumo totais de petróleo
 Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

Este excedente, somado ao suprimento da demanda energética através do gás natural, faz com que o país não precise importar tanto petróleo bruto e derivados (Fig. 48), sendo que um terço do consumo de energia do país é oriundo desta fonte. O governo permite que empresas estrangeiras operem no mercado de petróleo do país, mas sempre através de acordos de partilha de produção ou *joint ventures* com a Türkmennebit (também conhecida como Turkmenneft).

Figura 48. Turcomenistão: importação e exportação de petróleo bruto e derivados
 Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

É o gás natural, porém, a grande pedra de toque da produção turcomena de energia. Juntamente com o Uzbequistão, o país se encontra na liderança regional do fornecimento. Também é o gás natural que ajuda a explicar os grandes crescimentos anuais do PIB turcomeno – média de 11% de 2010 a 2014, segundo o Banco Mundial (2014) – devido à sua grande demanda externa. Vemos, abaixo, a produção, o consumo, a importação e a exportação de gás natural seco (Fig. 49).

Figura 49. Turcomenistão: produção, consumo, importação e exportação de gás natural seco
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

Conforme podemos perceber, apesar da mencionada crise energética de 2007/2008, que afetou a produção e a exportação de gás natural no país, o consumo interno não foi tão prejudicado, já que é fundamental para o funcionamento energético do país. Em 2009, uma explosão em um gasoduto que fornecia gás natural à Rússia causou um forte declínio na produção do país. Ressalte-se que, curiosamente, os turcomenos não precisam pagar por sua energia elétrica, totalmente subsidiada pelo governo. Os principais destinos do gás natural turcomeno são China, Rússia e Irã. Em 2013, iniciou-se, no país, a produção de gás natural no campo de Galkynysh (EIA, 2012b). São cinco as estatais que controlam as atividades de petróleo e gás natural no país: Turkmenneftegaz (compras, distribuição e exportação), Turkmenneft (produção de petróleo no oeste do país), Turkmengaz (produção de gás natural), Turkmenneftegazstroi (construtora da indústria de hidrocarbonetos), e Turkmengeologia (exploração de hidrocarbonetos).

Por fim, em relação ao carvão mineral, não se percebe consumo considerável do mesmo (a produção é praticamente nula; cf. Fig. 50), especialmente devido ao fornecimento de gás natural.

Conforme vemos abaixo, o país deixou de importar o minério em 1998 e não foram encontrados números sobre as reservas comprovadas no país.

Figura 50. Turcomenistão: importação e consumo total de carvão mineral
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

A grande armadilha potencial na qual o Turcomenistão pode se ver envolvido é justamente a enorme dependência do gás natural, o qual, se tem garantido constantes superávits na balança do país e crescimento notável do PIB, por outro, atesta a sua pouca diversificação produtiva.

3.2.5. O Uzbequistão e a indústria de hidrocarbonetos

Com um consumo total de cerca de 1,9 quadrilhões de Btu em 2013, o Uzbequistão tem a maior parte de sua energia oriunda do gás natural (85%) (EIA, 2014h). O restante é dividido entre derivados de petróleo, carvão e hidroeletricidade. O Uzbequistão possui reservas de cerca de 590 milhões de barris de petróleo. Sua produção, nos últimos cinco anos, tem girado em torno dos 100 mil bpd de petróleo, comumente suprimindo a demanda interna (Fig. 51).

Figura 51. Uzbequistão: produção e consumo totais de petróleo
 Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

A região de Bukhara-Khiva, no centro-sul do país, responde por mais de 70% da produção nacional de petróleo, historicamente controlada pela Uzbekneftegaz. Nos últimos anos, devido à queda da produção (largamente devido à obsolescência da atual estrutura de exploração e transporte), o governo vem tentando atrair empresas estrangeira para trabalhar através de contratos de partilha de produção e *joint ventures*. O país quase não exporta petróleo, pois possui poucas ligações através de oleodutos, com o único duto relevante sendo o que liga o país ao Cazaquistão e, deste, para o Turcomenistão. Todavia, nos últimos anos, empresas estrangeiras têm investido no aprimoramento das capacidades de exploração de petróleo (e também de gás natural) no país, em especial chinesas e russas.

Depois do Turcomenistão, o país é o maior produtor e exportador de gás natural na Ásia Central. Sua produção, desde a independência em 1991, ficou sempre acima de 40 bmc e, apesar de costumar ficar atrás do Turcomenistão na produção anual, seu comportamento é mais constante (Fig. 52).

Figura 52. Uzbequistão: produção, consumo, importação e exportação de gás natural seco
 Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

A estrutura de exploração e transporte no país, porém, não é tão boa tendo em vista o tamanho das reservas de hidrocarbonetos locais e o que poderia ser explorado. A Uzbekneftegaz, a partir de quando começou a gerenciar os hidrocarbonetos no país, não costumava priorizar a renovação das instalações, o que agora tem sido feito com a mencionada participação das empresas estrangeiras. Ainda assim, diferentemente da modesta estrutura verificada na exploração e no trânsito de petróleo no país, o gás natural, por ser o maior componente da pauta exportadora nacional, deve atingir satisfatoriamente os mercados consumidores locais. Cazaquistão, Quirguistão e Rússia são abastecidos por gás uzbeque e o país também serve de trânsito para o gás natural turcomeno a caminho da Rússia e da China. Importante saber que o Uzbequistão e o Quirguistão protagonizam constantes rixas devido a recursos naturais desde os anos 1990. As causas dos cortes de gás natural do Uzbequistão para o Quirguistão são, por vezes, justificadas devido a reparações no sistema, mas Bishkek tende a ver tais ações como retaliações a decisões tomadas pelo seu governo. De certa maneira, a venda da estatal quirguiz Kyrgyzgaz para a Gazprom em 2014 coloca o Uzbequistão em desvantagem relativa para se impor bilateralmente utilizando seu fornecimento de gás natural ao Quirguistão, já que, cumpridos os compromissos da estatal russa em melhorar a infraestrutura de abastecimento de gás natural neste país, este não dependerá mais tanto do suprimento do país vizinho.

Em relação ao carvão mineral, por fim, com reservas ao redor de 1,9 bilhões de toneladas, a produção costuma suprir a demanda interna do país, sendo que, a partir de meados dos anos 2000, o consumo lhe tem sido parelho (Fig. 53). Conforme podemos verificar, não tem havido

muita necessidade de importar o mineral, mais uma vez devido ao abastecimento interno do gás natural – neste caso, o carvão mineral se comporta apenas como complemento de fonte energética.

Figura 53. Uzbequistão: produção, consumo, importação e exportação de carvão mineral
Fonte: elaboração própria, com dados da EIA (2014f).

São três os depósitos onde se desenvolve a mineração carvoeira: Angren, Shargun e Baysun. As reservas de carvão se concentram nas regiões da República de Surkhandarya e Kashkadarya. A O'zbekko'mir (também conhecida como Uzebkcoal ou Uzbekugol'), a Shargunkumir e a Apartak são as empresas que trabalham com a extração de carvão mineral no país (O'ZBEKKO'MIR, 2014), sendo que a primeira, estatal, é responsável por cerca de 90% da produção nacional (EURASIAN COAL PORTAL, 2012). De acordo com o governo do país, há interesse em se aumentar a produção de carvão a fim de diversificar a base energética nacional, altamente dependente do gás natural.

3.3. Considerações finais

Conforme percebemos, os cinco países centro-asiáticos possuem perfis altamente singulares na produção de hidrocarbonetos. O Cazaquistão desponta como o mais diversificado e interligado com diversos mercados, enquanto países como o Quirguistão e o Tadjiquistão se encontram em posições muito mais frágeis e dependentes.

Veremos, no capítulo seguinte, o impacto das empresas estrangeiras nestes locais e como a RPC e a Federação Russa estão se imiscuindo cada vez mais nas indústrias nacionais de

hidrocarbonetos destes países. Tendo em vista os perfis apresentados neste capítulo, todavia, ressalte-se que, de forma alguma, todos os estados centro-asiáticos serão igualmente atraentes e receptores dos mesmos tipos de projetos – e nem todos terão a mesma liberdade de escolha em relação às suas parcerias externas.

4. EMPRESAS DE HIDROCARBONETOS E SUAS OPERAÇÕES NA ÁSIA CENTRAL: ROTAS, PROSPECÇÃO, PRODUÇÃO E ESCOAMENTO

Neste capítulo, apresentaremos as operações das principais empresas que trabalham com hidrocarbonetos na Ásia Central, desde as pertencentes a cada um dos cinco países centro-asiáticos (Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão) até as estrangeiras, focando-nos nestas últimas. Nossa intenção é mostrar não apenas o quanto a região, apesar de ser dificilmente acessível, ainda é atraente devido à quantidade presente de hidrocarbonetos, como expor o que tem, gradativamente, se tornado um nicho cada vez mais concentrado nas mãos de empresas chinesas e russas. De maneira geral, são duas as etapas pós-soviéticas que, até o momento, podemos delinear: primeiramente, houve a abertura de parte dos países centro-asiáticos aos investidores extrarregionais (América do Norte, Europa Ocidental, Ásia e Oceania). Depois de um certo momento, vários destes mercados tiveram sua produção cada vez mais alinhada às demandas chinesa e russa e, desta forma, empresas com tais origens passaram a investir cada vez mais nas capacidades de exploração e transporte de hidrocarbonetos locais. Perceberemos a complexidade das operações dos grupos de vários locais e o quanto é mais fácil para empresas de determinados países operarem em regiões específicas. Por fim, desejamos demonstrar como as empresas chinesas e russas estão lentamente se imiscuindo nas operações de prospecção, exploração e transporte de petróleo e gás natural (e, em menor escala, carvão mineral), apesar da presença sensível de grandes empresas oriundas de outros locais.

4.1. O controle das rotas de fornecimento

Já muito mencionados neste trabalho, os oleodutos e gasodutos que perpassam a Ásia Central fazem parte de uma rede maior – direta ou indiretamente interligada – que se dissemina pela Eurásia. Dizemos “direta ou indiretamente” porque há muitas quebras, sejam elas geográficas (mares, lagos, terras não muito propícias à construção de dutos), sejam políticas (terrenos em conflitos, fronteiras de países que não entraram em acordo sobre questões ambientais, fiscais, políticas, etc.). O mais importante, todavia, é entendermos que a premissa para o raciocínio de construção e manutenção dos dutos são os *mercados finais*, ou seja, para onde os recursos naturais se encaminham.

Dependendo do recurso em questão, diferentes capacidades serão necessárias. Como se sabe, o transporte de carvão mineral não se baseia em dutos, mas, acima de tudo, em ferrovias. Embora em inúmeros aspectos tecnicamente diferentes dos dutos (com obstáculos humanos e

físicos que às vezes dificultam a celeridade do transporte, desde questões alfandegárias até a quebra de bitola), podemos agrupá-las dentro do grupo maior de *capacidades de escoamento* inseridos em um estado e em uma região. Ou seja, quanto maior o acesso e a diversificação das rotas de escoamento de hidrocarbonetos, mais um determinado ator político possui independência, *coeteris paribus*, a partir da produção voltada à demanda, seja esta interna ou externa.

Isto explica o constante interesse dos sete países estudados neste trabalho pela construção de uma confiável malha ferroviária e, especialmente, de dutos para garantir que a demanda interna e externa seja atendida a partir dos recursos produzidos. Ademais, a própria existência de uma rede fidedigna de escoamento já é um motor de fortalecimento da demanda por hidrocarbonetos, além do surgimento e do crescimento de indústrias em localidades menos desenvolvidas, visto que, ao constatarem que recursos energéticos poderão atingir dada região, tanto estados quanto investidores podem, eventualmente, refazer seus cálculos e seu planejamento que, aplicados, podem resultar em maior desenvolvimento local. Um exemplo negativo deste cenário é o que ocorre no Uzbequistão, no Turcomenistão e, principalmente, no Tadjiquistão – com o petróleo e o gás natural – e no Quirguistão – com o carvão: há a (retro)alimentação de um ciclo vicioso ilustrado pela figura abaixo (Fig. 54):

Figura 54. Ciclo vicioso do pouco desenvolvimento da infraestrutura da indústria de hidrocarbonetos na Ásia Central

Logo, a frequente inércia política e econômica que leva à continuidade de operações que, de certa forma, “estão dando certo” – somada a todas as estruturas e hierarquias que se desenvolveram ao redor de um arcabouço quase que petrificado de exploração energética – torna difícil a mudança (e, compreensivelmente, a assunção de riscos para que ela ocorra). Com o efeito de quebrar o ciclo acima, somente poderão se imiscuir nas atividades de diversificação de métodos de exploração/produção e de rotas de transporte não apenas atores economicamente poderosos como também politicamente respaldados regionalmente, dada a constante instabilidade social e política que muitas vezes afeta os países da Ásia Central. Isto explica o porquê das *grandes* operações de prospecção, exploração, refino e transporte serem financiados: 1) ou por um grande ator-empresa (CNPC, Gazprom, Rosneft) – geralmente em conjunto com estatais locais – o qual representa diretamente os interesses oficiais de seus países-sede, possuindo caixa para este tipo de atividade e conseguindo, através de acordos bi- e multilaterais, fornecer garantias que, em muitos casos, empresas privadas não conseguem; ou 2) consórcios multiempresariais (envolvendo ou não estatais), não somente para o compartilhamento de responsabilidades, mas, também, para a difusão de riscos.

Já as operações *menores*, em especial as intranacionais, serão, muitas vezes, assumidas por empresas não estatais, seja de forma isolada ou através de *joint ventures*, em especial na fase de prospecção. Em muitos casos, a dificuldade de se encontrar documentação detalhada acerca da celebração entre o estado contratante e a empresa contratada não denota, necessariamente, nada subreptício, mas sim o fato de que a sua propagandização não ocorre com a mesma ênfase da dos grandes projetos firmados por atores maiores. No entanto, são especialmente a manutenção e a construção das capacidades de escoamento as que mais demonstram a cooperação e os conflitos de interesses entre os atores locais e externos.

Para o escoamento através de ferrovias, vemos, a seguir (Fig. 55), as principais rotas que interligam os países da Eurásia.

Main rail routes from Europe to Asia

Figura 55. Principais ferrovias que ligam a Europa à Ásia
Fonte: Railway Pro (2014)

Percebe-se, no mapa acima, que as maiores rotas de transporte ferroviário possuem significativas disparidades em relação às medidas de bitola, em especial no território da antiga URSS, que adotava o padrão de 1.520 mm. A diferença desta medida – que também vigora na Ásia Central – para as linhas europeias e chinesas, que utilizam o padrão britânico (1.435 mm), complica o transporte pelo inevitável evento da quebra de bitola (o que pode demandar algumas horas para o transbordo) ou pelos custos extras na implementação de bitolas variáveis.

Dentro da Ásia Central, percebemos outra disparidade: a concentração das linhas ferroviárias em alguns países e outros que praticamente não possuem interligação com o exterior, restando a estes, no trânsito terrestre, as poucas rodovias funcionais das quais dispõem (Fig. 56). Conforme apresentado no Capítulo 3, ilustra-se, no mapa a seguir, a dificuldade de transporte do carvão quirguiz e tadjique para dentro do próprio território (para não mencionarmos em direção aos demais centros consumidores) perante à quase inexistência de estradas transitáveis.

Figura 56. Principais rodovias na macrorregião da Ásia Central e adjacências
Fonte: Starr e Kuchins (2010).

O terreno montanhoso do Tadjiquistão e, em especial, do Quirguistão ajuda a explicar o pouco desenvolvimento da malha ferroviária e rodoviária. Em todos os países da Ásia Central, cabe sublinhar que estes dois sistemas são geridos por autoridades estatais.

Em relação aos dutos que transportam gás natural, percebemos a sua concentração no Turcomenistão, no Uzbequistão e, em menor escala, no Cazaquistão (Fig. 57). A importante rota ligando o Turcomenistão à China (Gasoduto Ásia Central-China), comissionada em 2009, tem suas linhas em constante planejamento de expansão.

Figura 57. gasodutos em operação e planejados na Ásia Central, no Cáucaso e no Oriente Médio
Fonte: EIA (2012b).

Para o norte da região, a Rússia é alcançada por dutos que, originando-se no Turcomenistão, passam novamente pelo território cazaque. Em direção ao Ocidente, o transporte por navios-tanque através do Cáspio atrasa o processo de entrega do gás natural ao Azerbaijão para este, daí, ser distribuído ao Cáucaso e à Turquia, e consequentemente, ao restante da Europa. O percurso que não atravessa o Cáspio, por sua vez (gasoduto Ásia Central-Centro) leva o gás natural à Federação Russa.

Na Tabela 7, vemos os principais projetos de gasodutos centro-asiáticos e da macrorregião que estão em operação, os propostos e os que não vingaram, juntamente com os parceiros de cada um deles:

Tabela 7. Principais projetos de gasodutos na Ásia Central e adjacências

Gasoduto		Rota	Status (início de 2015)	Sócios
Ásia Central-Centro		Turcomenistão-Uzbequistão-Cazaquistão-Rússia	Operante	<ul style="list-style-type: none"> • Gazprom (Rússia) • Türkmengaz (Turcomenistão) • Uzbekneftegas (Uzbequistão) • KazMunaiGas (Cazaquistão)

Dauletabad-Salyp Yar (Dauletabad-Khangiran)		Turcomenistão-Irã	Operante	<ul style="list-style-type: none"> • Türkmengaz (Turcomenistão)
Do Fluxo Azul		Rússia-Turquia (passando sob o Mar Negro)	Operante	<ul style="list-style-type: none"> • Gazprom (Rússia) • Eni (Itália) • BOTAS (Turquia)
Do Fluxo Meridional		Rússia-Turquia-Bulgária-Sérvia-Hungria-Eslovênia-Itália	Em construção	<ul style="list-style-type: none"> • Gazprom (Rússia) • ENI (Itália) • Bulgarian Energy Holding (Bulgária) • Srbijagas (Sérvia) • MFB (Hungria) • MVM (Hungria) • Geoplin Plinovodi (Eslovênia) • OMV (Áustria) • DESFA (Grécia)**
Do Sul do Cáucaso		Azerbaijão-Geórgia-Turquia	Operante	<ul style="list-style-type: none"> • AzSCP • SGC Midstream (Azerbaijão) • NICO (Irã) • BP (Reino Unido) • SOCAR (Azerbaijão) • Statoil (Noruega) • Lukoil (Rússia) • TPAO (Turquia)
Korpeje-Kordkuy		Turcomenistão-Irã	Operante	<ul style="list-style-type: none"> • NIOC (Irã) • Türkmengaz (Turcomenistão)
Tabriz-Ancara		Irã-Turquia	Operante	<ul style="list-style-type: none"> • NIOC (Irã) • BOTAS (Turquia)
Transanatoliano		Azerbaijão-Turquia	Em construção	<ul style="list-style-type: none"> • SOCAR (Azerbaijão) • BOTAS (Turquia) • TPAO (Turquia) • BP (Reino Unido)
Turcomenistão-Afganistão-Paquistão-Índia (TAPI)		Turcomenistão-Afganistão-Paquistão-Índia	Proposto	<ul style="list-style-type: none"> • Banco Asiático de Desenvolvimento
Turcomenistão-China (Ásia Central-China)		Turcomenistão-Uzbequistão-Cazaquistão-China	Operante	<ul style="list-style-type: none"> • CNPC (RPC) • Türkmengaz (Turcomenistão) • Uzbekneftegas (Uzbequistão) • KazMunaiGas (Cazaquistão)

*Concebido por Azerbaijão, Estados Unidos, Geórgia, Turcomenistão e Turquia em meados dos anos 1990.

**Em 2013, a SOCAR adquiriu 66% da empresa, tornando-a, de fato, greco-azeri (APA, 2013).

***Segue incerto se a Índia realmente está comprometida com este projeto ou se a rota terminará no Paquistão.

Fonte: elaboração própria, com dados de Banco Asiático de Desenvolvimento (2012); BOTAS (2010); BP (2015); Chow e Hendrix (2010); CNPC (2014a); EIA (2012b; 2013k); Eurasianet (2010); Gazprom (2014d; 2014e; 2014f); International Gas Union's Gas Market Integration Task Force ([20--]); Pipelines International (2008).

A razão de incluirmos países não diretamente localizados na nossa região-foco se justifica pelo impacto que rotas complementares e alternativas podem ter sobre a produção e o escoamento de hidrocarbonetos nos estados centro-asiáticos. Os países do Cáucaso, em especial o Azerbaijão, desempenham um papel fundamental de vetor asiático-europeu, dadas suas grandes reservas de hidrocarbonetos e seu litoral cáspio. Várias rotas propostas por governos ocidentais buscam evitar a participação de países com os quais possuem frequentes divergências políticas, sendo um bom exemplo disto a Federação Russa e o Irã, que, por muitas vezes, tentam encabeçar projetos regionalmente fazendo uso de parcerias empresariais diversas. É importante, também, atentarmos ao constante aumento da demanda indiana por energia, que, embora não seja o enfoque deste trabalho, pode, no futuro, verter parte da oferta eurasiática em sua direção.

O controle de rotas alternativas, desde uma perspectiva geopolítica e não apenas empresarial, é sintomático de um movimento securitizado, ao qual retornaremos no Capítulo 6. O que é notável é como subsiste certa dificuldade de articulação entre países ocidentais perante projetos de exploração e transporte na região do Cáucaso e da Ásia Central, particularmente devido à dependência dos centros consumidores europeus de gás e petróleo vindos, especificamente, de uma região que se encontra sob grande influência russa na ausência de alternativas viáveis de substituição de fornecimento. Pelo viés dos países locais, esta influência se traduz em menor mobilidade, pois, para além de qualquer “ameaça” mais agressiva da Rússia e da China, o fato é que elas representam, pela sua proximidade e pujança (atual e/ou potencial) um mercado mais certo para estes que são os poucos produtos que países de indústrias pouco diversificadas, como os centro-asiáticos, possuem.

No tocante aos oleodutos, vemos que estes se originam, acima de tudo, no Cazaquistão, e, daí, disseminam-se para a Federação Russa, tanto pelas rotas já existentes desde a época soviética (em direção à fronteira norte e noroeste cazaque) quanto pelo Oleoduto CPC¹⁰ (Consórcio do Oleoduto do Cáspio), que passa pelo Cáucaso Russo até chegar ao Mar Negro. De forma similar ao transporte de gás natural turcomeno que esbarra no Cáspio, o mesmo acontece com parte do

¹⁰ Em inglês, *Caspian Pipeline Consortium*.

petróleo cazaque que se direciona à cidade portuária de Aktau, a ser transportada também por navios-tanque e de lá ser bombeado pelo Oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan. Todavia, o Druzhba segue como o maior oleoduto do mundo e liga a Federação Russa aos países da Europa Centro-Oriental, incluindo, neste fornecimento, petróleo do Cazaquistão (cf. Fig. 58).

Figura 58. Oleodutos em operação e planejados na Ásia Central e adjacências
Fonte: EIA (2012b).

Em geral, esses oleodutos e gasodutos são gerenciados pelos estados que os contêm e suas respectivas autoridades de trânsito de hidrocarbonetos. Em outros casos, porém, em especial no tocante aos dutos mais novos, há, frequentemente, *joint ventures* envolvidas, sendo que os principais acionistas costumam ser os países que produzem determinado hidrocarboneto ou demandam o mesmo. Vemos a seguir, na Tabela 8, os principais projetos de oleodutos da região, tanto os concluídos quanto os em andamento:

Tabela 8 Principais projetos de oleodutos da região da Ásia Central/Cáucaso

Oleoduto	Rota	Status (fim de 2014)	Sócios originais
Atyrau-Samara	Cazaquistão-Rússia	Operante	<ul style="list-style-type: none"> • Transneft (Federação Russa) • KMG (Cazaquistão)
Consórcio do Oleoduto do Cáspio (CPC)	Cazaquistão-Rússia	Operante	<ul style="list-style-type: none"> • Transneft (Federação Russa) • Governo do Cazaquistão

			<ul style="list-style-type: none"> • Chevron Caspian Pipeline Consortium Co. (EUA) • LukArco B.V. (Federação Russa) • Mobil Caspian Pipeline Co. (EUA) • Rosneft-Shell Caspian Ventures Ltd. (múltiplos) • Agip International (N.A.) N.V. (Itália)* • Oryx Caspian Pipeline LLC (EUA) • BG Overseas Holdings Ltd. (Reino Unido) • Kazakhstan Pipeline Ventures LLC (<i>joint venture</i> entre a KMG e a BP)
Baku-Supsa	Azerbaijão-Geórgia	Operante	<ul style="list-style-type: none"> • SOCAR (Azerbaijão) • BP (Reino Unido) • Chevron (EUA) • Statoil (Noruega) • TPAO (Turquia) • ONGC (Índia) • ExxonMobil (EUA) • Inpex (Japão) • Itochu (Japão)
Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC)	Azerbaijão-Geórgia-Turquia	Operante	<ul style="list-style-type: none"> • BP (Reino Unido) • SOCAR (Azerbaijão) • Chevron (EUA) • Statoil (Noruega) • TPAO (Turquia) • Eni (Itália) • Total S.A. (França) • Itochu (Japão) • Inpex (Japão) • ConocoPhillips (EUA) • Hess Corporation (EUA)
Cazaquistão-China	Cazaquistão-China	Operante	<ul style="list-style-type: none"> • CNPC (RPC) • KMG (Cazaquistão)
Samsun-Ceyhan	Turquia (do Mar Negro ao Mediterrâneo)	Planejado	<ul style="list-style-type: none"> • Eni (Itália) • Çalık Enerji (Turquia) • Rosneft (Rússia) • Transneft (Rússia)

Fonte: elaboração própria, com dados de AzBTC ([20--]); BP (2014); BP Georgia (2015); Chow e Hendrix (2010); CPC (2014); Eni ([20--]); KMG (2014).

De maneira geral, na região, podemos perceber nos projetos de dutos, em especial nos transnacionais, que quanto mais distantes da Ásia Central e mais próximos do Cáspio, maior o número de empresas envolvidas. A dificuldade de empresas estrangeiras assumirem grandes riscos

de expansão em regiões alinhadas geopoliticamente com a RPC e, em especial, com a Rússia, pode explicar este fenômeno. Isto, em contrapartida, é compensado pelo grande envolvimento das empresas russas e chinesas – particularmente as estatais – nos projetos regionais centro-asiáticos.

Observadores atentos notarão que nenhum dos novos projetos (isto é, pós-URSS) de gasodutos, sejam operantes, falhos ou propostos, que se direcionam ao Ocidente incluem alguma estatal russa. Em relação aos oleodutos, isto também ocorre com a maioria dos projetos, com a grande exceção do CPC (visto como necessário pela Federação Russa para atingir a crescente demanda europeia em vista da inexistência local de um gasoduto abrangente), além do não operante Samsun-Ceyhan. Isto indica uma falta de sintonia entre grandes projetos multinacionais passíveis de potencial compartilhamento entre empresas estatais russas e empresas ocidentais, apontando, possivelmente, para alguma reticência das partes em se comprometer com determinado planejamento ou, especificamente do lado russo, de permitir que alguns projetos saiam do papel através de pressões diplomáticas sobre seus vizinhos. Por outro lado, a mensagem (estatal) passada a Moscou, em especial, é que os países ocidentais sedes das maiores empresas que operam na região tendem a pressionar pela criação de rotas de fornecimento que não perpassem a Federação, criando um desconforto implícito.

Já em direção ao Oriente, a atual preponderância da demanda chinesa ofusca projetos centro-asiáticos de expansão multivetoriais (como acontece na Europa Ocidental devido à existência de vários grandes centros consumidores de petróleo e gás natural). A “resignação positiva” em relação ao escoamento para centros chineses devido ao predomínio populacional e político da RPC na região tem feito com que haja pouco ou nenhum desconforto político-diplomático nos dutos que correm para o leste desde a Ásia Central. Estendendo-se o escopo asiático, quando tais problemas acontecem, a questão tem mais a ver com as rixas Índia-Paquistão sobre o impacto da passagem de dutos por seu território para abastecer o mercado indiano. Desde o ponto de vista chinês, no entanto, a proximidade e a divisão de fronteiras com países centro-asiáticos tornam esta tarefa muito mais fácil para Pequim por incluir menos países. Não surpreendentemente, constata-se que quanto menos forem os países territorialmente envolvidos na construção de linhas de abastecimento – ou quanto menor for a abrangência geográfica entre centro produtor e mercado final – mais simples serão os projetos e menos contestada e demorada será a sua aplicação, como muito bem demonstram os gasodutos que ligam o Turcomenistão ao Irã, que lhe é fronteiro, com o qual as tratativas podem ser simplesmente bilaterais. Veremos, a seguir, como empresas estrangeiras se inserem em cada um dos países da Ásia Central e como os projetos são proporcionais à capacidade que cada um deles possui de responder às demandas de tais atores.

4.2. Empresas estrangeiras e a exploração de hidrocarbonetos no Cazaquistão

Diversas empresas estrangeiras de hidrocarbonetos operam no Cazaquistão. No país, boa parte do atual desenvolvimento industrial é resultante dos acordos feitos com empresas transnacionais que lá se instalaram, as quais, pelas suas atribuições, acabaram auxiliando na modernização do parque industrial cazaque para facilitar a própria exploração e garantir seu ganho. Atualmente, a maioria dos projetos que ocorrem no país são *joint ventures*, muitas vezes denominados *consórcios* pelos participantes. Segundo as regras oficiais, todos os novos projetos devem ter a participação da estatal KMG em suas atividades e, conforme vimos no capítulo 3, a Lei de Utilização do Subsolo, promulgada em 2005, abre espaço para que mesmo contratos em andamento possam ser revistos pelo governo.

A estratégia do governo cazaque tem sido a de garantir a empresas estrangeiras licenças para o desenvolvimento de campos de petróleo desde 1991, visto que o país carecia de maiores capacidades tecnológicas. Um importante exemplo deste fenômeno é a outrora canadense PetroKazakhstan, a qual teve uma participação considerável no processo de modernização das instalações produtoras de hidrocarbonetos no país. Porém, diversos desentendimentos com o governo cazaque levaram a companhia a ser cada vez mais autuada e suas atividades a serem cada vez mais contestadas no país. Por fim, em 2005, a chinesa CNPC comprou a empresa canadense e, seguindo o exposto na Lei de Utilização do Subsolo do Cazaquistão, comprometeu-se, em 2006, a revender um terço dela para a KMG. O governo cazaque, desta maneira – e através da compra de 50% de outra subsidiária da ex-empresa canadense –, tornou-se acionista de metade da refinaria que pertencia a ela, uma das mais modernas do país, ganhando, desta forma, grande controle sobre mais uma etapa importante da produção e não apenas da extração. A compra da PetroKazakhstan pela CNPC (que, no ano seguinte, iria transferi-la para a China Petroleum Engineering and Construction Corporation – CPECC – afiliada da CNPC) (EMBAIXADA DA CHINA NOS EUA, 2005) é simbólica do aumento das operações chinesas no país, visto que esta foi, à época, a maior aquisição internacional da CNPC, no valor de 4,18 bilhões de dólares.

Conforme perceberemos, as maiores empresas estrangeiras que operam no Cazaquistão são oriundas da China, da Rússia, da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Isto não significa que outras empresas menores não tenham participação, de certa maneira, significativa (em especial em *joint ventures*, o que é muito comum). Mas, em geral, a porcentagem de participação nos grandes projetos é comumente concentrada nas companhias com as origens acima.

Como exemplo, pode-se mencionar a maior *joint venture* de todas, a Tengizchevroil – TCO –, em operação desde 1993 e um importante representante do raciocínio de consórcios. Esta *joint*

venture incluía, até o final de 2014, as norte-americanas Chevron e ExxonMobil (a primeira com 50% e a segunda com 25% de participação), além da estatal cazaque KMG (20%) e da LukArco (5%) – subsidiária apenas da Lukoil. Portanto, percebe-se que a TCO está, majoritariamente, sob controle de empresas norte-americanas, mas, como é de praxe, com participação da KMG. Vemos, a seguir, a divisão de alguns dos principais projetos em operação no país (Tabela 9).

Tabela 9. Principais projetos de exploração de hidrocarbonetos no Cazaquistão

Operadora	Hidrocarboneto	Campo principal	Início do contrato	Duração do contrato	Acionistas
Tengizchevroil	Petróleo/gás natural	Tengiz	1993	40 anos	Chevron (50%), ExxonMobil (25%), KMG (20%), LukArco (5%)
North Caspian Operating Company	Petróleo	Kashagan	2008	----	KMG (16.88%), Eni (16.81%), ExxonMobil (16.81%), Royal Dutch Shell (16.81%), Total (16.81%), CNPC (8.33%), INPEX (7.56%)
Kazakhoil Aktobe	Petróleo/gás natural	Alibekmola e Kozhasai	1999	25 anos	KMG (50%), Lukoil (25%) e Sinopec (25%)
Arman	Petróleo/gás natural	Arman	1994	30 anos	Lukoil (50%), Sinopec (50%)
Ozenmunaigas	Petróleo	Uzen	1961	----	KMG (100%)
CNPC AktobeMunaiGas	Petróleo	Zhanazhol	1978	----	CNPC (85,42%), KazMunaiGas (14,58%)
Buzachi Operating Ltd.	Petróleo/gás natural	Buzachi Norte	1997	25 anos	CNPC (50%), Caspian Investments (pertencente à Lukoil [25%] e à Sinopec [50%]*)
Karachaganak Petroleum Operating B.V.	Petróleo/gás natural	Karachaganak	1997	40 anos	BG Group (29.25%), ENI Group (29.25%), Chevron (18%), LUKOIL (13.5%), KMG (10%)
KarakudukMunai	Petróleo/ gás natural	Karakuduk	1995	25 anos	Lukoil (50%), Sinopec (50%)
Turgai Petroleum	Petróleo/gás natural	Kumkol	1996	25 anos	Turgai Petroleum (Lukoil: 50% e CNPC: 50%)

*Até o final de 2014, estava pendente a aprovação, pelo governo cazaque, da venda da participação da Lukoil na Caspian Investments à Sinopec.

Fonte: elaboração própria, com dados de CNPC-AMG (2015); EIA (2013I); Kazakhoil (2013); KMG (2014e); Lukoil Overseas (2014a); North Caspian Operating Company ([20--]); Tengizchevroil (2014).

Já em 2003, a Rosneft havia iniciado a exploração de petróleo no Cazaquistão, na região de Atyrau, no oeste do país, juntamente com a chinesa Sinopec em um acordo 50/50 entre ambas as empresas (ROSNEFT, 2014b). Desde 2006, na porção cazaque do Mar Cáspio, a Rosneft também está envolvida em projetos de exploração e de desenvolvimento da estrutura de Kurmangazy, com participação de 25%, juntamente com a KMG, que detém 50% de participação (ROSNEFT, 2014c). Além disto, a *joint venture* que possui com a Shell dá a estas duas empresas 7,5% de participação no Consórcio do Oleoduto do Cáspio (CPC, 2014).

Por sua vez, a Gazprom tem dois projetos em operação no país, todos em parceria com o governo. Um deles é a prospecção no campo de Tsentralnoye no Cáspio, cujas atividades se iniciaram em 2003 (com a descoberta de campos de petróleo, gás e condensado na região em 2008). Para as operações, a Gazprom trabalha em parceria com a Lukoil em uma *joint venture* (que criou a TsentrCaspneftegaz) que detém metade da participação no projeto, enquanto a KMG detém a outra metade. Estima-se que ambas as reservas contenham cerca de 170 milhões de toneladas de combustível. Outro importante projeto em atividade envolvendo esta estatal russa é o do campo de Imashevskoye, iniciado em 2010, para prospecção de gás natural e condensado (GAZPROM, 2014g).

É importante, porém, considerarmos que uma grande produção deve ter um escoamento eficiente. Desta maneira, a construção e a manutenção da rede de dutos do país são, muitas vezes, também compartilhadas com empresas estrangeiras para que haja maior dinamicidade nas atualizações necessárias em vista do constante aumento da demanda. Podemos ver, na Tabela 10 a seguir, os principais participantes das rotas em operação no país.

Tabela 10. Principais rotas de dutos e seus acionistas no Cazaquistão

Nome da rota	Volume de exportação em 2013 (milhões de toneladas)	Participantes
Tengiz—Novorossiysk (Consórcio do Oleoduto do Cáspio)	28,7	Federação Russa (24%); KMG (19%); Chevron Caspian Pipeline Consortium Company (15%); Lukarco B.V. (12,5%), Mobil Caspian Pipeline Company (7,5%), Rosneft-Shell Caspian Ventures Limited (7,5%); CPC Company (7%); BG Overseas Holding Limited (2%); Eni International

		(2%); Kazakhstan Pipeline Ventures (1,75%); Oryx Caspian Pipeline (1,75%).
Atyrau—Samara	15,4	KazTransOil (território cazaque), Transneft (território russo)
Atasu—Alashankou	11,8	KazTransOil (50%), CNODC (50%)
Ferrovias	9,0	Kazakhstan Temir Zholy* (100%)
Porto marítimo de Aktau	6,3	Governo do Cazaquistão

*Estatal ferroviária do Cazaquistão

Fonte: elaboração própria, com dados de EY (2014); CPC (2014); Port Aktau (2014); KazTransOil (2014); Kazakhstan Temir Zholy ([20--]).

Os principais projetos de expansão são o do Consórcio do Oleoduto do Cáspio (aumento do fornecimento), o Oleoduto Cazaquistão-China (aumento do fornecimento e da extensão) e o Sistema de Transporte no Cáspio, ligando o fornecimento cazaque a um sistema interligado com o território azeri, envolvendo, inclusive, o Oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan.

Logo, a centralidade do Cazaquistão para o transporte de hidrocarbonetos na Ásia Central também fica mais clara, conforme demonstrado pelos vários interessados em investir e operar no país. O governo cazaque tem agido de forma amplamente estratégica, sopesando, em geral, estes vários interesses para garantir maiores (e mais seguros) investimentos no país, ainda que resguardando o direito soberano do estado de intervir para garantir a continuidade da sua própria participação.

Apesar do grande crescimento da produção e da exportação, talvez o mais notável seja o quanto a Rússia teve uma diminuição muito acentuada de seu controle relativo sobre as rotas de exportação cazaques, concomitantemente com o aumento da participação do Consórcio do Oleoduto do Cáspio (CPC) e da rota Atasu-Alashankou para a China. Podemos, ainda, arriscar dizer que, individualmente, a Federação Russa mantém maior controle do que os demais atores por ser a maior acionista do CPC (cerca de 1/4), mas não deve ser ignorado que o mesmo não é controlado apenas por ela e que a participação chinesa vem crescendo consideravelmente. De todo modo, é sempre bom considerar o quanto o Cazaquistão está em uma posição bem mais confortável de escolha de parceiros do que a maior parte dos seus vizinhos centro-asiáticos.

4.3. Empresas estrangeiras e a exploração de hidrocarbonetos no Quirguistão

A pequena participação do Quirguistão na produção local de hidrocarbonetos se reflete na pouca atratividade do país como local de prospecção e exploração, embora alguns projetos com

empresas estrangeiras estejam em atividade. A maior parte da energia do país é oriunda da hidroeletricidade e a esta indústria de hidrocarbonetos, como vimos no capítulo 2, não é tão desenvolvida quanto em alguns países vizinhos. A estatal KNG (KyrgyzNefteGaz) busca constantemente a cooperação com empresas estrangeiras. É importante levarmos em conta o quanto o gás natural e o petróleo produzido pelos países vizinhos são preferencialmente exportados para a Europa e para a China, que estão dispostas a (e têm condições de) pagar um preço mais elevado pelos recursos.

Com a saída da australiana Santos International Holdings e da britânica Xtract Energy de uma *joint venture* com a KNG devido à não identificação de materiais de interesse em Tashkōmūr (XTRACT RESOURCES, 2012), no Vale de Fergana, as operações de prospecção de hidrocarbonetos no país ficaram ainda mais desfalcadas. Justamente a região de Fergana, na divisa com o Tadjiquistão e o Uzbequistão, concentra reservas de carvão, nafta e petróleo (além de outros recursos não combustíveis), sendo, porém, altamente instável. Na região, os Distúrbios de Osh, em 1990, foram causados por desentendimentos acerca da divisão de fazendas coletivas entre uzbeques e quirguizes nesta hoje cidade do Quirguistão, juntamente com Uzgen. Desde então, alguma tensão étnica permaneceria até 2010, quando novos distúrbios, agora incluindo Osh e Jalal-Abad, resultariam na morte de cerca de 400 pessoas e no deslocamento de centenas de uzbeques étnicos para o Uzbequistão. Isto ajuda a explicar a retirada de empresas estrangeiras da região, pois a incerteza política, somada ao pouco retorno dos investimentos na prospecção, dificulta os trabalhos consideravelmente.

A própria KPC (Kyrgyz Petroleum Company) já foi uma *joint venture* da estatal KNG e da britânica Petrofac Resources International e operava a única refinaria de petróleo do país. Contudo, a pouca produção local, juntamente com a grande dependência do fornecimento cazaque e uzbeque, os quais nem sempre podiam ser dados como certos, ocasionou a retirada da empresa britânica do país em 2012, deixando a KNG como única acionista da KPC (KPC, 2014).

O fornecimento de gás natural, alvo de constantes crises com o Uzbequistão, segue complicado. Os desentendimentos com este vizinho, que acusava o atraso de pagamento do Quirguistão, levou os países, inclusive, a celebrarem acordos de permuta, através do qual o Quirguistão forneceria hidroeletricidade e também água para a agricultura uzbeque, mas o acumulado das dívidas quirguizes, ainda assim, não seriam pagas. Conforme mencionado no Capítulo 2, em 2014, a estatal Kyrgyzgaz foi comprada pela Gazprom, que adquiriu suas dívidas. Segundo a estatal russa, haverá investimentos para a produção interna de gás natural para aumentar a autossuficiência quirguiz em gás natural, embora a empresa tenha direito de definir os preços de exportação e de estocagem de gás no país, sendo, também, protegida da nacionalização por 25

anos (RT, 2014). Conclui-se que, com o gás natural, o Quirguistão deixa em suspenso um capítulo de dependência que passou das turbulentas relações com o Uzbequistão para uma talvez mais confiável com a Federação Russa.

A extração de carvão no país é altamente descentralizada. O país possui 812 Mtm de carvão recuperável, o que poderia suprir as necessidades do país mesmo em tempos de inverno durante décadas. Porém, não há interligação entre as várias empresas extratoras de carvão mineral do país e bom acesso à malha de transportes; desta forma, a maior parte do carvão utilizado no país é oriunda do Cazaquistão. O envolvimento de máfias locais na exploração do minério piora o quadro. A fraqueza da mineração do carvão no país também tem ligação com a parca qualidade de transportes, já que boa parte das regiões produtoras são semi-isoladas de potenciais consumidores internos e externos (EURASIANET, 2014). Próxima ao Quirguistão, a Região Autônoma de Xinjiang, na RPC, é uma potencial compradora do carvão de coque quirguiz (valioso para a produção de aço através de *smelting*), mas, ainda assim, esbarra-se na questão da ausência de uma ferrovia capacitada ligando ambos os países, em cuja construção a China demonstrou interesse no início de 2014, mas, até o final deste ano, não havia projeção de início (SERVIÇO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA GRÃ-BRETANHA, 2014).

Com tamanhas reservas, o país tenta atrair investidores externos, mas as instáveis regiões do país não atraem maiores empresas, que temem pela falta de regulamentação e previsibilidade. A Kyrghyzkomur, estatal que lida com a prospecção e exploração de carvão no país, gerencia as atividades dos vários grupos mineradores que lá atuam. Recentemente, a australiana Celsius, que firmou acordos de prospecção de carvão na Bacia de Uzgen e na Cordilheira de Alai, segue com seus projetos no país (CELSIUS COAL, 2014). Os principais destinos das exportações de carvão do Quirguistão são o Tadjiquistão, o Uzbequistão e a Rússia.

O Quirguistão, portanto, possui maior potencial do que capacidade produtiva. Mesmo que pouco dos seus hidrocarbonetos possam, no momento, ser exportados, o desenvolvimento de uma base produtiva interna que, ao menos, diminuísse a dependência externa garantiria alguma estabilidade energética ao país. Todavia, mesmo as empresas internacionais seguem relutantes em investir no país e não parece haver interesse muito proativo mesmo da RPC, que urge por energia, em vista da sua anunciada estratégia de diminuição gradual do uso do carvão mineral.

4.4. Empresas estrangeiras e a exploração de hidrocarbonetos no Tadjiquistão

Conforme já apresentado nos capítulos 1 e 3, a instabilidade política e social no Tadjiquistão também teve efeitos sobre sua economia e, consequentemente, sobre a manutenção e

o desenvolvimento de sua indústria de hidrocarbonetos. As operações de empresas estrangeiras no país são limitadas pela difícil previsibilidade pós-soviética e, considerando que o país importa boa parte do gás natural e do petróleo que consome, sua dependência poderia ser contornada com a exploração dos campos da Bacia de Fergana, no norte do país, além da Bacia Tadjique-Afegã.

De todos os hidrocarbonetos, o carvão mineral é o que mais colabora para alguma folga energética ao país, conforme já vimos. A proibição da exportação do carvão mineral pelo governo, a fim de assegurar uma fonte estável ao consumo interno, indica que as empresas estrangeiras envolvidas com este recurso devem se contentar, por ora, com o abastecimento do mercado interno.

As maiores empresas estrangeiras que operam no país atualmente são a britânico-canadense Tethys, a francesa Total e a chinesa CNPC, as quais celebraram uma *joint venture* para formar a Bokhtar Operating Company, na Província de Khatlon, para a exploração de petróleo e gás natural (TETHYS PETROLEUM, [20--]). Bokhtar se encontra sobre a Bacia do Amu Darya (rio que corre entre Afeganistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão), possuidora de importantes reservas de petróleo e gás natural. Embora as reservas comprovadas de petróleo (12 milhões de barris) e de gás natural (5,5 bilhões de metros cúbicos) sejam pequenas se comparadas às dos vizinhos, o fato de o país se encontrar em uma região prolífica faz com que algumas empresas estrangeiras assumam os riscos e custos da prospecção. Estima-se que o petróleo recuperável da Bacia de Fergana, por sua vez, seja por volta de 4 bilhões de barris (USGS *apud* EIA, 2012d). Nesta região, a Manas Petroleum, através de sua subsidiária DWM Petroleum, também é ativa na prospecção de petróleo no país, tendo adquirido as licenças de exploração do governo em 2012 (MNP PETROLEUM, 2014). As mesmas regiões que possuem reservas de petróleo são as prospectadas para gás natural, geralmente pelas mesmas empresas. O interesse do governo tadjique é não apenas desenvolver a infraestrutura interna através da concessão de licenças e de acordos de partilha de produção com empresas estrangeiras, mas, eventualmente, construir capacidade exportadora significativa para prover gás natural, em especial para a China.

Similarmente, a Gazprom assinou, em 2008, um acordo com o governo do Tadjiquistão para o desenvolvimento de projetos em Sarikamysch e Shokhambary Ocidental, sob a égide do Acordo de Colaboração Estratégica no setor de gás natural assinado entre a Federação Russa e o Tadjiquistão em 2003 por um período de 25 anos (GAZPROM INTERNATIONAL, 2014). As estatais Tajikneftegas, Tajikgas e Tajiknefteprodukt desempenham, mormente, o papel de gerenciadoras, sem capacidade maior para prospecção e exploração. A Tajiktransgas, por sua vez, cuida do transporte de gás natural dentro do país, vindo, em especial, do Uzbequistão. Neste cenário, a cooperação tadjique com as empresas externas é essencial, dada a falta de recursos

internos para investir no setor. De todos os lados, porém, percebe-se claramente uma menor atratividade do país para empresas de hidrocarbonetos do que acontece com os seus vizinhos.

4.5. Empresas estrangeiras e a exploração de hidrocarbonetos no Turcomenistão

Antes de 2007, a situação dos investimentos estrangeiros no Turcomenistão era dificultada pelo regime pouco aberto de Saparmurat Niyazov. Após a ascensão de Gurbanguly Berdimuhamedow, as grandes reservas de gás natural do país foram mais uma vez vistas como um atrativo possível para empresas, no mesmo esquema de simbiose que favorece acordos de partilha de produção em outros estados centro-asiáticos. Empresas como Shell e ExxonMobil já haviam realizado atividades de prospecção do país na época de Niyazov, mas não tinham atingido resultados satisfatórios e cessaram suas operações.

Com reservas comprovadas de 600 milhões de barris de petróleo e 7,5 Tmc de gás natural, a localização do país o posiciona em uma situação menos vantajosa que a do Uzbequistão, com mais fácil acesso aos mercados consumidores. Desde 2007, o país tem feito reformas para proporcionar maior transparência para os investidores externos, como a criação de uma autoridade regulatória de hidrocarbonetos para emitir licenças para a exploração de gás e petróleo. São as *joint ventures* com estatais turcomenas ou os acordos de partilha de produção as operações autorizadas pelo governo, limitadas, quase sempre, ao desenvolvimento de campos de petróleo e de gás natural *offshore* (EIA, 2012b; 2012c).

Em relação ao petróleo, são várias as empresas que assinaram acordos de partilha de produção com o governo turcomeno em tempos recentes. Segundo os dados mais recentes encontrados durante a redação deste trabalho, as principais empresas estrangeiras de hidrocarbonetos em atividade no Turcomenistão são listadas na Tabela 11 a seguir:

Tabela 11. Principais empresas estrangeiras que operam com petróleo e gás natural no Turcomenistão*

Operadora	Campos principais	Início das operações	Duração do contrato**
ENI (após comprar a Burren) (Itália)	Burun, Nebit Dag	2008	----
DragonOil (EAU)	Cheleken	2000	25 anos
Çalık Enerji (Turquia)	Korpedje, Akpatlawuk, G. Yoloten	----	----
Petronas (Malásia)	Garagel-Deniz, Deyarbekir, Magtymguly	1996	25 anos

CNPC (RPC)	Gumdak, Baktyarlyk	2002 (Gumdak), 2007(Baktyarlyk)	5 anos (Gumdak); 30 anos (Baktyarlyk)
Gazprom (Rússia)	NSA	2003	25 anos
Rosneft (através da extinta <i>joint venture Zarit</i>) (Rússia)	Blocos 21, 29, 30 e 31	2002	----
Schlumberger (EUA)	Galkynysh	1997	----
Scomi (Malásia)	----	2004	----

*Os traços na tabela (----) não indicam não existência, mas sim que dados suficientemente confiáveis não foram encontrados para compor a categoria.

**A julgar pelo acordo de partilha de produção anterior (assinado com a Burren), o PSA subsistiria até 2022, mas isto não está documentado no site da empresa.

Fonte: elaboração própria, com dados de Crude Accountability (2009); ENI (2009); Golubkova (2013); Schlumberger (2012; 2014); Scomi Group (2013).

A empresa com maior impacto dentre as signatárias dos recentes acordos de partilha de produção é a chinesa CNPC. Desde 2007, ela assinou um PSA para desenvolver campos de gás natural na margem direita do Amu Darya com o governo turcomeno para a exportação de 30 bmc para a China por 30 anos. Vários projetos da estatal chinesa estão em andamento no país, sendo que ela é uma das poucas estrangeiras a operar no país sem estar limitada a atividades *offshore*. Desde 2010, diariamente, a usina de gás natural resultante deste empreendimento injeta 14,5 milhões de metros cúbicos do hidrocarboneto no Gasoduto Ásia Central-China (CNPC, 2011b). O gás natural turcomeno, através deste oleoduto, já chega à costa leste da China, região de maior demanda do produto. Das empresas estrangeiras atuantes no país, a CNPC é a que tem tido maior constância nas operações e considerável êxito na prospecção e desenvolvimento de capacidades. O campo de petróleo de Gumdak, no oeste do país, também é explorado pela empresa.

O sucesso da CNPC em desenvolver capacidades locais a fim de fornecer gás natural turcomeno à China é digno de nota, acima de tudo pela construção e manutenção do duto Ásia Central-China. Em 2014, um sexto do gás consumido pelo país provinha do Turcomenistão após a inauguração da segunda usina de processamento na região de Bagtyarlyk (OIL&GAS TECHNOLOGY, 2014). A Federação Russa, através da Gazprom, ainda é a maior compradora do gás turcomeno, mas, regionalmente, além da China, o Irã tem mostrado cada vez mais interesse em ampliar o volume das compras de gás natural do país centro-asiático.

A Gazprom, por sua vez, além das operações apresentadas, é corresponsável, junto com a Turkmenneftegas, pela transmissão de gás natural turcomeno da Rússia até a Ucrânia, passando pelo Cazaquistão e pelo território da Federação através do gasoduto Ásia Central-Centro. No segundo semestre de 2014, a Gazprom, que havia se comprometido a comprar gás turcomeno (e uzbeque), buscava uma forma de anular este compromisso, alegadamente em função do impacto

das sanções impostas por países ocidentais à Federação Russa naquele ano (RICKLETON, 2014). Isto tende a verter a produção, no médio prazo, novamente para o mercado chinês.

Logo, apesar da variedade de empresas operando no país, o controle sobre a exportação dos recursos explorados ainda está, majoritariamente, nas mãos da Gazprom e da CNPC. A modernização da infraestrutura de hidrocarbonetos voltada à exportação, todavia, está particularmente ligada aos investimentos e interesses chineses.

4.6. Empresas estrangeiras e a exploração de hidrocarbonetos no Uzbequistão

Conforme apresentado no Capítulo 3, a maior parte da energia consumida no Uzbequistão é oriunda do gás natural (80%), seguida do petróleo (13%) (EIA, 2012d). Aparentemente, o rígido controle estatal sobre os investimentos externos no país não tem atraído muitas empresas estrangeiras. De forma similar ao Turcomenistão, que também possui reservas e produção considerável, o Uzbequistão poderia verter maior parcela de sua produção de hidrocarbonetos para o exterior caso possuísse uma infraestrutura mais modernizada. De acordo com o *Oil and Gas Journal* (apud EIA, 2012d), por exemplo, os campos atualmente operacionais de petróleo estão se desgastando mais do que novas descobertas estão surgindo.

O declínio percebido na produção de petróleo quando esta é comparada a meados da década de 1990 é efeito da obsolescência das instalações e da estrutura de transporte. Diferentemente do Turcomenistão, que possui reservas similares de petróleo, mas que tem permitido que empresas estrangeiras atuem mais livremente em seu solo desde 2007, a produção de petróleo uzbeque é menor, muito embora se encontrem, no Uzbequistão, empresas estrangeiras operando em PSA com a UNG (Uzbekneftegaz), o que tende a aumentar a efetividade da prospecção. Vemos, a seguir (Tabela 12), os principais projetos em operação no país até o início de 2015.

Tabela 12. Empresas estrangeiras que operam com petróleo e gás natural no Uzbequistão*

Operadora	Hidrocarboneto	Campos/regiões principais	Duração do contrato
Lukoil	Petróleo e gás natural	Sudoeste de Gissar, Ustyurt, Khauzak, Kandym, Kungrad	36 anos (Sudoeste de Gissar, Ustyurt) 35 anos (Khauzak, Kandym)
CNPC	Petróleo	Regiões de Bukhara-Khiva, campo de Mingbulak	25 anos (regiões de Bukhara-Khiva)

			4 anos (campo de Mingbulak)
Gazprom	Gás natural	Shakhpakhty, Ustyurt Ocidental	15 anos (Shakhpati) 5 anos (Ustyurt Ocidental)
Consórcio CNPC/Lukoil/ /UNG	Gás natural	Bloco do Mar de Aral	35 anos
Consórcio KNOC/UNG	-----	Namangan/Chust, Fergana Ocidental/Chinabad	-----
Consórcio KOGAS/Lotte Chemical/LG International/STX/UNG	Gás natural	Uzunkui (Ustyurt)	-----
Petronas	Gás natural	Oeste de Urga, região ocidental de Ustyurt	35 anos (Baisun) 15 anos (Urga Ocidental)

*Os traços na tabela (-----) não indicam não existência, mas sim que dados suficientemente confiáveis não foram encontrados para compor a categoria.

Fonte: elaboração própria, com dados de CNPC (2011c); EIA (2012d); Gazprom (2015); KOGAS (2014); KNOC (2014); Lukoil Overseas (2014b); Petronas (2008).

Similarmente ao que ocorre em outros países da região, os depósitos de gás natural e de petróleo são, muitas vezes, geograficamente concomitantes. As já conhecidas empresas estrangeiras listadas acima (CNPC, Lukoil e Gazprom) se somam às sul-coreanas KNOC e KOGAS e à malaia Petronas.

Interessantemente, as operações da Gazprom no Uzbequistão parecem sinalizar para uma sensível melhoria nas relações deste país com o Quirguistão, pois, produzindo gás natural uzbeque, a estatal russa, agora dona da Kyrgyzgaz, pode vender "de si para si" entre os dois países. A intervenção do governo uzbeque, neste caso, ficaria mais difícil, dado que a Gazprom representa tanto grandes investimentos em melhoria da infraestrutura local quanto interesses do governo russo no país. Todavia, a já mencionada intenção da Gazprom, na segunda metade de 2014, de não mais se comprometer a comprar gás turcomeno e uzbeque pode levar a China a absorver esta oferta através da CNPC, a qual, novamente, investe na ampliação do gasoduto Ásia Central-Centro. De forma similar aos demais países que o rodeiam, na qualidade de país sem acesso a oceanos, o Uzbequistão depende, em especial, da demanda de seus vizinhos, que podem ser ou consumidores finais ou países de trânsito.

4.7. Considerações finais

Conforme percebemos, há uma grande diversidade na maneira como os países centro-asiáticos lidam com a exploração de hidrocarbonetos em seu território. De forma geral, aqueles

que possuem maior independência para decidir os termos de operações de grandes empresas – em especial as estatais estrangeiras – são aqueles que fazem fronteira com vários países ou que têm acesso fácil a rotas diversificadas. Por sua vez, os demais países, ainda que contenham reservas significativas de recursos em seu território, se encontram em uma situação menos favorecida, a qual é agravada pela lenta modernização da sua capacidade exploratória e de transporte resultante de sua pouca atratividade para investidores externos, muitas vezes até mesmo regionais.

Estas grandes empresas regionais, oriundas da RPC e da Federação Russa, são as que têm apresentado o comportamento mais regular (comparadas às empresas extrarregionais) em suas operações na região, especialmente pela propensão à assunção de riscos que mencionamos no início deste capítulo. Percebe-se, todavia, que não há uma convergência significativa entre estes dois grupos (russo e chinês) em relação à exploração conjunta. Embora alguns projetos isolados deste tipo sejam verificados, o raciocínio que embasa as operações de tais empresas (sobretudo as estatais), além da promoção de suas ações pelos estados que as abrigam, são bastante díspares. No capítulo seguinte, veremos quais são as posições oficiais da Federação Russa e da RPC em relação aos hidrocarbonetos, desde uma perspectiva legislativa interna até a (pouca) cooperação energética em um nível internacional, e como a Ásia Central se localiza em ambas as estratégias energéticas.

5. AS POSIÇÕES OFICIAIS DA FEDERAÇÃO RUSSA E DA RPC EM RELAÇÃO AOS HIDROCARBONETOS: POLÍTICAS ENERGÉTICAS, LEGISLAÇÕES INTERNAS E PARTICIPAÇÃO EM OIS

Neste capítulo, trataremos das políticas energéticas nacionais da Federação Russa e da RPC, buscando entender, primeiramente, o que elas priorizam, tanto para a atualidade quanto para o futuro (próximo e mais distante). Em um segundo momento, apresentaremos a pouca harmonização energética existente entre ambos os países internacionalmente e como isto sinaliza a falta de uma sinergia – e, muito mais, de um planejamento – entre ambas. Através do capítulo, perceberemos continuamente o quanto a Ásia Central figura nos cálculos de ambos os países, mas, ainda assim, que isto não represente uma convergência de ações no campo energético regional e global.

5.1. Política energética nacional da Federação Russa

Já em 1992, pouco após a queda da URSS, a Federação Russa tratou de seguir com o favorecimento político das atividades econômicas voltadas aos hidrocarbonetos, dada a relevância desta indústria para a economia do estado. Por *favorecimento político* não nos referimos a atividades fora da “normalidade” competitiva que agora eram promovidas na Rússia após a adoção de medidas econômicas neoliberais, mas sim à contínua estratégia do estado para garantir a segurança das atividades da indústria de hidrocarbonetos, vista como basilar à saúde econômica nacional.

Contextualizando este período, após mais de 20 anos do início de mudanças estruturais e o privilégio de algum distanciamento histórico, arriscamos dizer que, embora tenha havido um forte movimento de desoneração do estado na era Iéltsin (culminando nas privatizações de grandes empresas petrolíferas no país), percebe-se que, em nenhum momento, o estado se comprometeu a abdicar de seu planejamento sobre as operações de tais indústrias, ainda que empresas estrangeiras e investidores internos agora passassem, em muitos casos, a serem operadores de grande parte da produção outrora conferida ao estado. Pensado pelas autoridades públicas ou não, houve, de fato, um ganho *operacional* na indústria de hidrocarbonetos pela introdução das técnicas mais avançadas através de investimentos estrangeiros, as quais levavam à otimização das fases de prospecção, *upstream*, exploração e *downstream*. Isto deu um respiro à produção de petróleo da Federação, por exemplo, garantindo o fim da queda em meados dos anos 1990 e levando ao início de uma ascensão produtiva quase constante a partir de 1998.

Perante a assim chamada Nova Condição Econômica, o *Conceito de Política Energética* seria aprovado em 1992, estruturando-se em 1995 com o decreto nº 472, intitulado *Principais disposições da Estratégia Energética da Rússia até 2010*, as quais, no final daquele ano, através da resolução governamental 1006/95, seriam adotadas oficialmente (MINISTÉRIO DE ENERGIA DA FEDERAÇÃO RUSSA, 2010). Daí viria, em 1998, a criação do Instituto de Estratégia Energética (IEE), espécie de *think-tank* estatal que se propõe a vincular o desenvolvimento energético nacional com o desenvolvimento social e econômico da Rússia.

A partir de então, o IEE teria uma importante participação, como ramo governamental, na elaboração de análises e propostas, manifestando-se através de boletins e estudos escritos ou respaldados por membros da sociedade civil, como empresários e acadêmicos. O instituto teve participação preponderante, em 2000, na redação da nova versão das disposições estratégicas, agora intitulado *Principais disposições da Estratégia Energética da Rússia até 2020*, que, basicamente, substituiria o documento de 1995. Segundo o Ministério de Energia da Rússia, as novas disposições eram “adequadas ao real processo de desenvolvimento do setor energético do país, mesmo em face de mudanças abruptas dos fatores externos e internos que determinam os parâmetros básicos de operação do complexo de combustíveis e de energia da Rússia” (MINISTÉRIO DE ENERGIA DA FEDERAÇÃO RUSSA, 2010, p. 3, tradução nossa). Neste excerto, não fica muito claro o que seriam as “mudanças abruptas” a que o Ministério se refere, mas o texto deixa, no mínimo, subentendido que as próprias diretivas são passíveis de revisão periódica, de acordo com o ambiente energético nacional e regional (propôs-se, a partir daí, que a cada cinco anos houvesse a revisão do documento). Em 2003, três anos após a publicação das segundas disposições, aprovou-se a *Estratégia Energética da Rússia até 2020*.

A coroação deste processo ocorreu, porém, em 2009, após a revisão da *Estratégia* anterior por políticos, acadêmicos e outros membros da sociedade civil russa desde 2008. Através do Decreto nº 1715-r, a *Estratégia Energética da Rússia até 2030* (daqui para frente referida como EER-2030) foi aprovada.

Este documento fornece importantes propostas e diretivas para industrialistas e responsáveis por estrategização energética dentro da Federação, apresentando sugestões de manutenção e inflexões a serem observadas. De acordo com a EER-2030, o setor de energia na Rússia “possui um potencial significativamente alto de resistência interna e de inércia, que lhe possibilita formar um caminho estratégico para o seu desenvolvimento com base nas diretrizes almejadas, em vez de constantemente mudar previsões sobre as condições externas e internas” (MINISTÉRIO DE ENERGIA DA FEDERAÇÃO RUSSA, 2010, pgs. 6-7, tradução nossa). Aqui, vemos que há, em tese, um raciocínio transgovernamental herdado das versões anteriores do

documento e que pretende ser, de fato, uma estratégia estatal – focando-se, sobretudo, em objetivos a serem alcançados, sendo que as revisões periódicas, por importantes que fossem, seriam basicamente táticas. Desenvolvida no período Putin-Medvedev-Putin, não houve mudanças significativas no direcionamento da política interna e externa russa e, em curto e médio prazo, não parece factível que grupos políticos internos venham a contestar tal documento. Para além disto, todavia, tomando-se a Federação como constrangida no seu papel de potência devido ao declínio de seu poder global nas últimas décadas, todo o documento se pauta, externamente, pela manutenção e pela ampliação do status global russo a partir da sua segurança energética; posto de outra maneira, seria o correto gerenciamento energético um dos grandes bastiões a resguardarem seu poder e, eventualmente, projetarem ainda mais a Rússia nos anos vindouros.

Importante percebermos que, ainda que seja um documento estratégico aprovado por decreto e, portanto, tornado público, as próprias propostas da EER-2030 demonstram as fraquezas que o arcabouço energético russo atual sustenta (ou seja, a pesada dependência econômica do país da indústria de hidrocarbonetos). Conforme exposto na seção que lida com os “desafios domésticos”, a demanda energética interna deve ser garantida levando-se em conta que:

- 1) O padrão de vida da Rússia deve corresponder ao de países desenvolvidos;
 - 2) A Rússia deve atingir a liderança tecnológica em várias áreas essenciais, garantindo sua vantagem competitiva e sua segurança nacional (incluindo energética);
 - 3) As estruturas econômicas do país devem ser mudadas em favor de setores menos energético-intensivos;
 - 4) O país deve migrar da exportação de materiais primários para o desenvolvimento inovador de recursos com uma reforma qualitativa do setor energético (incluindo o desenvolvimento tanto de energia combustível quanto não combustível) e das indústrias relacionadas;
 - (...)
 - 5) A Rússia deve melhorar sua eficiência energética e reduzir a intensidade energética de sua economia para o nível de países com condições climáticas semelhantes, como o Canadá e os países escandinavos (...)
- (MINISTÉRIO DA ENERGIA DA FEDERAÇÃO RUSSA, 2010, pgs. 14-15, tradução nossa)¹¹.

Aqui fica claro o raciocínio oficial (e histórico) russo de buscar garantir a segurança do país através dos recursos dos quais dispõe (o que não a diferencia de nenhum outro estado soberano), além de perseguir a liderança em tecnologias que impeçam sua dependência e fraqueza relativa, não se posicionando aquém dos demais atores internacionais (o que não a diferencia de nenhuma outra potência). Todavia, embora a segurança energética seja vital a qualquer país que

¹¹ A numeração dos pontos apresentados não consta no original e foi colocada neste trabalho apenas para facilitar a exposição.

almeje resguardar sua soberania, a questão principal é que, na Rússia, os mesmos recursos energéticos (que são um dos principais garantidores desta) são, também, a sua principal fonte de recursos externos através da exportação. Somado a isto, internamente, a Federação não é eficiente na utilização dos recursos energéticos disponíveis que poderiam, eventualmente, impulsioná-la globalmente e, com a pequena diversificação da pauta exportadora (ao menos em relação aos montantes conferidos por cada elemento), ela fica presa a um ciclo econômico que, ainda que comercialmente rentável, deve ser quebrado para que o país esteja protegido da imprevisibilidade de fatores externos ligados à demanda, como demonstra o impacto que a queda nos preços do petróleo em 2014 teve para a economia do país. Em suma, sua grande dependência econômica da exportação de petróleo e gás natural (fontes primárias) não estimula o desenvolvimento mais agressivo da indústria de refino (para não dizer que, indiretamente, colabora com a baixa diversificação econômica geral), como ocorre nos países desenvolvidos, além de, por inércia, tender a manter o país nesta mesma atividade, porquanto rentável.

A EER-2030 também faz importante menção à “integração da área econômica eurasiática” (MINISTÉRIO DA ENERGIA DA FEDERAÇÃO RUSSA, 2010, pg. 17, tradução nossa), o que oficializa, no pensamento estratégico energético nacional, um movimento que, desde 1996, vem crescendo na Rússia pós-soviética, qual seja, a diminuição da vinculação (mas não sua anulação) político-econômica quase automática com a Europa Ocidental – como se via na primeira etapa do governo Iéltsin – e a cada vez maior ligação com a dinâmica geopolítica asiática.

O ousado planejamento para 2030 utiliza, como base, os níveis nacionais de 2005, projetando que, naquele ano, a participação do complexo energético no PIB deverá cair 1,7 vez, ainda que a utilização de energia aumente (Tabela 13). O documento é bastante efusivo e, de certo modo, socialmente acurado ao afirmar que a grande intensidade em energia da Federação Russa “inevitavelmente impedirá o desenvolvimento socioeconômico do país” (MINISTÉRIO DA ENERGIA DA FEDERAÇÃO RUSSA, 2010, pg. 20, tradução nossa), tratando a questão um pouco além da *Realpolitik* basilar.

Tabela 13. Projeção da demanda doméstica russa para os principais recursos energéticos até 2030

Indicadores	2005	2008	Fase 1 (até 2015)	Fase 2 (até 2020)	Fase 3 (até 2030)
Consumo energético doméstico (milhões de TEC)	949	991	1.008–1.107	1.160–1.250	1.375–1.565
Mesmo acima (% de 2005)	100	104	106–117	122–132	145–165

Consumo doméstico de petróleo (refino) (milhões de toneladas)	208	236	232–239	249–260	275–311
Mesmo acima (% de 2005)	100	113	112–115	120–125	132–150
Consumo doméstico de gás natural (bmc)	443	457	478–519	539–564	605–641
Mesmo acima (% de 2005)	100	103	108–117	122–127	137–145
Consumo doméstico de combustíveis sólidos (milhões de TEC)	167	174	168–197	198–238	248–302
Mesmo acima (% de 2005)	100	104	98–115	116–140	145–177
Consumo doméstico de eletricidade (bilhões de kWh)	941	1.020	1.041–1.218	1.315–1.518	1.740–2.164
Mesmo acima (% de 2005)	100	108	111–130	140–161	185–230

Fonte: adaptado de Ministério da Energia da Federação Russa (2010, pgs.144-5, tradução nossa).

Há, também, a previsão de que, apesar do aumento do consumo energético, este será mais eficiente e, em 2030, as exportações de gás natural e de petróleo, em sua forma bruta, deverão sofrer uma diminuição de até 12% (Cf. Tabela 14).

Tabela 14. Projeção da exportação russa de energia até 2030

Indicadores	2005	2008	Fase 1	Fase 2	Fase 3
Total de energia exportada (milhões de TEC)	865	883	913–943	978–1,013	974–985
Mesmo acima (% de 2005)	100	102	106–109	113–117	113–114
Da qual					
Petróleo bruto (milhões de toneladas)	253	243	243–244	240–252	222–248
Gás natural (bmc)	256	241	270–294	332–341	349–368
Carvão natural (milhões de toneladas equivalentes de carvão)	58	70	72–74	74–75	69–74
eletricidade (exportação líquida, bilhões de kWh)	12	17	18–25	35	45–60

Fonte: adaptado de Ministério da Energia da Federação Russa (2010, pg. 136, tradução nossa).

Perceba-se dois pontos importantes para a compreensão do papel dos hidrocarbonetos na EER-2030: primeiramente, só se planeja diminuir a quantidade absoluta do petróleo bruto nas

exportações e não a dos outros hidrocarbonetos (basicamente porque gás natural e carvão mineral não são tão passíveis de beneficiamento quanto o petróleo) e, segundo, que, mesmo havendo um aumento (percentual e absoluto sobre níveis de cada fonte), a estratégia é estruturada de forma a se conceber uma Rússia mais desenvolvida, rica e diversificada, o que levaria a matriz energética a corresponder a uma menor parcela da economia nacional.

Algo interessante que perpassa todo o documento é, ainda, a ênfase atual no mercado europeu em detrimento do asiático. Não que deixem de existir várias menções às “novas oportunidades” representadas, em especial, pelo mercado chinês, mas o enfoque ainda é voltado para a continuidade do fornecimento ao Ocidente e o que se faz presente no documento é a sua futura diminuição relativa. Segundo a EER-2030:

[Até 2030, a proporção dos mercados energéticos europeus no total das exportações energéticas russas] cairá continuamente devido à diversificação da exportação para os mercados de energia orientais (China, Japão, República da Coreia, demais países da região da Ásia-Pacífico). Além disto, ao fim da terceira fase de implementação da Estratégia, a proporção dos mercados energéticos orientais na exportação russa de energia de hidrocarbonetos líquidos (petróleo e derivados) deve aumentar dos atuais 6% para 22-25%, enquanto a exportação de gás natural deve crescer de 0% para 19-20% (MINISTÉRIO DA ENERGIA DA FEDERAÇÃO RUSSA, 2010: 23).

Por fim, ao fazer previsões e recomendações para o futuro imediato, o documento alega que a forte intervenção estatal para promoção da indústria de hidrocarbonetos acabaria em 2013-2015, quando os efeitos da crise financeira de 2008 não seriam mais tão pesados, algo difícil de se constatar dada a crise de preços e seu impacto na Rússia em 2014/2015. Isto não quer dizer que haveria um crescimento acelerado da iniciativa privada em tais empreendimentos, mas sim “várias formas de parcerias público-privadas, em especial na construção e modernização da infraestrutura energética e no desenvolvimento de inovações” (MINISTÉRIO DA ENERGIA DA FEDERAÇÃO RUSSA, 2010, pg. 28, tradução nossa).

Em relação ao que denomina *política externa energética*, a EER-2030 acusa os principais problemas desta área; quais sejam:

- Redução da demanda e cortes nos preços de recursos energéticos devido à crise econômica;
- Insuficiente diversificação de mercados de venda para os recursos energéticos russos e também da estrutura de exportação de *commodities*;
- Preservação da dependência das exportações russas em relação aos países de trânsito;
- Politização das relações energéticas entre a Rússia e os países estrangeiros;

- Baixo nível de atividade de empresas energéticas russas em mercados externos (MINISTÉRIO DA ENERGIA DA FEDERAÇÃO RUSSA, 2010, pg. 57, tradução nossa).

Para que as metas de diversificação de mercados e melhoria na prospecção, exploração e fornecimento sejam alcançadas, o documento advoga pelo desenvolvimento da cooperação energética com os países da “Comunidade dos Estados Independentes, a União Econômica Eurasiática, do Nordeste Asiático, da Organização para a Cooperação de Xangai e da União Europeia, assim como com as demais organizações internacionais e países” (MINISTÉRIO DA ENERGIA DA FEDERAÇÃO RUSSA, 2010, pg. 57, tradução nossa). Embora isto, em tese, envolva todo o mundo, a ênfase na Eurásia é clara pela devida denominação das ditas organizações regionais. Todavia, a oligopolização da produção de petróleo e gás natural no país, além da pouca exploração das reservas de carvão mineral, apesar de sua abundância, são apontadas como grandes impedimentos para as ambições da própria EER-2030. Neste excerto sobre a política externa energética da Federação, também é ressaltado o papel que o estado russo deverá dar às empresas nacionais de hidrocarbonetos, tanto em solo interno quanto no exterior.

Ao fim do documento, fica clara a intenção russa de funcionar como um *hub* energético local, dada a contiguidade terrestre eurasiática e o seu posicionamento entre grandes produtores (como ela própria e os estados centro-asiáticos) e grandes consumidores (Europa Centro-Oriental, República Popular da China). Sobre o gás natural, por exemplo:

A importação de gás de países da Ásia Central, predominantemente da Comunidade dos Estados Independentes, será desenvolvida gradativamente. Os volumes de importação serão formados dependendo da situação econômica dos mercados estrangeiros para o gás e do estado de equilíbrio energético e de combustíveis da Rússia. (...) A Rússia aumentará seus esforços em prol dos principais centros de produção regional de gás (como os países da Ásia Central e o Irã) e sua consolidação com base em sua infraestrutura de transporte de gás natural. A Rússia buscará estabelecer o sistema de transporte integrado eurasiático para o fornecimento das exportações e dos fluxos cruzados entre a Europa e a Ásia, em especial o gasoduto "Yuzhniy Potok" – Fluxo Meridional – que será completado (MINISTÉRIO DA ENERGIA DA FEDERAÇÃO RUSSA, 2010, pgs. 80, 82, tradução nossa).

Construindo o raciocínio de forma mais ativa, vislumbra-se o peso que a Ásia terá como demandante crescente de energia, o que aparece em alguns momentos de forma um pouco mais descritiva:

As empresas russas produtoras de gás natural desempenharão um papel ativo no desenvolvimento de depósitos de gás em outros países (Argélia, Irã, países da Ásia Central, etc.) e na construção de

novos gasodutos inter-regionais, em especial no Sul da Ásia, bem como coordenarão a sua política de exportação com tais países. (...) A implementação da infraestrutura mencionada [*Gasoduto Russo-Alemão, sob o Báltico, e Gasoduto de Torzhok, na região de Tyumen*] preparará a infraestrutura de transporte para o início do desenvolvimento em larga escala da Península de Yamal [*ao norte da Rússia*]. Ela também reduzirá os riscos de trânsito das exportações de gás natural russo para a Europa e assegurará a oportunidade de expandir o trânsito de gás centro-asiático para a Europa através do sistema russo de transporte de gás natural (MINISTÉRIO DA ENERGIA DA FEDERAÇÃO RUSSA, 2010, pgs. 80-81, tradução nossa).

Ambas as áreas (Torzhok e o Báltico) já se encontram com gasodutos em operação. Porém, nesta passagem, é interessante ver como a pequena menção ao Sul Asiático (a única em todo o documento) indica seu lugar na estratégia, a qual pouco leva em consideração a já corrente discussão sobre a futura demanda indiana de petróleo e gás natural. Fica patente que, para todos os efeitos, o que mais importa na estrategização oficial são as bases territoriais eurasiáticas *contíguas* nas quais a Rússia, através de suas empresas, possui presença ativa, o que pouco inclui Índia e Paquistão.

Dentre estas áreas contíguas, a Ásia Central predomina dentre as priorizadas pela constante cooperação entre os novos estados da região e Moscou desde 1991. E o papel ao que o estado russo se arroga em sua estratégia energética (de não apenas melhorar a posição da indústria de hidrocarbonetos através de atualizações na legislação ou da redução da oligopolização, por exemplo) passa a ser o de defesa e promoção ativa das empresas russas, particularmente as estatais, em solo estrangeiro e, especificamente, centro-asiático.

Isto não quer dizer que antes do século XXI não houvesse mecanismos entre os países da região e Moscou que tratassem da cooperação energética. De fato, no imediato período pós-URSS, a codependência era norma neste setor, visto que tanto as linhas de transmissão de energia quanto os dutos, ferrovias e estrutura portuária haviam sido construídos durante a vigência de um raciocínio unificador soviético que não cairia por terra somente porque surgiram novas fronteiras (o imediato surgimento da Comunidade dos Estados Independentes é um bom exemplo deste fenômeno, sendo uma forma de se lidar com o anseio que os inevitáveis vácuos jurídicos resultantes da queda soviética poderiam trazer). Com a independência formal dos novos estados e a busca das classes políticas e empresariais nacionais de reorganizarem a cadeia produtiva e inseri-la com maior segurança no mercado internacional através das modernizações, as novas agências estatais responsáveis pelos hidrocarbonetos (tanto russas quanto dos países centro-asiáticos) trabalhariam visando esta independentização *operacional*, a qual, devido ao predomínio do pensamento econômico neoliberal do período, não se beneficiaria da continuidade automática das

antigas ligações intrassoviéticas. Conforme verificamos nos capítulos anteriores, alguns países foram mais bem-sucedidos do que outros e, como resultado, há hoje uma grande disparidade tanto em relação à capacidade produtiva quanto à capacidade de se utilizar da vantagem oriunda do gerenciamento energético mais eficiente para alavancar suas escolhas de política externa, submetendo-se, comparativamente, menos às potências regionais, como é o caso, acima de tudo, do Cazaquistão.

5.2. Política energética nacional da República Popular da China

A República Popular da China, por sua vez, desenvolveu sua legislação energética através de constantes respostas do governo às demandas político-econômicas do país. Com o passar das décadas, o raciocínio imediatamente pós-1949 de ênfase no fornecimento energético (contanto que este ocorresse e contentasse a demanda) foi sendo gradativamente substituído por um pensamento que envolvia a ciência de seus efeitos colaterais, tanto políticos, quanto legais e ambientais.

O gerenciamento da energia na RPC remonta à formação do estado sob um novo sistema político, quando, dos anos 1950 aos anos 1980, o modelo econômico planejado abarcou também o fornecimento energético. A criação do Ministério da Indústria de Combustíveis nos anos 1950 regulamentava tanto o carvão quanto o petróleo e a eletricidade. A planificação da atividade energética se mostrou em certo grau obsoleta a partir da maior abertura do país ao mercado internacional em fins da década de 1970, quando o cada vez mais claro potencial de crescimento do estado parecia maior do que a centralização do setor, à época pouco dinâmica, poderia permitir.

De meados dos anos 1980 em diante, houve a gradual abertura do mercado chinês de energia para investidores externos, mas o controle da rede elétrica seguiria nas mãos do estado. Dentro do sistema regulatório chinês ligado à energia, existem seis subsistemas, que se concentram em: 1) carvão; 2) petróleo e gás natural; 3) eletricidade; 4) energia nuclear; 5) energias renováveis; e 6) conservação de energia. Não há uma legislação que lide separadamente com o gás natural e com o petróleo, como já acontece com a eletricidade (1995), o carvão (1996) e a conservação energética (2005).

De 1988 até agora, houve diversas reformas ministeriais que buscaram adaptar o planejamento estatal às demandas apresentadas pela crescente economia chinesa. Após a dissolução dos ministérios competentes nessa matéria (o Ministério do Carvão, em 1988, e o Ministério da Energia Elétrica, em 1998) e constantes rearranjos, criações e reformas ministeriais através dos anos (PENG, W., 2009, pg. 18), surge a Agência de Energia em 2003 para a coordenação energética intersetorial. Por fim, em 2008, foi criada a Comissão Nacional de Energia

como forma de coordenar os departamentos que lidam, direta ou indiretamente, com a energia no país. Dentre estes, a já citada Agência de Energia possui a competência para propor estratégias relacionadas à energia no país através de pesquisas sobre a situação nacional e internacional, e também de regulamentar, além das esferas supracitadas, o petróleo e o gás natural.

Após mais de duas décadas, o consumo de energia da RPC era 3,5 vezes maior em 2012 do que em 1991, não tendo estagnado ou diminuído um ano sequer. Com um crescimento médio do PIB de 10% ao ano desde 1991, surge um acréscimo da demanda por energia, nem sempre disponível tão rapidamente dentro do país. O sistema regulatório energético chinês preza pela sobre-regulamentação das atividades do setor (com diversas agências estatais às quais os atores devem se reportar) e a pela sub-regulamentação ambiental, o que vem mudando apenas nos últimos anos.

É importante considerarmos que a RPC divulga seus planos quinquenais, os quais não apenas estabelecem metas de desenvolvimento a serem alcançadas pelo país como também, a partir de êxitos e insucessos, (r)estabelecem (novos) objetivos. Os centros de estudos de planejamento do governo chinês, por sua vez, lidam com a energia desde um ponto de vista estratégico.

Em 1996, o Nono Plano Quinquenal, juntamente com as *Metas de Longo Prazo até o Ano de 2010* mencionaram, pela primeira vez, a importância da conservação energética e, acima de tudo, o “reajuste da estrutura de produção e de consumo energético”, afirmando que a estrutura energética “deveria girar em torno da eletricidade e se basear no carvão, além de grandes esforços deverem ser feitos para explorar os recursos de gás de petróleo e para desenvolver novas fontes de energia” (CENTRO DE PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO DO CONSELHO ESTATAL CHINÊS, 2003, pg. 56, tradução nossa). Isto seria reafirmado em 2001, no Décimo Programa Quinquenal de Desenvolvimento Energético, com menção direta à segurança energética através da otimização da estrutura.

Em 2005, o Centro de Pesquisa em Desenvolvimento do Conselho Estatal Chinês publicou o documento intitulado *Estratégia e Política Energética Nacional 2020* (daqui em diante referido apenas como EPEN-2020¹²). Abrangente e detalhado, o trabalho conta com uma revisão das políticas energéticas oficiais anteriores e apresenta propostas para o país não só conquistar maior autossuficiência energética como também otimizar a utilização de recursos. Embora a efetividade das eventuais políticas aplicadas com base no documento seja melhor avaliada através dos planos quinquenais nacionais subsequentes, que são norma no governo, a EPEN-2020 delineia, de forma

¹² Texto completo (em inglês) disponível em Energy Foundation China (2014).

oficial, as expectativas e recomendações para o suprimento e a demanda energética na China a partir de um ponto de vista também geopolítico.

Ao tratar do carvão, constata-se que a ênfase do documento ainda é neste hidrocarboneto, já que não se vislumbra que, até 2020, haja uma substituição extensa dessa utilização, por mais que isto seja desejado. Desta forma, parte considerável da EPEN-2020 trata do gerenciamento interno deste recurso, como controle e regulamentação das grandes e pequenas minas, punição das atividades carvoeiras ilegais e segurança e bem-estar dos trabalhadores da indústria. Amplamente falando, um dos maiores entraves operacionais da indústria carvoeira chinesa diz respeito à pouca sincronia entre as minas menores (que possuem alguma vantagem gerencial por serem locais) e as grandes minas, que têm como vantagem produtiva a extensa escala (EPEN-2020, 2005, pg. 22).

Por sua vez, ao tratar do petróleo e do gás natural, o documento apresenta, em especial, uma avaliação sobre como a administração das indústrias locais colabora ou não para o bom funcionamento do setor, fazendo pouca menção à busca por fontes seguras ou pela substituição do carvão como combustível principal.

Em 2012, seria lançada a mais recente Política Energética da China que, de fato, não traz grandes mudanças em relação às propostas, com a importante exceção do capítulo que trata do desenvolvimento de energias renováveis. Neste documento, que demonstra o aumento da utilização de energias mais limpas, como a hidrelétrica e o gás natural, a cooperação internacional em energia é vista como um dos pontos principais para o desenvolvimento futuro da segurança energética do país. Segundo o documento:

A China é um participante ativo e responsável na cooperação energética internacional e vem estabelecendo um diálogo bilateral e mecanismos de cooperação no campo de energia com os EUA, a UE, o Japão, a Rússia, o Cazaquistão, o Turcomenistão, o Uzbequistão, o Brasil, a Argentina, a Venezuela e muitos outros países e regiões, além de vir fortalecendo o diálogo, as trocas e a cooperação com tais países em relação ao petróleo, ao gás natural, ao carvão, à energia elétrica, à energia renovável, à tecnologia, a equipamentos e à política energética. A China também é membro ou participante importante em muitas organizações e mecanismos multilaterais, incluindo o grupo de trabalho em energia da Organização de Cooperação da Ásia-Pacífico, do Grupo dos 20, da Organização para a Cooperação de Xangai, do Conselho Mundial de Energia e do Fórum Internacional de Energia. Ela também é observadora da Carta Energética e mantém relações próximas com organizações internacionais como a Agência Mundial de Energia e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Em relação à cooperação energética internacional, a China assume uma vasta gama de obrigações e desempenha um papel ativo e construtivo (CHINA, 2012, CAPÍTULO IX, tradução nossa).

O documento também apresenta a abertura chinesa ao investimento estrangeiro na área de exploração energética e, ao fim, a importância de se manter a estabilidade nas regiões produtoras.

Trabalhando conjuntamente para manter a segurança energética, um mecanismo de gerenciamento energético internacional é um pré-requisito para um mercado energético global estável. A comunidade internacional deve trabalhar de forma colaborativa a fim de manter a estabilidade nos países produtores e exportadores de petróleo, em especial aqueles no Oriente Médio, para garantir a segurança das rotas internacionais de transporte energético e prevenir conflitos geopolíticos que afetem o fornecimento mundial de energia. Os vários países envolvidos devem resolver grandes disputas energéticas internacionais através do diálogo e da consulta. Questões de energia não devem ser politicizadas e a utilização da força e do confronto armado deve ser evitada (CHINA, 2012, CAPÍTULO IX, tradução nossa).

Aqui, a RPC reafirma a sua necessidade de ter fontes geopoliticamente seguras para garantir o fornecimento, e lembre-se que a maior parte do petróleo consumido pela China é oriunda dos países do Oriente Médio. Regionalmente, somente a Rússia é uma exportadora de algum peso para a RPC, representando 9% do total (o Cazaquistão representa 4%) (EIA, 2014e). Em relação ao gás natural importado via gasoduto, as rotas se estendem desde a Ásia Central ou a Rússia (também planeja-se a construção do gasoduto Mianmar-China). É compreensível a insistência chinesa em que as regiões mais distantes de seu território e que são fornecedoras devem ser mantidas “estáveis” através da cooperação internacional. Nas regiões imediatamente vizinhas, é mais fácil uma potência como a China ter influência geopolítica, diferentemente do Oriente Médio e dos estados insulares do Pacífico, de onde vem a maior parte do GNL importado.

São dois os elementos que diferem a ação russa da chinesa em relação à energia na Ásia Central: 1) a Rússia, com a mudança oficial de modelo econômico e de governo e adoção quase abrupta das leis de mercado neoliberais, teve uma adaptação menos “suave” do que a RPC; 2) ainda que ambas estejam inseridas em um contexto geopolítico regional, a Federação Russa e a RPC possuem visões distintas do peso que a Ásia Central lhes representa como depositária e corredor energético. Ou seja, mesmo que, em termos realistas, seja ainda uma potência, o declínio russo nas últimas décadas (relativamente à sua posição internacional soviética durante a Guerra Fria) faz com que seja grande a ênfase de seus documentos oficiais na Ásia Central. Para a China, no entanto, embora a região esteja *gradativamente* ganhando importância como origem de hidrocarbonetos, a Ásia Central ainda não representa a maior origem de boa parte deles, que chegam a vir, em massa, de regiões tão distantes, por exemplo, quanto Angola (14% do petróleo bruto importado, em contraste com o primeiro colocado na região – Cazaquistão – com apenas

4%). Contudo, este, para a China, não é um cenário ideal. O perigo do transporte por mar, aliado à distância e a dificuldade de influência geopolítica direta, faz com que seja importante desenvolver a indústria regional com vistas ao seu próprio mercado para aumentar a segurança do fornecimento.

Assim como ocorre na EER-2030 da Federação Russa e nas EPEN-2020 e Política Energética de 2012 da RPC, as referências às organizações internacionais surgem na medida em que se explicita que, através delas, será endossada a estratégia de cada um dos países em relação a este campo frente à assim chamada comunidade internacional. Embora assuntos regulatórios e técnicos gerais possam ser alcançados através de organizações com membros mais numerosos – já que as discussões não envolvem (tantos) conflitos políticos – são as organizações *regionais* as que deveriam ser conclamadas para a harmonização local do fluxo energético entre Rússia e China caso houvesse um real projeto de gerenciamento regional de hidrocarbonetos. Nenhuma OI energética dentre as existentes congrega todos os países centro-asiáticos mais RPC e Rússia, conforme veremos a seguir, de forma a gerenciar localmente o fluxo de hidrocarbonetos, o que diminui, desta forma, a possibilidade de diálogo multilateral na eventualidade de conflitos por recursos limitados.

5.3. A diminuta cooperação energética regional e global entre a Federação Russa e a República Popular da China através das OIs

As organizações internacionais que incluem os países da Ásia Central, *além* de Rússia e China, em um ambiente de cooperação interestatal visando especificamente o fluxo de hidrocarbonetos inexistem. Isto demonstra que o mesmo grau de cooperação – e consequente institucionalização – que se verifica na área de segurança não ocorre na área energética e o ímpeto pela harmonização de metas não parece ser o mesmo. A seguir (Tabela 15), vemos quais organizações e acordos energéticos abarcam os países da região¹³:

Tabela 15. Participação dos países centro-asiáticos, da Rússia e da China nas principais iniciativas internacionais de energia

Iniciativa	Tipo	Membros/Parceiros da região
Agência de Energia Nuclear (OCDE)	Agência intergovernamental	Rússia

¹³ Reitere-se que existem, internacionalmente, inúmeros centros, agências e fóruns de membros da sociedade civil que lidam com energia, em especial as menos representadas, como a solar e a eólica, mas que não contam com estados como membros.

Iniciativa	Tipo	Membros/Parceiros da região
Agência Internacional de Energia Atômica	Organização intergovernamental	Cazaquistão, Quirguistão, RPC, Rússia, Tadjiquistão, Uzbequistão
Agência Internacional para as Energias Renováveis	Organização intergovernamental	Cazaquistão, RPC, Tadjiquistão
Fórum dos Países Exportadores de Gás	Organização intergovernamental	Rússia
Fórum Internacional de Energia	Fórum internacional	Cazaquistão, RPC, Rússia
Fórum Mundial da Energia	Fórum internacional	Cazaquistão, RPC, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão
Iniciativa de Baku (INOGATE/UE)	Programa internacional de diálogo	Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão
INOGATE	Programa internacional de cooperação técnica	Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão
Parceria Internacional para a Cooperação em Eficiência Energética	Fórum internacional	RPC, Rússia
TRACECA (Corredor de Transporte Europa-Cáucaso-Ásia)	Programa internacional de transporte	Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Uzbequistão
Tratado da Carta Energética Europeia	Acordo internacional	Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão

Fonte: elaboração própria, com dados de: Agência de Energia Nuclear da OCDE (NUCLEAR ENERGY AGENCY, 2014), Agência Internacional de Energia Atômica (2014), Agência Internacional para as Energias Renováveis (2014), Fórum dos Países Exportadores de Gás Natural (2014a), Fórum Internacional de Energia (2011), INOGATE ([20--b]), TRACECA (2014), Energy Charter ([20--]).

Conforme podemos verificar, nenhuma das entidades realmente representativas de recursos energéticos limitados conta com a participação concomitante da Rússia e da China. Embora várias destas organizações/iniciativas desempenhem papéis relevantes no grande campo da energia mundial, em relação a recursos limitados, nada congrega ambos os países de forma explícita e colaborativa. A Agência Internacional de Energia (AIE) não envolve nenhum país da região como membro, abarcando quase que apenas membros da América do Norte e da União Europeia. Das entidades apresentadas acima, as que lidam diretamente com os hidrocarbonetos são o Fórum dos Países Exportadores de Gás, os programas como a TRACECA e o INOGATE (e, dentro deste, a

Iniciativa de Baku), além do Tratado da Carta Energética Europeia, importante acordo internacional que envolve os países da CEI e da União Europeia (as demais entidades apresentadas – de forma alguma insignificantes – não possuem ligação direta com a produção e o transporte de hidrocarbonetos, faceta que nos interessa neste trabalho).

O Fórum dos Países Exportadores de Gás, como o próprio nome indica, é uma organização restrita composta de 11 estados membros – Argélia, Bolívia, Catar, Egito, Emirados Árabes Unidos, Guiné Equatorial, Irã, Líbia, Nigéria, Rússia, Trinidad e Tobago e Venezuela (FÓRUM DOS PAÍSES EXPORTADORES DE GÁS NATURAL, 2014a). Sua missão é dar apoio aos países membros “em relação aos seus recursos de gás natural e suas capacidades de planejar e gerenciar, independentemente, o desenvolvimento, a utilização e a conservação sustentável, eficiente e ambientalmente consciente dos recursos de gás natural para o benefício de seus povos”. (FÓRUM DOS PAÍSES EXPORTADORES DE GÁS NATURAL, 2014b, tradução nossa). Sediado em Doha, no Catar, apesar de conter “fórum” em seu nome (já que nasceu assim em 2001), foi transformado em OI em 2008 através da adoção de um estatuto. O Cazaquistão consta como um dos cinco membros observadores. A organização é recente e, até 2014, não tem tido grande influência política internacional. Poder-se-ia pensar que o Turcomenistão e o Uzbequistão, pelo volume exportado de gás exportado, comporiam a organização, mas isto não acontece. Importantes exportadores ocidentais, como Noruega e Países Baixos, além de Iraque e Omã, no Oriente Médio, são apenas membros observadores.

Já o Corredor de Transporte Europa-Cáucaso-Ásia (TRACECA), programa de transporte que envolve Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Geórgia, Irã, Moldávia, Quirguistão, Tadjiquistão, Turquia, Ucrânia e Uzbequistão, além da União Europeia (TRACECA, 2014), foca-se, especialmente, na harmonização do transporte na região e é sediado em Baku. Apesar de ter um caráter eminentemente técnico, deve-se prestar-lhe certa atenção devido à composição dos membros, já que salta aos olhos que uma organização que, em seu nome, contenha os termos “Europa, Cáucaso e Ásia” não contenha a Rússia como parceira. O TRACECA recebe considerável financiamento da União Europeia, embora este se limite geograficamente, por ora, devido às sanções aplicadas contra o Irã. Resguardar-se em relação ao peso da Rússia no contexto caucasiano e centro-asiático, desde uma perspectiva de Bruxelas, e recusar-se a submeter-se ao processo decisório da UE, desde o ponto de vista da Rússia, representam impasses frequentes. Demonstra-se, então, a não existência de uma cooperação operacional efetiva entre Rússia, China e Ocidente em um nível organizacional de gerenciamento de hidrocarbonetos, o que reflete interesses frequentemente dissonantes; todavia, nem por isso Moscou e Pequim têm se aproximado institucionalmente nesta seara.

O mesmo raciocínio subjaz o INOGATE, programa de cooperação energética entre a UE e onze países da Europa Oriental, do Cáucaso e da Ásia Central (Armênia, Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Geórgia, Quirguistão, Moldávia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão). Eminentemente um programa de assistência técnica, ele possui como objetivos:

1. Convergir os mercados energéticos com base nos princípios do mercado energético interno da UE, levando em consideração as particularidades dos países parceiros.
2. Melhorar a segurança em energia ao direcionar as questões de importação/exportação de energia, diversificação de fornecimento, trânsito energético e demanda energética.
3. Apoiar o desenvolvimento energético sustentável, inclusive o desenvolvimento de eficiência energética, energia renovável e gestão da demanda energética.
4. Atrair investimentos para projetos energéticos de interesse comum e regional (INOGATE, [20--b], tradução nossa).

Setenta projetos foram completados desde o início do programa, em 1996, que hoje conta com três secretariados nas diferentes regiões geográficas abarcadas pelo programa: um em Kiev, abrangendo a Europa Oriental; um em Tbilisi, abrangendo o Cáucaso; e um em Tashkent, abrangendo a Ásia Central.

A Iniciativa de Baku, por sua vez, faz parte tanto do INOGATE quanto do TRACECA e surgiu em 2004 durante a Conferência Ministerial de Cooperação Energética celebrada na capital azeri, que envolvia, além da União Europeia, Armênia, Azerbaijão, Bulgária, Cazaquistão, Geórgia, Moldávia, Quirguistão, Romênia, Tadjiquistão, Turquia, Ucrânia e Uzbequistão (Rússia e Irã seriam membros observadores) (DIRETÓRIO GERAL DE ENERGIA E TRANSPORTE DA UE, 2006). Amplos pontos técnicos e legais são abordados pela Declaração Ministerial de 2006 (UNIÃO EUROPEIA, 2006), mas as metas podem ser resumidas em:

- facilitar a criação de mercados harmonizados de hidrocarbonetos e eletricidade;
- cuidar da segurança e da garantia da produção, do transporte e do fornecimento de energia;
- buscar políticas de desenvolvimento sustentável através do cuidado da eficiência energética, da conservação de energia e de questões de energia renovável, assim como os aspectos ambientais da produção, do transporte e da utilização de energia;
- e facilitar investimentos em projetos energéticos de interesse comum.

Estes aspectos técnicos, porém, não parecem ampliar o escopo geopolítico do dito diálogo, já que, ao excluírem Rússia e Irã, possibilita-se questionar tanto a eficácia quanto a real intenção de cooperação de tais políticas.

Todos estes programas e iniciativas tomaram corpo após a assinatura da Carta Energética Europeia, em 1991, que engloba, como membros, todos os países da Europa (com exceção da Sérvia) e todos os países da CEI (ENERGY CHARTER, [20--]). Três anos depois, seria assinado o Tratado da Carta Energética, cuja principal meta era adequar o fluxo energético pós-Guerra Fria, que, conforme se acreditava, tenderia a ser muito mais integrado e disporia de menos barreiras políticas para a harmonização da demanda e do fornecimento. Segundo o documento, o objetivo principal é aumentar a interligação segura do fornecimento energético entre os países e, para isso, os signatários se comprometem a garantir o:

Desenvolvimento do comércio energético consistente com grandes acordos multilaterais relevantes, tais como o GATT, seus instrumentos afins e as obrigações e empenhamentos de não proliferação nuclear, que se atingirão através de: um mercado aberto e competitivo de produtos, materiais, equipamentos e serviços energéticos; acesso a recursos energéticos e a sua exploração e desenvolvimento em bases comerciais; acesso a mercados locais e internacionais; remoção de barreiras técnicas, administrativas e de outros tipos para a energia e equipamentos, tecnologias e serviços energéticos afins; modernização, renovação e racionalização, por indústria, de serviços e instalações para a produção, conversão, transporte, distribuição e utilização de energia; promoção do desenvolvimento e da interconexão da infraestrutura de transporte energético; promoção do melhor acesso possível ao capital, em especial através das instituições financeiras existentes (THE ENERGY CHARTER TREATY, 2014, pgs. 10/11, tradução nossa)

De maneira geral, a Carta Energética Europeia é simbólica, pois a adesão massiva à mesma deixa transparecer bem o afã neoliberal da época da dissolução da União Soviética, sendo que ela, até hoje, vem ganhando adeptos. É como se fosse o único documento transeurasiático que funcionasse como “língua energética comum” de todos esses países, com recomendações, políticas e compromissos que, para muitos, beneficiariam todos os estados envolvidos. A questão, contudo, é que ela transmite bem o *Zeitgeist* de 1991, com uma ênfase excessiva no livre mercado como autorregulador não somente da oferta e da demanda como também das melhorias que atingiriam o sistema integrado de energia, sem deixar claro o que seria esperado, de maneira prática, dos estados signatários. Mesmo na seção em que trata da implementação (título II), a Carta é somente indicativa das ações que devem ser postas em prática.

Ao implementar esta ação conjunta ou coordenada, eles [os signatários] se propõem a fomentar a iniciativa privada, a fazer uso total do potencial das empresas, das instituições e de todas as fontes disponíveis de financiamento e a facilitar a cooperação entre tais empresas ou instituições de diferentes países, com a ação baseada em princípios de mercado. Os signatários assegurarão que as regras internacionais de proteção da propriedade industrial, comercial e intelectual sejam protegidas (THE ENERGY CHARTER TREATY, 2014, pg. 12, tradução nossa)

Sabemos que não é o papel de uma carta fundadora contar com especificações técnicas ou mesmo com etapas atemporais e precisas a serem seguidas para a implementação de um ideal, mas deve-se levar em conta que, à época, esses estados estavam em um raro momento uníssono de política externa voltada à abertura aos investimentos e ao livre mercado, o que tornou sua celebração algo relativamente fácil. A partir de então, as diversas instabilidades regionais que se verificariam na Eurásia (como a dissolução iugoslava durante todo o período dos anos 1990, os conflitos no Cáucaso e a Guerra Civil Tadjique), além da concomitante reorientação da política externa russa a partir da segunda metade dos anos 1990, submeteram os países que costumavam orbitar ao redor de Moscou a uma divisão geopolítica acentuada. Neste contexto, não arriscamos afirmar que a Carta Energética Europeia não faz mais sentido (em especial porque ela ainda representa o vernáculo energético contemporâneo que une a Europa Ocidental e os países da CEI), mas sua capacidade de contornar desentendimentos político-energéticos de monta se faz bem menos presente do que durante a década da grande abertura. Percebamos que, com exceção da Carta Energética Europeia, não há nenhum documento que lide com hidrocarbonetos e opere através de iniciativas de *policy-making* que inclua como membros parelhos: a) os países da Europa Ocidental/América do Norte e b) a Federação Russa, pendendo o processo decisório, em cada entidade, sempre para um destes dois grupos.

Talvez a entidade mais representativa dos estados energeticamente proeminentes seja o Fórum Internacional de Energia (FIE), que ocorre desde 1991. Sediado em Riad, ele reúne os ministros de energia de países desenvolvidos e em desenvolvimento, incluindo, dentre eles, Cazaquistão, China e Rússia. São 76 países membros que se reúnem no nível ministerial a cada biênio para discussões acerca de prospecção, exploração, trânsito e mercado energético. A Carta da FIE foi assinada pelos países membros em fevereiro de 2011 e tem como objetivos:

- a. fomentar maior compreensão e ciência mútua acerca dos interesses energéticos comuns entre os membros;

- b. promover melhor compreensão dos benefícios de mercados energéticos estáveis e transparentes para a saúde da economia mundial, a segurança da oferta e da demanda de energia, além da expansão do comércio global e do investimento em recursos e tecnologia energética;
- c. identificar e promover princípios e diretrizes que aprofundem a transparência, a estabilidade e a sustentabilidade dos mercados energéticos;
- d. reduzir as diferenças entre os estados membros produtores, consumidores e de trânsito de energia em assuntos energéticos globais, além de promover uma compreensão mais robusta de sua interdependência e dos benefícios a serem atingidos a partir da cooperação através do diálogo entre eles, assim como entre eles e as indústrias energéticas afins;
- e. promover o estudo e o intercâmbio de visões acerca das inter-relações entre questões energéticas, tecnológicas, ambientais, além de crescimento econômico e desenvolvimento;
- f. construir confiança e credibilidade através do compartilhamento aprofundado de informações entre os estados; e facilitar a coleta, a compilação e a disseminação de dados, informações e análises que contribuam para maior transparência, estabilidade e sustentabilidade do mercado (FÓRUM INTERNACIONAL DE ENERGIA, 2011, tradução nossa).

O FIE é dividido em cinco órgãos (Atividades Ministeriais; Conselho Executivo; Secretariado; Grupo de Apoio Internacional; Comitê Consultivo Industrial), que funcionam através de aprovações por, no mínimo, maioria qualificada. A última reunião bienal entre ministros (IEF14) ocorreu em Moscou em 15 e 16 de maio de 2014 e, apesar do desconforto geopolítico que se poderia esperar devido à crise envolvendo a anexação russa da Crimeia, os tópicos discutidos foram bem direcionados a pontos puramente energéticos já que envolviam, diretamente, ministros de energia que lidariam somente com esta área.

Particularmente na IEF14, Alexander Novak, ministro russo da Energia, concedeu uma entrevista apresentando a posição oficial do país em relação à demanda europeia de petróleo e, especialmente, gás natural. Não tão informativo e um pouco dubio em relação às prioridades russas para o mercado energético no futuro, percebe-se uma tentativa não muito convincente de apaziguar os rumores sobre a “reorientação” da indústria nacional de hidrocarbonetos para o mercado chinês, ora afirmando que isto não ocorrerá e que a Europa seguirá como prioridade, ora afirmando que a Ásia terá uma participação continuamente crescente como mercado final, podendo vir a sobrepujar as demais localidades. Apesar das constantes colocações do ministro de que a ênfase será na “Ásia como um todo”, além da Oceania, não deve passar despercebida a crescente cooperação entre Moscou e Pequim na área de petróleo, formalizada, nos últimos anos, além do acordo de fornecimento de gás natural siberiano à costa leste chinesa, assinado em 2014. A posição do ministro Novak de não se comprometer é compreensível politicamente, em especial dado o peso da indústria de hidrocarbonetos para a Federação Russa. Mas, se ela demonstra algo, é a atual

posição intermediária (e talvez incerta) do país de conseguir, soberanamente, decidir os rumos de sua política energética internacional, perigosamente sinalizando antes a dependência de uma demanda geograficamente bifurcada (e não estática) entre Europa e Ásia do que uma real liberdade de escolha, o que não é de se espantar para um país que concorre com outros fornecedores, como os estados do Oriente Médio, possuidores de uma produção bem mais voltada ao mercado global.

5.4. Considerações finais

Percebemos que, perante todos os acordos, fóruns e organizações multilaterais de energia apresentadas, as participações da China e da Rússia não são sincronizadas. Em nenhuma das que lidam mais especificamente com hidrocarbonetos (Fórum dos Países Exportadores de Gás, Iniciativa de Baku, INOGATE, TRACECA e Tratado da Carta Energética Europeia), ambas as potências participam – de fato, apenas a Rússia participa delas. Por um lado, isto ocorre porque elas dificilmente partilham da mesma condição energética internacional – isto é, apesar de ambas serem grandes produtoras e consumidoras de hidrocarbonetos, seus interesses globais em relação aos mesmos não são tão compatíveis. As estratégias internas de Rússia e de China deixam claro a importância que o bom gerenciamento dessas *commodities* representa para elas, mas, ao mesmo tempo, não esclarece quaisquer convergências que vão além do discurso vazio.

Se, por um lado, as interações comerciais e os acordos de compra e venda entre Rússia e China têm crescido nos últimos anos, por outro, na região da Ásia Central, ambos os países operam de forma muito pouco complementar, não garantindo que a cooperação multilateral que se forma já há alguns anos na área de defesa e segurança se estenda para a zona de recursos mais propícios à disputa em momentos de crise de abastecimento. Conforme já discutido, isto advém, em especial, de visões globais e regionais distintas em relação ao seu próprio papel no sistema internacional contemporâneo e, em um nível regional, seu papel energético. Isto gera limitações a uma efetiva cooperação estratégica sino-russa na Ásia Central, o que é um entrave à afamada “nova aliança” entre Pequim e Moscou. Tais limitações, oriundas da não sincronização do gerenciamento energético regional, serão tema do nosso sexto e último capítulo.

6. AS LIMITAÇÕES IMPOSTAS PELO NÃO GERENCIAMENTO MÚTUO DE HIDROCARBONETOS À COOPERAÇÃO BILATERAL SINO-RUSSA NA ÁSIA CENTRAL

Neste último capítulo, discutiremos o porquê de a cooperação sino-russa na Ásia Central não ser eficiente para além da esfera securitária. Iniciaremos nossa apresentação problematizando a questão primária deste trabalho: a premissa de que se formou, nas últimas duas décadas, um regime de segurança liderado por Rússia e China na Ásia Central. Em seguida, exporemos as limitações da cooperação sino-russa nesta mesma área, sublinhando as diferentes percepções que estes países possuem não somente da região, como de seu papel nela e no mundo. Em seguida, buscaremos responder à pergunta de se há um regime energético centro-asiático, para, em seguida, apresentarmos as limitações que a não existência do mesmo representa para a cooperação bilateral regional. Por fim, discutiremos nossa ideia de que somente pode haver uma cooperação efetiva entre Moscou e Pequim com vistas a trazer a Ásia Central de forma concreta para sua área de influência se houver a formação não apenas de um regime energético, mas de um regime energético que se construa sobre o já existente regime de segurança regional que se formou na região, culminando, assim, em um regime securitário-energético.

6.1. Há, de fato, um regime de segurança na Ásia Central?

No início deste trabalho, adotamos a definição de regimes de Stephen D. Krasner, que os identifica através da existência de “princípios, normas, regras e processos de tomada de decisão” (KRASNER, 1982, pg. 185, tradução nossa) em torno de uma área específica por parte dos atores envolvidos. Utilizando-nos do conteúdo da discussão apresentada no primeiro capítulo, quando tratamos da segurança, poderemos aqui delinear quais são esses quatro pontos no nível securitário para, então, estendermos o raciocínio ao incluir o nível energético (hidrocarbonetos).

Os *princípios* são os valores que os aderentes dos regimes irão adotar como guias para as suas ações futuras e, desta forma, no que denominamos regime de segurança centro-asiático no Capítulo 1, vemos que os princípios são os que viriam, em 2002, a ser codificados na Carta da OCX. A OCX é, portanto, o desembocar institucional de um regime que se encontrava em formação, grosso modo, desde a derrocada da URSS. Os princípios que, a partir daí, serão basilares para as ações adotadas são: o respeito mútuo à soberania, à integridade territorial e às decisões políticas internas alheias, além de se elencarem três ameaças vistas como operantes na região – extremismo, separatismo e terrorismo – e a importância de que elas sejam combatidas. Se

desejarmos resumir todos os elementos deste parágrafo em uma frase apenas, podemos afirmar que o maior princípio que norteia o regime de segurança centro-asiático é a *manutenção da estabilidade geopolítica regional*. Seja o respeito à soberania, ao território, à aplicação interna da lei de cada estado componente, seja a concordância acerca da ameaça representada pelos três males, o objetivo desta enumeração é, no mínimo, garantir o status quo endógeno ao regime e, no nível ótimo (endógeno + exógeno), a potencialização deste perante os demais regimes da mesma natureza. Nesta condição, como atores mais fortes, a Federação Russa e a RPC agem como dirigentes que estabelecem os (e ressaltam a importância de tais) princípios. Reitere-se que, por ser um regime, a adesão dos demais estados (ou seja, os estados centro-asiáticos) não é totalmente forçosa, mas sim largamente voluntária. Já conhecendo o histórico recente das instabilidades que abalaram os países da região, além das circunstâncias potencialmente perigosas de segurança dos países vizinhos, como Afeganistão e Paquistão, é de interesse das lideranças dos países centro-asiáticos que a estabilidade (princípio maior) seja garantida através da adesão ao respeito mútuo e ao combate a ameaças apresentadas como comuns (subprincípios).

De tais princípios brotam as *normas*, as quais garantirão tanto a coesão quanto a ordem dentro do grupo. Como as normas definem o convívio através do comportamento de cada unidade, implicitamente também apresentam a posição de cada um dentro do arranjo. Elas serão fundamentais para manter o regime funcional através de uma espécie de “lógica interna” da hierarquia, perceptível para todos os membros, mesmo que esta não seja claramente exposta. Por exemplo, por mais que digamos que a Federação Russa e a RPC capitaneiam tal regime regional de segurança, colocamos ambas em um só lado (nomeando-as líderes) devido ao seu poder desproporcional quando comparadas com os outros cinco países regionais. Ainda assim, fica claro para observadores atentos, em especial após uma análise rápida das capacidades militares e econômicas de cada membro – além do impacto de cada um destes países nas várias esferas do sistema internacional (e não apenas em questões de segurança na Eurásia) –, que a China se porta como a maior líder deste regime de segurança, não apenas pelo seu impacto quantitativo nos quesitos população, pujança econômica, capacidades de defesa e inserção comercial e diplomática internacional, mas, principalmente, por ela, mais do que nenhum outro, arcar com o *ônus* que tal regime de segurança engendra. Como grande potência ascendente que é, é importante considerarmos que quanto mais explícitas forem as associações de cunho securitário com outros estados, menor liberdade ela terá para transitar entre alternativas de segurança e defesa. Trocando em miúdos, ao associar-se com a Rússia em um acordo de segurança mútua – quer tal arranjo seja ou não temporário –, o fato de Moscou se encontrar constantemente em desavenças geopolíticas com o Ocidente “arrasta”, em algum grau, Pequim para o seu lado. Isto continuamente priva a

RPC de ignorar determinados acontecimentos internacionais em prol de um não comprometimento, pois se, em algum momento, qualquer um dos princípios do regime de segurança regional – que é mútuo – não for honrado por ela, isto significa a quebra do mesmo; ou porque não há mais coerência ou porque não há mais interesse por parte da(s) maior(es) potência(s). Em ambos os casos, é muito menos aceitável, em um regime, que os estados mais poderosos se comportem como *outliers* que eventualmente não cumprirão os compromissos assumidos, visto que não possuem a desculpa da falta de capacidade. A adoção de uma série de compromissos durante os anos 1990 e 2000, que desembocariam na criação da OCX, é significativa não porque, agora que criada, esta organização jamais pode vir a se desfazer, mas porque o *descrédito* que Moscou e Pequim enfrentariam regional e globalmente caso tal regime não servisse para algo efetivo quando evocado é, por si só, um importante propulsor de sua manutenção. Em nossa concepção, portanto, as normas se referem a comportamentos antecipatórios, ou seja, ao que um autor espera de si e dos outros dentro de determinado concerto. De maneira geral, todos os membros já esperam que o fardo da manutenção do regime recaia sobre a Federação Russa e a RPC, ainda que os demais estados tenham que fazer importantes concessões, em especial relacionadas à menor capacidade de direcionar as prioridades do processo de tomada de decisão, quarto ponto que discutiremos.

Já as *regras* são mais claras por serem comumente formalizadas. Diferentemente do que muitas vezes fica implícito com as normas, a divisão de poder tende a ficar mais clara ao percebermos os “maiores interessados” na vigência e continuidade do regime. Operacionalmente, vemos isto de forma clara no regime de segurança apresentado, quando as primeiras reuniões de coordenação ocorriam tendo como línguas oficiais o mandarim e o russo e não nenhum outro idioma da região. Com o fortalecimento do regime e sua maior institucionalização, por exemplo, foram estes idiomas (os das maiores potências) que se estabeleceram como os oficiais da OCX e, de fato, de qualquer outra reunião multilateral que vem ocorrendo na região. Para além de meras regras de conduta de uma determinada organização ou de uma rodada de reuniões, o que é permitido e proibido se concretiza nas regras a partir dos anteriores princípios e normas. Ou seja, qualquer estado deste arranjo específico que venha a divergir do princípio fundamental, que é a garantia da estabilidade geopolítica regional, através da *ação* ou da *inação* pela violação dos subprincípios supracitados (observância e contenção dos três males, respeito pela soberania alheia, e daí em diante) será punido com *sanções*. Ao se acordarem os princípios e ao se aceitarem, tacitamente, as normas que embasarão a ação e o papel de cada membro, os estados se comprometem a *tomar medidas* para a manutenção do princípio maior e, ao não o fazerem, estarão violando as regras que invalidarão sua própria associação ao regime. Ao considerarmos,

finalmente, a vinculação entre princípios, normas e regras, veremos que as últimas não são impostas de forma coercitiva, já que vêm à tona com certa naturalidade e, na interdependência dos atores envolvidos, são pouco propensas a questionamentos endógenos. Tais regras poderão sofrer variações de acordo com uma eventual mudança na distribuição de poder entre as unidades; desde que isto não impacte nos princípios e normas do regime, este, em tese, poderá se manter.

Por fim, chegamos ao *processo de tomada de decisões*, o qual deriva dos três pontos elencados anteriormente e, ligando-se à discussão já apresentada, não é de difícil concepção. Os principais promotores do regime, os mesmos que arcarão com os maiores ônus, serão os que ditarão, através das regras que facilitam a adoção de suas prioridades, as principais decisões a serem tomadas e como isto acontecerá. Isto é, no caso do regime securitário centro-asiático (por este não ser equitativo), Moscou e Pequim polarizam a pauta das discussões multilaterais, as políticas “preferíveis” de serem aplicadas na região e, ao proporem as ações que creem serem as melhores a se adotar, definem o tom do processo decisório. Mesmo que várias decisões sejam tomadas através de votos paritários por maioria simples ou através de consenso, como tende a acontecer nos fóruns regionais, não se observa um real peso contrário às agendas de Pequim e de Moscou em relação à segurança regional. Isto devido a dois motivos: primeiramente, como já afirmado no início desta seção, os princípios seguem sendo compartilhados por todos os membros do concerto de segurança regional (membros ou não da OCX, como no caso do Turcomenistão); em segundo lugar, seria irreal, dado o peso de Rússia e China, que os demais atores se opusessem e votassem contrariamente em questões sensíveis e emergenciais, pois a pressão exercida por ambos se faria sentir em alguma esfera e denunciaria alguma crise no regime. Enquanto os princípios se mantiverem os mesmos, tanto as normas quanto as regras e os processos de tomada de decisão se mostrarão relativamente estáveis e, em algum grau, previsíveis.

Institucionalmente, após termos mencionado a posição dos dois “blocos” de países dentro do regime securitário regional que levaria à criação da OCX – por um lado, liderando, Rússia e China e, por outro, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão – é impossível não questionarmos a situação do Turcomenistão dentro do regime, dada a sua célebre neutralidade. Seria ele um *outlier*? Ele se encaixa dentro da lógica de manutenção da estabilidade regional ou, de forma pragmática, consegue garantir sua “independência”, apesar de não possuir a mesma solidez institucional e diversidade produtiva que o Cazaquistão, por exemplo? Disto falaremos mais à frente neste capítulo, juntamente com outros argumentos que apontam para alguma fraqueza do regime securitário na região.

Cabe ressaltar que na Eurásia, a ligação entre segurança e fornecimento de hidrocarbonetos sempre foi especialmente sensível. Lembremos que, após a perda dos demais países que

compunham a URSS, a Federação Russa teve que lidar com as inquietações na Tchetchênia, sendo que o Cáucaso russo invariavelmente é uma das mais importantes regiões de passagem de dutos que levam petróleo e gás natural da Rússia para os mercados europeus. Ao mesmo tempo, Xinjiang, na RPC, que muitas vezes padece de distúrbios regionais, é primordial para a manutenção da independência energética chinesa, além de, como região fronteira, vincular a Ásia Central e sua produção com a demanda chinesa. Por sua vez, na Ásia Central propriamente dita, as instabilidades representadas pelos distúrbios na região do Fergana são (recentes) eventos que alertam para a importância da estabilidade na região.

6.2. Quais as limitações da cooperação sino-russa na Ásia Central na área de segurança?

Sabemos que, no regime de segurança erigido na Ásia Central, o princípio que se estabeleceu através da reaproximação sino-russa é a manutenção da estabilidade local. Para isso, ocorreram empreitadas significativas, como a declaração da região como zona livre de armas nucleares e alguns exercícios militares conjuntos. Ainda assim, não percebemos uma regularidade no processo de tomada de decisões que poderia fazer deste regime algo mais forte. Não queremos definir aqui qual regularidade deveria ser a correta para questões efetivas de ações coordenadas de segurança, caracterizando, assim, um regime mais sólido, mas o que percebemos é que, para além da instituição da ERAT e dos exercícios conjuntos, pouco mais tem sido feito.

Isto se explica, largamente, pelos interesses essencialmente diversos da Federação Russa e da RPC. Isto já foi mencionado neste trabalho em relação à segurança (Capítulo 1) e à energia (Capítulos 2 e 5): a maneira como a República Popular da China, como potência em ascensão, enxerga suas alternativas é muito diversa da maneira como a Rússia, em posição estagnada, o faz. Para a primeira, por mais que o crescimento econômico venha sendo considerável e sua participação em organismos multilaterais siga aumentando, o que caracteriza suas ações internacionais é o alto grau de cautela. Os elementos talvez mais perceptíveis na PE chinesa são: o não comprometimento com posicionamentos fixos; a não eleição explícita de parceiros preferenciais; e a esquiva de temas polêmicos. Embora isto possa ser uma característica específica da PE chinesa, não verificável de forma tão frequente nas PEs das grandes potências ocidentais, parece-nos mais uma adoção constante do pragmatismo como modo de sustentar, internacionalmente, o seu crescimento político-econômico sem “acidentes de percurso”. Ocasionalmente, algum comprometimento ocorrerá, todavia, como é o caso da sua posição na OCX, mas percebe-se que, ainda assim, ela não destoa dos padrões usualmente aceitáveis para as

demais potências internacionais, ou seja, os princípios que a organização adota e que Pequim se compromete a sustentar são simplesmente os mesmos princípios que, geralmente, qualquer outro estado considera legítimos. Logo, por mais que pareça que a RPC está se “comprometendo” em demasia dentro de um esquema securitário que gira em torno da Ásia Central, na verdade ela não está sacrificando tanto assim. De fato, ela pode até mesmo ganhar sucessivo respaldo ao combater as ameaças tão temidas por governos que partilham da visão estadocêntrica que favorece a soberania (das potências) acima de tudo. Neste âmbito, suas intenções *particulares* na região (aumento da ligação dos países centro-asiáticos com Pequim) são facilmente inclusas de forma a complementar a consecução do princípio maior do regime: manter a estabilidade regional.

A Federação Russa, por sua vez, ao se encontrar em uma condição mais difícil internacionalmente devido à multiplicação de alternativas para os estados centro-asiáticos (conforme veremos abaixo), além das seguidas desavenças com o Ocidente em relação à influência no ex-espço socialista, sente-se constantemente encurralada. A quase interminável aversão ocidental a Moscou, de maneira geral, faz com que a maioria das ações de PE russa, quando contrárias ao (ou apenas destoantes do) Ocidente, sejam eivadas de acusações; já quando essas mesmas ações favorecem grandes atores do Ocidente, elas tendem a ser tratadas com jocosidade ou desconfiança. Moscou, em segurança, acaba não tendo a mesma liberdade chinesa de “não deixar claro” o seu posicionamento, pois, mais uma vez, a repulsa que lhe imputam é muito alta. Desta forma, retroalimenta-se uma postura defensiva e, muitas vezes, aparentemente agressiva de asseverar sua liderança o máximo que puder. Como exemplo, vimos a OTSC, uma organização que Moscou tenta, a todo custo, fortalecer sob a sua liderança. Não se tratando de segurança, um outro bom exemplo é a Comunidade Econômica Eurasiática (EurAsEc), que tem buscado a integração aduaneira e de livre mercado entre os antigos países da CEI e, atualmente, conta como membros efetivos Belarus, Cazaquistão, Federação Russa, Quirguistão e Tadjiquistão. É importante considerar que uma das inúmeras metas de integração da organização (que existe desde 2010 após a fusão entre a União Aduaneira Eurasiática entre Belarus, Cazaquistão e Rússia e a antiga Organização para a Cooperação da Ásia Central) é atingir um mercado energético comum, embora estes planos ainda não sejam tão patentes. Todavia, é clara a preponderância de Moscou no bloco, dado o peso do seu voto – 40% do total (FEDERAÇÃO RUSSA, 2010).

Vê-se, no fim das contas, que a Rússia encabeça, sozinha, três organizações eurasiáticas com propósitos que, em muitos aspectos, se sobrepõem: a EurAsEc, a OTSC e a CEI (a qual perdeu muito do seu ímpeto desde meados dos anos 1990), para não mencionarmos a OCX, que gerencia com a RPC. Embora esta multiplicidade de arranjos possa parecer confusa (e muitas vezes acaba sendo), ela é, em grande parte, uma resposta de Moscou à pouca receptividade com a qual o

Ocidente a tem tratado – mesmo após todos os compromissos e reformas aplicadas por ela – depois da queda da URSS. A OCX acaba sendo mais uma “frente” do Kremlin para assegurar sua liderança em questões chave de segurança. Desta forma, mantém-se o raciocínio russo de que, ao menos imediatamente, seu exterior próximo deve ser protegido e as ligações deste com Moscou, asseguradas.

Não fica difícil, então, perceber as limitações da parceria sino-russa em relação à segurança internacional. A China tem como uma característica geográfica importantíssima sua vinculação com o Pacífico de forma muito mais intensa do que a Rússia, e tanto o grosso de sua população quanto de sua capacidade econômica se concentra na costa leste, permitindo uma multiplicidade de parceiros comerciais e estratégicos, quase que da forma inversa à da Rússia, que sempre foi voltada, demográfica, econômica e geopoliticamente, para o Ocidente, o que resultou nos vários e conhecidos episódios de confronto desde a época da Moscóvia. Para a China, não há porque, seguindo uma lógica de manutenção da sua ascensão, se comprometer com uma lógica geopolítica tão diversa da sua, razão pela qual a única região de convergência das duas potências é, no momento, a Ásia Central, e isto porque, dada a estrutura social, política e econômica herdada da URSS nos países locais, Pequim não pode prescindir desta parceria com Moscou.

Também não fica claro se Moscou e Pequim de fato compartilham de uma forte confiança mútua. Ainda que haja se desenvolvido o regime de segurança que descrevemos no Capítulo 1, isto não quer dizer que ele seja, necessariamente, forte. A “confiança” à qual nos referimos (por mais que pareça desmedido usar isto como parâmetro) não chega perto da que existe entre os países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)¹⁴. E, para temas extrarregionais, isto fica muito claro. Não há uma constância tão perceptível de concordâncias e só podemos arriscar dizer que, quanto mais houver interesses de potências externas se direcionando à Ásia Central ou a outras fronteiras próximas aos dois países, mais isto impelirá Pequim e Moscou a cooperarem. Ausente este fato, é difícil vermos um comprometimento chinês. A recente crise na Crimeia deixou isto patente, pois, até o momento (início de 2015), Pequim se recusa a assumir um posicionamento claro sobre o conflito, seja pró-Rússia, pró-Ocidente ou uma terceira via. Por sua vez, no caso da Guerra Civil da Síria, o veto da China e da Rússia no Conselho de Segurança das Nações Unidas, impedindo sanções internacionais coordenadas ao governo de Bashar al-Assad,

¹⁴ Há diferenças essenciais entre ambas as organizações, mas o que aqui se ressalta é que, de maneira geral, grandes questões de segurança tendem a ser compartilhadas pelos membros da Aliança Ocidental – um destes maiores tópicos, inclusive, é a própria Rússia e a potencial ameaça que ela representa, ainda que isto não seja sempre explícito. Esta confiança entre as potências ocidentais advém das expectativas, historicamente construídas, de que há uma complementaridade geopolítica entre ambos os lados do Atlântico, o que não ocorre, no momento, entre Rússia e China.

indicam uma possível concordância de ambas acerca do “limite” representado pelas intervenções militares ocidentais no Iraque e no Afeganistão, com eventuais punições ao governo sírio representando o início de mais uma possível intervenção contra mais um governo anti-EUA. Ou seja, novamente, o elemento externo se faz presente para “unir” (talvez efemeramente) os dois países.

Como é de se esperar, esta indefinição chinesa força a Rússia a considerar ainda mais várias possibilidades e investir naquelas nas quais possui maior proeminência. Ainda assim, dada a sua incapacidade de liderar, em várias frentes, diversos blocos de maneira incontestada, sua ação internacional aparenta ser, frequentemente, pulverizada.

Desta forma, mesmo na Ásia Central, a situação da Rússia periga ir lentamente se deteriorando. Incomodamente, ao mesmo tempo em que não quer depender da China, a Rússia depende cada vez mais (o mais ilustrativo exemplo é o acordo de venda de gás natural siberiano para a costa leste chinesa em um momento de relações estremecidas com a Europa Ocidental). Também não quer depender do Ocidente, mas depende (em especial economicamente, através da venda de hidrocarbonetos), e não tem tanto a oferecer à Ásia Central no tocante a alternativas inovadoras em muitas áreas, diferentemente da China. Somado a isto, fica cada vez mais clara a maior liberdade à qual os estados centro-asiáticos estão submetidos devido à presença não só da Rússia como centro de poder regional, mas também da China; em bem menor escala, do Irã; e, à distância, de países do Ocidente, seja através de intervenções militares na região, como ocorre, em especial, no Afeganistão, seja através de investimentos nestes países, como o programa norte-americano da Nova Rota da Seda, que discutimos no primeiro capítulo. Este contexto “multivetorial” de poderes possibilita que os países centro-asiáticos tenham maior liberdade de escolha de parcerias externas, no que pese o contínuo peso de Moscou.

Também não devemos nos esquecer de que, por mais que coloquemos, nesta nossa análise, a Ásia Central como uma “região” no sentido mais amplo e convencional do termo, cada um dos países apresenta possibilidades distintas de parceria externa devido, dentre outros fatores, à sua condição geográfica: o Cazaquistão, apesar de sua gigantesca fronteira com a Rússia, possui saída para o Cáspio e, a partir dele, pode, por exemplo, exportar facilmente para o Irã e os países do Cáucaso, estes últimos geralmente aliados do Ocidente. O Turcomenistão faz fronteira com quatro países, dois centro-asiáticos (Cazaquistão e Uzbequistão), além de Afeganistão e, mais importante, Irã. Também possui saída para o Cáspio, o que facilita suas interligações na Eurásia. O Uzbequistão frequentemente joga com os incentivos oferecidos pelo Ocidente e os oferecidos pela Rússia, apesar de estar trancado no coração da Ásia Central. Seus posicionamentos são vistos como muito pendulares na região, em especial devido à utilização externa das bases militares e o (durante

muito tempo) ininterrupto apoio à luta contra o Talibã no Afeganistão como forma de minorar a influência do MIU em seu território. Somente o Quirguistão e o Tadjiquistão, devido às difíceis condições de sua economia e infraestrutura (em especial no caso tadjique) e à pouca ligação geográfica externa são mais propensos à cooptação chinesa ou russa, mas, como vimos, seu peso na região ainda é pequeno.

A busca dos países centro-asiáticos por investimentos não regionais através do aluguel de instalações e fornecimento de território para transporte de mantimentos e de tropas beligerantes no Afeganistão (como foi o caso do Quirguistão e do Uzbequistão) é condizente com o Programa Nova Rota da Seda do governo norte-americano, que mencionamos no Capítulo 1. Embora o futuro afegão após a retirada das tropas ocidentais seja difícil de se prever (assim como uma eventual desestabilização na região), enquanto houver interesse ocidental (e, em especial, norte-americano) na macrorregião, os cinco países poderão jogar com esta divisão.

6.3. Há um regime energético na Ásia Central?

Apesar de termos dado a entender, trabalho afora, que uma cooperação sino-russa em energia na Ásia Central não se verifica, devemos, ainda, responder se um regime energético na Ásia Central existe, já que parece haver uma vinculação cada vez maior dos países centro-asiáticos com a Rússia e a China, especialmente através das estatais energéticas destes dois estados, além de parecer haver uma continuidade na relação exploração-trânsito-fornecimento da Ásia Central em direção à Rússia, por um lado, e à RPC, por outro. Seriam as ações que descrevemos de compras, modernização e adaptações de infraestruturas voltadas à indústria de hidrocarbonetos por empresas, acima de tudo, russas e chinesas a prova de que um regime energético capitaneado por Moscou e Pequim se encontra em formação na região?

Ao tratarmos da existência, na Ásia Central, de um regime de segurança, por mais que ele (por ora) não se assegure como extremamente forte, vimos que elementos o tornam um regime. Especialmente, temos a existência de normas específicas, a criação de regras e, como origem de tudo isto, os princípios compartilhados para que o mesmo fosse criado, desenvolvesse-se e, eventualmente, institucionalizasse-se. No caso energético, a própria *origem* de um eventual regime – ou seja, os princípios propriamente ditos – não está claramente definida e, quando submetida a escrutínio, começa a se mostrar inexistente. Isto porque os potenciais líderes (China e Rússia) se mostram bem menos interessados em definir o que seriam prioridades comuns para todos. Ainda que, claramente, todos os atores estatais locais precisem de hidrocarbonetos para satisfazer suas

necessidades energéticas, como agora tratamos de recursos *limitados* (e não abstratos como segurança ou “males”), o interesse em uma padronização não é o mesmo.

Ainda que Moscou e Pequim desejem uma Ásia Central energeticamente estável, fazem-no por motivos essencialmente distintos, noção que podemos vincular ao discutido no Capítulo 2: para a China, que está em crescimento e precisa tanto diversificar suas fontes de hidrocarbonetos quanto garantir maior segurança de fornecimento, a meta é fazer de sua fronteira imediata a área de mais fácil acesso a tais produtos. Para a Rússia, com uma posição internacional bem mais incerta e altamente dependente da demanda global por seus hidrocarbonetos, a vinculação da produção centro-asiática com a sua própria é uma garantia a mais de sua posição destacada de fornecedora – e quanto maior for o número de produtores internacionais submetidos à sua rede de produção e trânsito, maior será o seu conforto sobre a oferta eurasiática e global de hidrocarbonetos. Geograficamente, todavia, divididos, inicialmente, entre dois fluxos distintos (Rússia como passagem para demais mercados internacionais e China como grande centro consumidor final), os governos da Ásia Central não são oblvios ao fato de que, neste caso, possuem bem mais escolha do que na questão securitária. A oferta e os destinos potenciais (dois grandes investidores e compradores) lhes dão a liberdade de, por serem possuidores de recursos limitados, transitarem entre as demandas russas e chinesas, conforme for mais interessante para a manutenção da independência de cada estado e do status político-econômico interno.

Ademais, não são apenas duas direções as que existem para o escoamento dos hidrocarbonetos da Ásia Central e isto torna a existência de um regime energético ainda menos provável. Mesmo que as ligações neste setor não sejam tão fortes quanto as que os governos centro-asiáticos possuem com a Rússia e com a China, três regiões são importantes para aventarmos possíveis alternativas à oferta de uma localidade sem acesso a mares abertos: Irã, Cáucaso e subcontinente indiano. Embora o Irã já seja um mercado considerável, a triangulação que ele pode vir a representar (se for levada a cabo a sua reaproximação com o Ocidente) pode dar aos países centro-asiáticos ainda maior alavancagem em relação aos seus hidrocarbonetos, já que vários dutos podem ligar o país à União Europeia. Já o Cáucaso, como verificamos no Capítulo 4, já é uma região priorizada pelas potências ocidentais e suas empresas para verter hidrocarbonetos para a Europa e põe os países que beiram o Cáspio em uma situação destacada de potencial acesso a esses mercados. De fato, são justamente esses três países (Cazaquistão, Turcomenistão e Uzbequistão) os que menos se alinham a Moscou e a Pequim (pensando na Ásia Central como um todo), embora o mais “problemático” e inconstante tenha sido o Uzbequistão. Já o Quirguistão e o Tadjiquistão, totalmente lacrados por terra, não podem jogar com as regiões vizinhas da mesma maneira que os outros três, o que os torna mais suscetíveis e propensos a orbitarem em torno de Moscou e de

Pequim no campo dos hidrocarbonetos, como demonstrado pelas aquisições e modernizações de suas empresas, geralmente assumidas por estatais russas ou chinesas (mas dificilmente por *consórcios* sino-russos, o que chama a atenção).

Por fim, o subcontinente indiano – e, mais especificamente, no nosso caso, Índia e Paquistão – é mais difícil de se alcançar em linha reta devido ao instável Afeganistão, mas se o TAPI for, em algum momento improvável, executado, isto poderia dar mais uma alternativa à Ásia Central. Também, caso o Irã passe a ser um país de trânsito consensual para a região, a possibilidade dos hidrocarbonetos centro-asiáticos atingirem os mercados paquistanês e, principalmente, indiano (este último em grande crescimento) poderia ser notável. Na região, a barganha silenciosa que alguns são capazes de fazer (países cáspios) e outros não (os sem saída para o Cáspio ou para terceiros países estáveis) demonstra que os governos da região são bem mais divididos na questão energética do que na de segurança. Logo, não existindo um *princípio* compartilhado que poderia levar ao desenvolvimento de um regime energético local, concluímos que este não existe na Ásia Central.

6.4. Como a cooperação sino-russa é afetada pelo não gerenciamento conjunto de hidrocarbonetos na Ásia Central?

Conforme já vimos, a maneira como a China e a Rússia lidam com os hidrocarbonetos a partir de uma perspectiva nacional se liga à posição na qual elas se encontram no sistema internacional e à percepção da maior ou menor vulnerabilidade (energética e geopolítica) à qual estão submetidas. Vimos, portanto, porque a importância dos hidrocarbonetos para ambos os países adquire diferentes matizes, o que se reflete, em larga escala, nas suas estratégias energéticas nacionais.

Se, no âmbito da segurança, há muita convergência entre as metas a serem alcançadas através da cooperação regional, isto não ocorre em relação aos hidrocarbonetos, também porque estes se tratam de recursos menos abstratos; seu gerenciamento é bem mais fluido do que a listagem das ameaças antiestatais estabelecida pela OCX, por exemplo, já que se ligam ao fornecimento e à demanda e são limitados. Como discutido, a Ásia Central, em segurança, é, talvez, a única região na qual os interesses sino-russos convergem de forma claramente harmoniosa, o que não é um avanço pequeno (ainda que não saibamos quão longo este arranjo pode vir a ser).

Porém, esta mesma região, que congrega os interesses sino-russos de estabilidade que contam com o apoio disseminado dos países da Ásia Central, também é aquela que se encontra na

encruzilhada de fornecimento de petróleo, gás natural e, em alguma escala, carvão mineral. Devido à sua proximidade de ambos os centros, é a região da qual, portanto, China e Rússia podem verter os recursos necessários às suas demandas, quaisquer que sejam as razões para isto – como costuma ser, por exemplo, para abastecimento interno, no caso da RPC, e para verter, através de uma triangulação, para a Europa, como é o caso da Federação Russa, mantendo sua intermediação. Todavia, a limitação física destes recursos naturais pode ser um empecilho considerável no caso de escassez, já que, se não houver, o quanto antes, uma concordância sobre quais princípios devem guiar as ações em relação aos recursos energéticos limitados da região, não haverá a harmonização prévia de algo potencialmente conflituoso, o que pode – ainda que não pareça, por ora, emergencial – minar o processo de construção de confiança ao qual China, Rússia e os países centro-asiáticos se submeteram desde o fim da Guerra Fria. Parece haver, portanto, uma aproximação muito limitada entre as duas grandes potências regionais, que se concentram apenas no que é facilmente sincronizável e, a toque de caixa, vão lidando com a questão energética local de forma pouco congruente.

É falha, portanto, a percepção comum – em especial em círculos de segurança e defesa ocidentais e, muitas vezes, norte-americanos – de que a cooperação sino-russa tem atingido níveis de coordenação que se traduzem na cada vez menor abertura centro-asiática ao restante do mundo e um “perigo” (desde a perspectiva alheia) de fechamento regional a investimentos externos e cooperação internacional. Se algo similar a uma efetiva aproximação tem acontecido, isto se deve mais à incapacidade dos países ocidentais de oferecerem uma alternativa de estabilidade (e/ou desenvolvimento) à região, recaindo este ônus sobre Moscou e, cada vez mais, Pequim, que possuem seus próprios interesses particulares no equilíbrio local. Embora um arranjo mais verificável possa ser verdadeiro no tocante à sistematização da cooperação em defesa e segurança e na consensualidade sobre as ameaças comuns que todos os estados da região resolveram adotar como principais, a mesma forma estadocêntrica de análise do sistema internacional poderia nos levar à conclusão de que as ingerências ocidentais sempre constantes no Oriente Médio e na macrorregião da Ásia Central fatalmente levariam as duas potências locais, de forma mais ou menos institucionalizada, a se unirem para que sua própria maneira de gerenciamento regional no âmbito securitário ganhasse corpo. Ou seja, não é de se espantar que China e Rússia se unam localmente para promover seus próprios interesses em uma região que lhes é vizinha no advento de constantes intervenções externas (Afeganistão, Iraque) e acusações ocidentais (Síria, Estado Islâmico, Coreia do Norte).

Entendendo, ainda assim, a posição regional e global de China e Rússia e como isto se reflete na sua vontade de se comprometer – ou não – uma com a outra em assuntos menos

consensuais e mais fluidos (como o gerenciamento de hidrocarbonetos), acreditamos que, de fato, só poderia haver uma real aliança entre ambos os estados caso eles, desde já, incluíssem o fluxo energético como essencial para a atração da instável região da Ásia Central em torno de um polo bilateralmente compartilhado (Moscou e Pequim). A partir daí, as operações das indústrias petrolífera, carvoeira e de gás natural da Ásia Central girariam racionalmente em torno das demandas chinesas e russas, por mais que elas, individualmente, tenham naturezas distintas. Isto é, atingindo-se um consenso sobre como gerir a região desde uma perspectiva energética – e sabendo que estes recursos são limitados – tanto Moscou quanto Pequim, respeitando os seus diferentes posicionamentos no sistema internacional, fariam da região seu maior porto seguro, em segurança e em energia, para alavancar seu próprio poder regional e global. Acreditamos que isto seria muito mais factível caso se entrelaçassem as metas securitárias e energéticas de ambos os países, partindo do já embasado (e ainda em solidificação) regime de segurança local para incluir o tópico energético dos hidrocarbonetos.

Na tabela abaixo, apresentamos a sugestão de inclusão do regime energético (inexistente na região) na já estabelecida lógica securitária local, utilizando-nos da quadriade de Krasner ao arguirmos que a cooperação regional efetiva não pode abdicar do gerenciamento do fluxo de hidrocarbonetos e que a melhor maneira deste tomar corpo é ele se desenvolver a partir do já existente regime de segurança local (Tabela 16). A melhor maneira de se alcançar, portanto, uma real cooperação entre Moscou e Pequim na Ásia Central, tornando-a uma região pacífica e com potencial reduzido de discórdia entre os dois centros, seria a promoção de um *regime securitário-energético centro-asiático*.

Tabela 16. Vinculação entre o regime de segurança e um regime energético para o surgimento de um regime securitário-energético liderado por Moscou e Pequim na Ásia Central

Elemento do regime	Manifestação no regime de segurança (já em vigor)	Manifestação em um regime energético (inexistente)	Manifestação no regime securitário-energético (eventual)
Princípios	Manutenção da estabilidade geopolítica regional	Manutenção do fornecimento e do fluxo contínuo em direção à Rússia e à China	Manutenção da integridade e da estabilidade territoriais, facilitando, assim o fluxo e o fornecimento de hidrocarbonetos na região
Normas	Implicitamente, cabe a Pequim e Moscou arcar com o ônus da criação e da manutenção do regime, representado pela constante alusão à necessidade de se combater os três males, a promoção de exercícios militares conjuntos, a constante tentativa de pacificação da Ásia Central, o maior financiamento da OCX por Pequim e por Moscou, além do compromisso com o sucesso do regime em um plano regional e global. As normas, já que subentendidas, “indicam” o lugar que cada unidade deve ocupar neste arranjo de segurança, assim como quem terá, de fato, mais responsabilidades	Da mesma maneira, o ônus da manutenção do fornecimento e do fluxo (como o apoio às indústrias deficitárias dos países centro-asiáticos e a ligação dos gasodutos e oleodutos com os centros consumidores chineses e, através da Rússia, com a Europa) recairia sobre Moscou e Pequim, os quais arcariam com revitalizações e novos projetos. Isto criaria uma hierarquia implícita de quem são os responsáveis pela manutenção de uma estrutura cada vez mais integrada de fluxo e de fornecimento	Arcar com a responsabilidade de manter o regime bem-sucedido aos olhos dos estados membros e de terceiros estados e organizações criaria uma hierarquia securitária e uma hierarquia energética que se mesclariam. Ou seja, ficaria estabelecido, de forma subentendida, que caberia a Moscou e a Pequim garantir uma região pacífica e estável e com uma estrutura confiável de fornecimento e trânsito seguro de hidrocarbonetos para que este regime seja bem-sucedido. Por sua vez, os demais estados centro-asiáticos (membros ou não da OCX) aceitariam a “naturalidade” da primazia de China e Rússia

Regras	<p>Aqui, a função <i>explícita</i> de cada estado fica mais clara ao dividirmos os mesmos em “blocos” (líderes e não líderes) e, no caso da segurança, entendermos que a função dos líderes é garantir a <i>compliance</i> dos outros estados membros em assuntos referentes à manutenção do princípio maior, que, para os estados centro-asiáticos, envolve uma posição ativa na luta contra os três males. Assim, entidades como a ERAT e o Secretariado da OCX definirão as ações a serem tomadas para garantir a mencionada estabilidade, além de todos os países da região buscarem a harmonização das legislações, facilitando os caminhos para que o terrorismo, o separatismo e o extremismo (qualquer que sejam os critérios para sua identificação) sejam combatidos</p>	<p>Assim como o ônus da manutenção e da funcionalidade do fluxo e do fornecimento de hidrocarbonetos recairia, em especial, sobre a Federação Russa e a RPC, a hierarquia implícita que se criaria definiria que os demais estados devem se submeter à(s) lógica(s) energética(s) definida(s) pelos dois líderes. Logo, <i>explicitamente</i>, as prioridades adotadas neste regime energético (abastecimento chinês e exportação para a Europa através do território russo) seriam acompanhadas de ações claras promovidas pela Rússia e pela China (como o financiamento da manutenção e o melhoramento das instalações de produção e de trânsito) e pela resultante convivência dos demais países em contribuir para este arranjo, deixando suas estruturas serem atualizadas e integradas a um fluxo mais restrito, porém mais seguro. Basicamente, os países que financiassem a estrutura definiriam qual o formato que esta passaria a ter, o que os outros estados acatariam</p>	<p>O ônus, portanto, seria duplo para a RPC e a Federação Russa. Para garantir o fluxo e o fornecimento de hidrocarbonetos, seria necessária a manutenção ativa da estabilidade regional (mormente ilustrada pela coibição dos três males) e a ampliação das capacidades industriais dos países centro-asiáticos. Aqui, ligam-se as regras que os países devem seguir para a luta contra a instabilidade regional (mencionados na segunda célula desta linha) e pela harmonização do fluxo e do fornecimento de hidrocarbonetos de acordo com a lógica sino-russa</p>
--------	--	---	---

<p>Processos de tomada de decisão</p>	<p>Além de questões protocolares de reuniões regionais, as decisões finais, ainda que oriundas de tópicos apresentados por países centro-asiáticos durante as discussões, dificilmente contrariam os princípios iniciais de manutenção da estabilidade regional através da luta contra os três males, cuja ação prática é exposta nas declarações emitidas pela OCX desde 2001</p>	<p>Não havendo uma organização com foco específico em energia, as decisões têm geralmente sido tomadas em um nível bilateral (China e Rússia; China e algum estado centro-asiático; Rússia e algum estado centro-asiático), tratando-se, em especial, de acordos relacionados à manutenção e à modernização do parque industrial de hidrocarbonetos, assim como as capacidades de trânsito dos mesmos. As decisões energéticas para recursos limitados também deveriam ser coordenadas e, em um nível ideal, institucionalizadas, como ocorre com a OCX. Embora a OCX considere a questão energética em vários de seus documentos oficiais, ainda não se percebe uma real tentativa de harmonização do fluxo entre os países da região, pois não há a proposta de criação de estruturas multilateralmente administradas como as observadas no âmbito da segurança</p>	<p>Gradativamente, os encontros multilaterais regionais com enfoque em segurança (já existentes) deveriam inserir o tópico de energia e de trânsito energético, refletindo, nos documentos finais, a importância cada vez maior de sua coordenação e de sua ligação essencial com a segurança e a estabilidade regionais. Para garantir a estabilidade regional (princípio guia do regime de segurança apresentado acima), é necessário tomar decisões que possibilitem a previsibilidade energética, com sua produção e seu fluxo estáveis, o que se verificaria não apenas nos acordos bilaterais como também nos documentos finais emitidos através de reuniões multilaterais de forma <i>clara e compartilhada</i> entre todos os países membros do eventual arranjo</p>
---------------------------------------	--	---	--

Referindo-nos ao *continuum* de fornecimento energético regional, que (por ora) não obedece a uma lógica cooperativa como a proposta na tabela acima, podemos perceber, no mapa abaixo (Fig. 59), o quanto as rotas de fornecimento do Cáucaso, da Ásia Central e de Xinjiang já estão, majoritariamente, sob controle chinês e russo através das empresas envolvidas – geralmente estatais de ambos os países.

O envolvimento cada vez maior de empresas tanto chinesas quanto russas nas operações de produção e transporte de hidrocarbonetos na Ásia Central já tem acontecido, porém de forma desordenada, com a quase ausência de projetos conjuntos, sendo facilmente verificável o caráter unilateral que cada projeto de gasoduto ou oleoduto, por exemplo, tende a seguir (seja em direção à China, seja em direção à Rússia). Para que se firmasse a cooperação regional efetiva entre a China e Rússia, o que deveria ocorrer, então, é uma vinculação entre: a) manutenção da estabilidade regional; b) controle energético; e c) estabilidade regional. Todos estes seriam embasados pela manutenção constante do equilíbrio, o qual, para as classes políticas de Cazaquistão, China, Federação da Rússia, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão, garantiriam, por um lado, a manutenção do status quo e, por outro, o fortalecimento dos estados líderes no campo da segurança regional perante o restante do mundo.

Não defendemos aqui que este seria necessariamente o melhor cenário sociopolítico (ou mesmo geopolítico) para os países centro-asiáticos e suas populações. De fato, caso ocorresse uma forte união entre RPC e Federação Russa para o gerenciamento combinado da segurança e do fluxo de hidrocarbonetos na Ásia Central, as opções de alianças extrarregionais para Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão seriam enormemente reduzidas e não podemos aventar o impacto (positivo ou negativo) que isto teria para eles. Parece-nos fácil inferir, porém, que o status quo político seria ainda mais solidificado caso as classes políticas locais fossem altamente coniventes com Moscou e com Pequim. Mas, se não o fossem e uma mudança

promovida por Rússia e China se pareasse com anseios generalizados de grupos populacionais centro-asiáticos, isto poderia, até mesmo, trazer mudanças estruturais (desde uma perspectiva de movimentos reformistas) dentro do estagnado arcabouço político desses países. Isto tudo, todavia, permanece apenas como conjectura. O que ressaltamos é que tal gerenciamento conjunto poderia fortalecer as bases regionais de confiança mútua entre China e Rússia, diminuindo potenciais conflitos desestabilizadores e atentatórios à soberania desses países. Como já discutimos antes, porém, isto significaria um comprometimento muito mais explícito entre ambas, o que poderia ser altamente danoso às relações internacionais de cada um destes países com o restante do mundo dadas as suas prioridades particulares em política externa.

É por isto que aventamos que o surgimento de tal regime é, por ora, improvável, a não ser que a situação entre o Ocidente e a Rússia siga cada vez mais azeda (deixando a Rússia sem grandes opções) e, por alguma razão, a China se desentender profundamente com o Ocidente e/ou enxergar tal comprometimento regional como mais compensatório do que seu atual pragmatismo. Nenhum dos países está atualmente disposto a fazer isto, seja por estar em uma situação vulnerável e multivetorial em relação à sua demanda por hidrocarbonetos (China), seja por possuir uma economia altamente dependente da exportação de hidrocarbonetos a frequentes antagonistas geopolíticos (Rússia). Um terceiro elemento complicador, ainda, é que o custo do comprometimento – dadas as perceptíveis lacunas institucionais internas (problemas estruturais em cada um dos dois países) – e a diminuta cooperação energética bilateral através de acordos e organizações que respaldem suas relações mútuas tornam altamente arriscado depender, basicamente, um do outro no advento de crises de oferta e demanda de hidrocarbonetos, que, preferencialmente, devem ser contra-arrestadas através do maior número de alternativas possíveis para casos emergenciais. A cooperação entre China e Rússia tende, portanto, a se ater à questão securitária e, geograficamente, limitar-se preponderantemente à Ásia Central, contanto que a atual estrutura institucional dos acordos firmados desde o fim da URSS continue se ligando às estratégias globais de ambos os estados. Isto nos leva a concluir que, ainda que particularmente notável – dado o histórico de desentendimentos entre Moscou e Pequim no século XX –, a reaproximação em segurança entre os dois centros, com a postergação de um claro gerenciamento mútuo dos hidrocarbonetos locais, pode não ser forte o bastante para assegurar a Ásia Central como região de segura influência compartilhada entre os dois maiores centros regionais de poder e lhes garantir, desta forma, maior alavancagem estratégica global.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos apresentar a cooperação sino-russa sob um enfoque primeiramente securitário e, em seguida, energético, incluindo a Ásia Central como ponto em comum para o desenvolvimento da crescente cooperação entre ambos os estados. Conforme apresentado na nossa introdução, parte das discussões dos estudiosos (e entusiastas) de Relações Internacionais e Ciência Política, em especial no mundo em desenvolvimento, gira em torno da “alternativa” representada por países não centrais para compor, talvez, um novo polo que prive parcela do mundo de um alinhamento automático às prioridades ocidentais no SI. Ou seja, para aqueles grupos de países que almejassem desenvolver sua própria ordem, fundar uma nova lógica de ação ou, no mínimo, não seguir automaticamente uma “cartilha” baseada na centralidade euro-norte-americana, novas alianças estratégicas poderiam ser um complemento à aparente falta de escolhas no pós-Guerra Fria.

Dentre estas opções, a que costuma ser mais cara e mais presente atualmente são os BRICS, acrônimo de uma pretensa aliança em formação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que, até hoje, pouco tem feito para demonstrar uma real sinergia entre seus membros em assuntos diversos que, publicamente, iriam desde reformulações do sistema financeiro internacional até condenações conjuntas a políticas não inclusivas advindas de potências tradicionais. Dentre aqueles que costumam analisar as políticas externas dos globalmente menos influentes da sigla BRICS – como Brasil e África do Sul –, encontram-se muitos que possuem a tendência a exagerar a alternativa representada por esta união, enxergando, muitas vezes, congruências onde elas na verdade inexistem (ou se fazem temporárias e fracas). Aqueles acostumados a analisar as políticas externas dos mais influentes do grupo – como China e Rússia – costumam ter dúvidas excessivas acerca de qualquer união perene entre estas grandes potências de forma que haja um comprometimento que arrisque “petrificar” sua atuação internacional, visto que elas são as que mais possuem liberdade internacional – em um grupo como este – para escolher suas parcerias. Para além do nicho que tais visões ilustram quando consideramos os estudiosos da política externa de qualquer um destes países, o que isto nos apresenta é o risco de extremar as nossas perspectivas quando nos encontramos em um momento de incerteza acerca dos movimentos de polaridade global. Se uma aliança – em várias áreas – entre um eventual grupo de cinco países tão diversos e distantes parece improvável de vingar, se decantarmos nossa análise para a cooperação entre *dois* de seus membros, como Rússia e China, veremos que, já aqui, grandes dificuldades se fazem presentes. Mais uma vez, a tentativa de simplificação e um desejo de decodificar um movimento contemporâneo aparentemente confuso de redefinição polar podem nos levar a cometer deslizes

ligados ao nosso anseio de justificar, de antemão, a estática ou o movimento dos atores no sistema internacional. Assim, não podemos nos esquecer de que os interesses de todos os atores do SI, sejam indivíduos, sejam estados, geralmente são multifacetados e não obedecem ao mérito em direção ao qual nós, pesquisadores, frequentemente guiamos nossos estudos em prol de uma explicação simplificada.

São justamente os países “não centrais” os que mais padecem de tal reducionismo, ainda que de forma inadvertida por parte de muitos. Em geral, países ocidentais centrais são vistos como possuidores de políticas externas mais complexas e, de certa forma, “racionalis”, não obedecendo a estímulos de forma tão “primitiva” quanto os seus pretensos antagonistas. Ou seja, estados como Rússia e China são analisados, frequentemente, sob a ótica da suspeita e da animosidade prévia, com atuações internacionais que, embora largamente resultantes de estímulos do ambiente global, tendem a ser vistas como simplesmente contrárias à pretensa ordem racional promovida por estados ocidentais. Desta forma, para muitos, se China e Rússia *podem* “se unir”, de alguma forma, *contra* o Ocidente, elas o farão. Talvez seja isto o que leve a muitos exageros nos prospectos de cooperação entre estes dois países, mesmo na região onde eles mais possuem interesses complementares, que é a Ásia Central, o que traz, ainda, um efeito colateral, que é relegar os cinco países locais a uma condição de constante dependência dos humores de Pequim e de Moscou, o que vimos, neste trabalho, não ser verdade, em especial no tocante à energia não renovável.

Já para os que enxergam tal interação como, de alguma forma, promissora e/ou benéfica, outro erro se configura: exagerar, desta vez de forma otimista, a cooperação entre estes dois países (e outros que eventualmente se ligarem a eles) como forma de *garantir* a criação de uma alternativa benéfica ao sistema internacional, sem levar em consideração a frequente volatilidade de interesses – para não dizer oportunismo – que grande parte dos estados adota, em especial os que se encontram em uma posição intermediária e não têm, ainda, poder e recursos suficientes para arcar com comprometimentos atemporais (o que, convenhamos, nem potências estabelecidas costumam fazer). Peca-se, neste caso, por outra simplificação, que também não leva em consideração as matizes que as PEs de países em desenvolvimento adquirem para que sua posição no SI seja, no mínimo, resguardada, quando não potencializada.

O caso da Federação Russa e da República Popular da China é sintomático desta frequente simplificação: se ambas podem coordenar suas políticas externas a fim de contrabalançar os interesses econômicos e estratégicos euroatlânticos, por que não o fazem? Uma pergunta melhor a se fazer é: se ambas *pudessem* coordenar suas políticas externas a fim de contrabalançar os interesses econômicos e estratégicos euroatlânticos, *por que o fariam?*

Percebemos que a união estratégica entre ambas as potências, conforme discutido no Capítulo 1, é resultante de intenções oriundas da classe política de cada uma em um momento pós-conflito, mas, acima de tudo, de situações regionais e globais que as impeliram em direção à formação de um regime de segurança. Além das instabilidades regionais apresentadas desde o Cáucaso, passando pelo Vale do Fergana e por Xinjiang, se vemos um grande catalisador desta união é, justamente, por um lado, a não clareza ocidental de incluir Rússia e China em arranjos cooperativos de segurança *realmente* multilaterais e, por outro, as constantes intervenções que se fariam presentes na região desde a Guerra do Golfo e, mais destacadamente, após a invasão do Afeganistão em 2001.

Porém, assim como os países ocidentais possuem visões distintas sobre tópicos distintos, e agem de forma correspondente às situações que emergem e às suas próprias capacidades operativas, o mesmo ocorre com China e com Rússia. Se, no âmbito regional, percebemos uma união mais efusiva (e, ainda assim, longe de ser convincente como algo *perene*) na área de segurança, o mesmo não ocorre na potencialmente conflitiva questão energética. Por que, já que parece haver uma sinergia em segurança entre Moscou e Pequim na Ásia Central, os dois centros não se organizam para “prender” a região em um arranjo regional que abarque um tópico possivelmente contencioso? A própria maneira como esta pergunta (cuja resposta demos neste trabalho) é apresentada reflete uma desconsideração da complexidade da PE destes dois países – e também da dos centro-asiáticos. Em suma, não é interessante, nem para Pequim nem para Moscou, que surja, rapidamente, um regime energético conjunto que lide com hidrocarbonetos. Caso isto venha a ocorrer, as opções internacionais de ambas estarão a tal ponto limitadas que, aí sim, arriscaremos dizer que não apenas um regime “securitário-energético” se formou como, também, configurou-se um real polo eurasiático forte o bastante para representar, ao menos para estes dois países, a maior alternativa de cooperação em contraposição à comunidade euroatlântica de estados.

Remetemo-nos aos BRICS no começo desta nossa última seção para ilustrar o quão cuidadosos devemos ser ao prevermos rearranjos geopolíticos desconsiderando a complexidade de cada tópico. Ao escolhermos a tipologia de Krasner, concordamos que um regime se forma em torno de uma área específica – e ele não é, por causa disto, necessariamente derradeiro ou permanente. Porém, se tratarmos de cooperação estratégica em um sentido amplo e em um espaço territorial específico, esta será mais forte conforme as áreas mais problemáticas forem sincronizadas mais rapidamente – e acreditamos que, para todos os efeitos, segurança e recursos naturais limitados são os mais passíveis de gerarem contendas. Se o primeiro (segurança) se encontra já abarcado por um regime existente na Ásia Central, o segundo (hidrocarbonetos) não

compartilha da mesma harmonização, o que pode comprometer a cooperação sino-russa na região. Isto dará, por sua vez, maior liberdade aos governos da Ásia Central para buscarem alternativas de acordo com suas próprias prioridades; e os resultados disto podem vir a ser ou positivos ou negativos, dependendo da perspectiva adotada (humanitária, geopolítica, energética, etc.).

Não arriscamos prever, de forma absoluta, o futuro das cooperações securitária e energética entre Pequim e Moscou na Ásia Central, mas esperamos termos apresentado, de forma aceitável, os elementos que as têm propulsionado e o que consta no raciocínio estratégico de Rússia e China para decidir até que ponto vale a pena se comprometer uma com a outra e com países da região. Quando quer que busquemos entender a “lógica” por detrás das políticas externas destes dois países, é sempre importante que, ao menos, consideremos não apenas suas aparentes aspirações geopolíticas no cenário internacional como também os incentivos e restrições que lhes são continuamente impostos pelas demais potências, o que as leva a agir de forma frequentemente não linear a fim de garantir, como o faz qualquer outro estado, seus interesses oficiais de forma minimamente satisfatória.

8. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA. **Member States of the IAEA**. 2014. Disponível em: <<http://www.iaea.org/about/memberstates>>. Acesso em 01/01/2015.

AGÊNCIA INTERNACIONAL PARA AS ENERGIAS RENOVÁVEIS. **IRENA Membership**. 2014. Disponível em: <<http://www.irena.org/menu/index.aspx?mnu=cat&PriMenuID=46&CatID=67>>. Acesso em: 22/12/2014.

APA. **Azerbaijan buys 66% of DESFA's stakes**. 22/06/2013. Disponível em: <http://en.apa.az/xeber_azerbaijan_buys_66_of_desfa_s_stakes_195190.html>. Acesso em: 17/11/2014.

ARCELORMITTAL. **O nas - Ugol'nyi departament**. 2014. Disponível em: <<http://www.arcelormittal.kz/index.php?id=340>>. Acesso em: 04/11/2014.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **A/RES/50/80: Maintenance of international security and Permanent neutrality of Turkmenistan**. 12/12/1995. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/50/a50r080.htm>>. Acesso em: 08/12/2014.

AZBTC. **Corporate Profile**. [20--]. Disponível em: <<http://azbtc.com/profile.html>>. Acesso em: 20/12/2014.

BANCO ASIÁTICO DE DESENVOLVIMENTO. **Historic Agreements Bring Long-Awaited TAPI Pipeline Closer to Reality**. 23/05/2012. Disponível em: <<http://www.adb.org/news/historic-agreements-bring-long-awaited-tapi-pipeline-closer-reality>>. Acesso em: 25/11/2014.

BANCO MUNDIAL. **Data: GDP growth (annual %)**. 2015. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>>. Acesso em: 10/01/2015.

BELLONA. **Russia's oil and gas industry: a historical review**. 10/12/2007. Disponível em: <<http://bellona.org/news/uncategorized/2007-12-1-1-russias-oil-and-gas-industry-a-historical-review>>. Acesso em: 19/11/2014.

BOGATYR KOMIR. **Shareholders**. 2014a. Disponível em: <<http://www.bogatyr.kz/en/shareholders/rusal/>>. Acesso em: 04/11/2014.

BOGATYR KOMIR. **Shareholders**. 2014b. Disponível em: <<http://www.bogatyr.kz/en/shareholders/samruk/>>. Acesso em: 04/11/2014.

BOND, M. **The Psychology of the Chinese People**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

BOTAŞ. **Annual Report**. 2010. Disponível em: <http://www.botas.gov.tr/icerik/docs/faalrapor/2010/eng/fr2010_041-060.pdf>. Acesso em: 17/11/2014.

BOTAŞ. **International Projects**. [20--]. Disponível em: <<http://www.botas.gov.tr/index.asp>>. Acesso em: 02/01/2015.

BP. **BP in Georgia**. 2014. Disponível em: <<http://www.bp.com/en/global/corporate/about-bp/bp-worldwide/bp-in-georgia.html?tab=5>>. Acesso em: 19/12/2014.

BP. **Rosneft and BP Complete TNK-BP Sale and Purchase Transaction**. 20/03/2013. Disponível em: <<http://www.bp.com/en/global/corporate/press/press-releases/rosneft-and-bp-complete-tnk-bp-sale-and-purchase-transaction.html>>. Acesso em: 19/11/2014.

BP. **South Caucasus Pipeline**. 2015. Disponível em: <http://www.bp.com/en_az/caspian/operationsprojects/pipelines/SCP.html>. Acesso em: 22/12/2014.

BP GEORGIA. **Western Route Export Pipeline (WREP)**. 2015 Disponível em: <www.bpgeorgia.ge/go/doc/1339/150563/Western-Route-Export-Pipeline-WREP->. Acesso em: 02/01/2015.

BUNDESWEHR. **Lufttransportstützpunkt Termez unter neuem Kommando**. 27/08/2014. Disponível em: <http://www.einsatz.bundeswehr.de/portal/a/einsatzbw/!ut/p/c4/LYzBCoMwEET_KGugIO1N8dJLD-2h2ktZzdYujRuJawXpxzeCMzAw82DgAcmCX-5ROQh6qKHp-NQupl0cPYIIQ1ITxY_O5P0-ka5k8NW_UXhSFLhvR45MF4R0SyVRTtIH1BDNGKL6jcwXJmLYQZPZqrT5Idtlf8dLVdQ3m-fVubzCOAzFH8Syc9s!/>. Acesso em: 15/12/2014.

CABESTAN, J. P., COLIN, S, FACON, I. **La Chine et la Russie: entre convergences et méfiance**. Paris: Unicom, 2008.

CAZAQUISTÃO, República do. **Law of Subsoil and Subsoil Use**. 2010. Disponível em: <[http://www.eisourcebook.org/cms/Kazakhstan Law of Subsoil and Subsoil Use 2010.pdf](http://www.eisourcebook.org/cms/Kazakhstan%20Law%20of%20Subsoil%20and%20Subsoil%20Use%202010.pdf)>. Acesso em: 01/11/2014.

CELCAR - Center for Languages of the Central Asian Region. **Languages of Central Asia**. 2013. Disponível em: <<http://iub.edu/~celcar/main.php>>. Acesso em: 19/12/2014.

CELSIUS COAL. **Projects Overview**. 2014. Disponível em: <http://www.celsiuscoal.com/projects_overview>. Acesso em: 11/11/2014.

CENTRO DE PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO DO CONSELHO ESTATAL CHINÊS. **China's National Energy Strategy and Reform: Background Reports**. 15-17 de novembro de 2003. Disponível em: <http://csep.efchina.org/report/2006102695218495.5347708042717.pdf/Draft_Natl_E_Plan0311.pdf>. Acesso em: 25/11/2014.

CHEUNG, P. E TANG, J. The External Relations of China's provinces in LAMPTON, D. **The Making of Chinese Foreign and Security Policy in the Era of Reform**. Palo Alto: Stanford University Press, 2001.

CHEVRON. **Caspian Pipeline Consortium Base Operations and Expansion Project**. Atyrau, 2011.

CHINA, República Popular da. **Política Energética da China**. 2012. Capítulo IX. Disponível em: <http://www.china.org.cn/government/whitepaper/2012-10/24/content_26893018.htm>. Acesso em: 26/11/2014.

CHOW, Edward C.; HENDRIX, Leigh E. Central Asia's Pipelines: field of dreams and reality. **NBR Special Report**. The National Bureau of Asian Research, nº 23, setembro de 2010. Disponível em: http://csis.org/files/publication/1009_EChow_LHendrix_CentralAsia.pdf. Acesso em: 17/11/2014.

CNPC. **Flow of natural gas from Central Asia**. 2014. Disponível em: <http://www.cnpc.com.cn/en/FlowofnaturalgasfromCentralAsia/FlowofnaturalgasfromCentralAsia2.shtml>. Acesso em: 17/11/2014.

CNPC. **CNPC in Kazakhstan**. 2011a. Disponível em: <http://classic.cnpc.com.cn/en/cnpcworldwide/kazakhstan/>. Acesso em: 30/09/2014.

CNPC. **CNPC in Turkmenistan**. 2011b. Disponível em: <http://classic.cnpc.com.cn/en/cnpcworldwide/turkmenistan/>. Acesso em: 15/11/2014.

CNPC. **CNPC in Uzbekistan**. 2011c. Disponível em: <http://classic.cnpc.com.cn/en/cnpcworldwide/uzbekistan/>. Acesso em: 16/11/2014.

COHEN, Ariel. **Kazakhstan: The Road to Independence: Energy Policy and the Birth of a Nation**. Washington: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2008. Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?id=131571>. Acessado em: 11/11/2014.

CONSELHO MUNDIAL DE ENERGIA. **Energy Resources: East Asia: China**. 2011. Disponível em: <http://www.worldenergy.org/data/resources/country/china/>. Acesso em: 25/10/2014.

COSTS OF WAR. **Civilians killed and wounded**. 2014. Disponível em: <http://costsofwar.org/article/civilians-killed-and-wounded>. Acesso em: 11/12/2014.

CPC. **Shareholders**. 2014. Disponível em: <http://www.cpc.ru/EN/about/Pages/shareholders.aspx>. Acesso em: 04/11/2014.

CRUDE ACCOUNTABILITY. **Turkmenistan's Crude Awakening: Oil, Gas and Environment in the South Caspian**. 2009. Disponível em: <http://crudeaccountability.org/wp-content/uploads/2012/10/20090116-ReportTurkmenistansCrudeAwakening.pdf>. Acesso em: 15/11/2014.

CNPC-AMG. **Aktionernoe obshchestvo "SNPS-Aktobemunaigaz"**. 2015. Disponível em: <http://www.cnpc-amg.kz/?p=onas>. Acesso em: 17/01/2015.

DIRETÓRIO GERAL DE ENERGIA E TRANSPORTE DA UE. **Baku Initiative**. 2006. Disponível em: http://ec.europa.eu/dgs/energy_transport/international/regional/caspian/energy_en.htm. Acesso em: 28/11/2014.

DONALDSON, R. e NOGEE, J. **The Foreign Policy of Russia: Changing Systems, Enduring Interests**. Armonk: M.E. Sharpe, 2005.

DZYUBENKO, Olga. "Mission accomplished" for U.S. air base in pro-Moscow Kyrgyzstan. **Reuters**. 06/03/2014. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2014/03/06/us-kyrgyzstan-usa-base-idUSBREA251SA20140306>>. Acesso em: 26/09/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **International Energy**

Statistics: Units. [20--]. Disponível em:

<<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/docs/unitswithpetro.cfm>>. Acesso em: 28/12/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Countries**. 2012a. Disponível em: <<http://www.eia.gov/countries/index.cfm?topL=exp>>. Acesso em: 18/09/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Analysis: Turkmenistan**.

2012b. Disponível em <<http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=TX>>. Acesso em: 17/11/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Country Analysis Briefs:**

Turkmenistan. 2012c. Disponível em:

<<http://www.eia.gov/countries/analysisbriefs/cabs/Turkmenistan/pdf>>. Acesso em: 17/11/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Analysis: Uzbekistan**. 2012d.

Disponível em <<http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=UZ>>. Acesso em: 16/11/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Russia Overview/Data**.

2013a. Disponível em <<http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=RS&trk=m>>. Acesso em: 19/11/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Analysis: Russia**. 2013b.

Disponível em <<http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=rs>>. Acesso em: 18/09/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **International Energy**

Statistics: Russia (Petroleum – imports of crude oil). 2013c. Disponível em:

<<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=5&pid=57&aid=3&cid=RS,&syid=1991&eyid=2012&unit=TBDP>>. Acesso em: 27/10/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **International Energy**

Statistics: Russia (Petroleum – exports of crude oil). 2013d. Disponível em:

<<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=5&pid=57&aid=4&cid=RS,&syid=1991&eyid=2012&unit=TBDP>>. Acesso em: 27/10/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **International Energy**

Statistics: Russia (Petroleum – total imports of refined petroleum products). 2013e.

Disponível em:

<<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=5&pid=54&aid=3&cid=RS,&syid=1991&eyid=2012&unit=TBDP>>. Acesso em: 27/10/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **International Energy**

Statistics: Russia (Petroleum – total exports of refined petroleum products). 2013f.

Disponível em:

<<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=5&pid=54&aid=4&cid=RS,&syid=1991&eyid=2012&unit=TBDP>>. Acesso em: 27/10/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **International Energy**

Statistics: Russia (Coal – total production). 2013g. Disponível em:

<<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=1&pid=7&aid=1&cid=RS,&syid=1991&eyid=2012&unit=TST>>. Acesso em: 27/10/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **International Energy**

Statistics: Russia (Coal – total consumption). 2013h. Disponível em:

<<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=1&pid=1&aid=2&cid=RS,&syid=1991&eyid=2012&unit=TST>>. Acesso em: 27/10/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **International Energy**

Statistics: Russia (Coal – imports). 2013i. Disponível em:

<<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=1&pid=1&aid=3&cid=RS,&syid=1991&eyid=2012&unit=TST>>. Acesso em: 27/10/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **International Energy**

Statistics: Russia (Coal – exports). 2013j. Disponível em:

<<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=1&pid=1&aid=4&cid=RS,&syid=1991&eyid=2012&unit=TST>>. Acesso em: 27/10/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Caspian Sea Region**. 2013k.

Disponível em: <<http://www.eia.gov/countries/regions-topics.cfm?fips=CSR>>. Acesso em: 20/11/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Country Analysis Briefs:**

Kazakhstan. 2013l. Disponível em

<http://www.eia.gov/countries/analysisbriefs/Kazakhstan/kazakhstan.pdf>. Acesso em: 11/11/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **International Energy**

Statistics: Russia (Petroleum - Supply). 2014a. Disponível em:

<<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=5&pid=53&aid=1&cid=RS,&syid=1991&eyid=2013&unit=TBDP>>. Acesso em: 27/10/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **International Energy**

Statistics: Russia (Petroleum - Consumption). 2014b. Disponível em:

<<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=5&pid=5&aid=2&cid=RS,&syid=1991&eyid=2013&unit=TBDP>>. Acesso em: 27/10/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **International Energy**

Statistics: Russia (Gas - Consumption). 2014c. Disponível em:

<<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=3&pid=26&aid=2&cid=RS,&syid=1991&eyid=2013&unit=BCF>>. Acesso em: 27/10/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **International Energy**

Statistics: Russia (Gas - Production). 2014d. Disponível em:

<<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=3&pid=26&aid=1&cid=RS,&syid=1991&eyid=2012&unit=BCF>>. Acesso em: 27/10/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Analysis:** China. 2014e.

Disponível em: <<http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=ch>>. Acesso em: 19/09/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **International Energy Statistics**: Kazakhstan, Kyrgyzstan, Tajikistan, Turkmenistan, Uzbekistan. 2014f. Disponível em:

<<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=5&pid=57&aid=6&cid=KZ,KG,TK,TX,UZ,&syid=2010&eyid=2014&unit=BB>>. Acesso em: 19/09/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Countries**: Turkmenistan. 2014g. Disponível em: <<http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=tx>>. Acesso em: 22/09/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Countries**: Uzbekistan. 2014h. Disponível em: <<http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=UZ>>. Acesso em: 22/09/2014.

EIA - U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Analysis**: Kazakhstan. 2015. Disponível em: <<http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=KZ>>. Acesso em: 15/01/2015.

EMBAIXADA DA CHINA NOS EUA. **CNPC completes acquisition of PetroKazakhstan, 10/27/05**. Disponível em: <<http://www.china-embassy.org/eng/xw/t218598.htm>>. Acesso em: 20/12/2014.

ENERGY CHARTER. Members and Observers. [20--]. Disponível em: <<http://www.encharter.org/index.php?id=61>>. Acesso em: 12/12/2014.

ENERGY FOUNDATION CHINA. **China's National Comprehensive Strategy and Policy**. 2014. Disponível em: <<http://www.efchina.org/Attachments/Report/reports-efchina-20050608-en/>>. Acesso em: 25/11/2014.

ENI. **Eni signs a cooperation agreement with the Republic of Turkmenistan**. 2009. Disponível em: <http://www.eni.com/en_IT/media/press-releases/2009/11/2009-11-25-Eni-signs-cooperation-agreement-Republic-Turkmenistan.shtml>. Acesso em: 15/11/2014.

ENI. **Samsun-Ceyhan (TAP) Oil Pipeline Project**. [20--]. Disponível em: <http://www.eni.com/en_IT/world-eni/turkey/projects/oil-pipeline-tap.shtml>. Acesso em: 20/12/2014.

ENRC. **Our division: Energy**. 2014. Disponível em: <<http://www.enrc.com/our-divisions/energy>>. Acesso em: 04/11/2014.

EURASIAN COAL PORTAL. **Uzbekistan**. 2012. Disponível em: <<http://www.eurasiancoal.com/countries/uzbekistan.html>>. Acesso em: 10/11/2014.

EURASIANET. **Kyrgyzstan coal wars stymie critical industry**. 26/02/2014. Disponível em: <<http://www.eurasianet.org/node/68090>>. Acesso em: 13/11/2014.

EURASIANET. **Turkmenistan: Iranian President Gushes about Pipeline Potential**. 06/01/2010. Disponível em: <www.eurasianet.org/departments/business/articles/eav010710b.shtml>. Acesso em: 15/10/2014.

EY. **Kazakhstan oil and gas tax guide 2014**. Disponível em:
<[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Kazakhstan_oil_and_gas_tax_guide_2014/\\$FILE/EY-Kazakhstan_oil_and_gas_tax_guide_2014.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Kazakhstan_oil_and_gas_tax_guide_2014/$FILE/EY-Kazakhstan_oil_and_gas_tax_guide_2014.pdf)>. Acesso em: 11/11/2014.

FEDERAÇÃO RUSSA. **Dogovor o dobrososedstve, družbe i sotrudnichestve mezhd Rossiiskoi Federatsiei i Kitaiskoi Narodnoi Respublikoi**. 2001a. Disponível em: <<http://archive.kremlin.ru/text/docs/2001/07/30565.shtml>>. Acesso em: 20/12/2014.

FEDERAÇÃO RUSSA. **Deklaratsiia o sozdanii Shankhaiskoi Organizatsii Sotrudnichestva**. 2001b. Disponível em:
<<http://archive.kremlin.ru/articles/intevents2d.shtml>>. Acesso em: 01/12/2014.

FEDERAÇÃO RUSSA. **Visits within Russia**. 2010. Disponível em:
<<http://archive.premier.gov.ru/eng/visits/ru/10667/info/10663/>>. Acesso em 10/10/2014.

FÓRUM DOS PAÍSES EXPORTADORES DE GÁS NATURAL. **GEFC Members and Observers**. 2014a. Disponível em: <<http://www.gecf.org/gecfmembers/gecf-countries>>. Acesso em: 28/11/2014.

FÓRUM DOS PAÍSES EXPORTADORES DE GÁS NATURAL. **Mission**. 2014b. Disponível em: <<http://www.gecf.org/aboutus/mission>>. Acesso em: 28/11/2014.

FÓRUM INTERNACIONAL DE ENERGIA. **International Energy Forum Charter**. Riad, 2011. Disponível em: <https://www.ief.org/_resources/files/pages/ief-charter/ief-charter.pdf>. Acesso em: 29/11/2014.

FUMAGALLI, Matteo. **Framing ethnic minority mobilisation in Central Asia: The cases of Uzbeks in Kyrgyzstan and Tajikistan**. Europe-Asia Studies. Volume 59, nº 4. Londres: Routledge, 2007. Disponível em:
<<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/09668130701289869>>. Acesso em: 18/12/2014.

GAZPROM INTERNATIONAL. **Regions: Tajikistan**. Disponível em: <<http://gazprom-international.com/en/operations/country/tajikistan>>. Acesso em: 15/11/2014.

GAZPROM. **Fieds: Uzbekistan**. 2015. Disponível em:
<<http://www.gazprom.com/about/production/projects/deposits/uzbekistan/>>. Acesso em: 02/01/2015.

GAZPROM. **About Gazprom: History: Chronicle: 1989-1995**. 2014a. Disponível em:
<<http://www.gazprom.com/about/history/chronicle/1989-1995/>>. Acesso em: 14/05/2014.

GAZPROM. **Shares**. 2014b. Disponível em: <<http://www.gazprom.com/investors/stock/>>. Acesso em: 10/12/2014.

GAZPROM. **Gas and oil reserves**. 2014c. Disponível em:
<<http://www.gazprom.com/about/production/reserves/>>. Acesso em: 19/11/2014.

GAZPROM. **Blue Stream**. 2014d. Disponível em:
<<http://www.gazprom.com/about/production/projects/pipelines/blue-stream/>>. Acesso em: 17/11/2014.

GAZPROM. **South Stream**. 2014e. Disponível em:
<<http://www.gazprom.com/about/production/projects/pipelines/south-stream/>>. Acesso em: 20/12/2014.

GAZPROM. **Zakupki gaza**: Strategia. 2014f. Disponível em:
<<http://www.gazprom.ru/about/production/central-asia/>>. Acesso em: 20/10/2014.

GAZPROM. **Fields**: Kazakhstan: Tsentralnoye Field. 2014g. Disponível em:
<[http://www.gazprom.com/about/production/project\[20--\]eports/kazakhstan/](http://www.gazprom.com/about/production/project[20--]eports/kazakhstan/)>. Acesso em: 20/12/2014.

GEOLOGY.COM. **Russia Map/Russia Satellite Image**. Disponível em:
<<http://geology.com/world/russia-satellite-image.shtml>>. Acesso em: 19/11/2014.

GODOY, Arilda Schmidt. A pesquisa qualitativa e sua utilização em Administração de Empresas. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 35, no. 4. São Paulo, jul/ago de 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901995000400008&script=sci_arttext>. Acesso em: 20/03/2014.

GOLUBKOVA. Rosneft buys rest of Itera from founder for \$2.9 billion. **Reuters**. 02/07/2013. Disponível em: <<http://uk.reuters.com/article/2013/07/02/us-russia-rosneft-itera-idUSBRE9610FB20130702>>. Acesso em: 15/11/2014.

GORDON, Deborah; SAUTIN, Yevgen. **Opportunities and Challenges confronting Russian Oil**. 28/05/2013. Disponível em:
<<http://carnegieendowment.org/2013/05/28/opportunities-and-challenges-confronting-russian-oil>>. Acesso em: 23/09/2014.

HAAS, Ernst B. Words can hurt you; or, who said what to whom about regimes. **International Organization**, vol. 36, nº 2. Madison: University of Wisconsin Press, 1982, pgs. 207-243. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2706521>>. Acesso em: 08/04/2014.

HAUSLOHNER, Abigail; WAN, William. China, Russia sign \$400 billion gas deal. **The Washington Post**. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/world/europe/china-russia-sign-400-billion-gas-deal/2014/05/21/364e9e74-e0de-11e3-8dcc-d6b7fede081a_story.html>. Acesso em: 20/09/2014.

HUMAN AND SOCIAL DYNAMICS. **The dynamics of civil war outcomes in Bosnia and the North Caucasus**. 2010. Disponível em:
<<http://www.colorado.edu/ibs/waroutcomes/pics/ethnicMap.jpg>>. Acesso em: 18/12/2014.

HUMAN RIGHTS IN UKRAINE. **Uzbekistan**: No justice 7 years after Andijan massacre. Disponível em: <<http://khpg.org/en/index.php?id=1337024417>>. Acesso em: 20/11/2014.

ICASUALTIES. **Operation Enduring Freedom**. 2015. Disponível em:
<<http://icasualties.org/OEF/>>. Acesso em: 02/01/2015.

IEA - INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Russian Federation**: indicators for 2012. 2014a. Disponível em:
<<http://www.iea.org/statistics/statisticssearch/report/?year=2012&country=RUSSIA&product=Indicators>>. Acesso em: 19/11/2014.

IEA - INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Update on Overseas Investments by China's National Oil Companies: Achievements and Challenges since 2011.** 2014b.

Disponível em:

<<http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/PartnerCountrySeriesUpdateonOverseasInvestmentsbyChinasNationalOilCompanies.pdf>>. Acesso em: 30/10/2014.

IEF14. **Russian Steps.** Disponível em:

<https://www.ief.org/_resources/files/events/ief14/russia-minister-of-energy.pdf>. Acesso em: 29/11/2014.

IEPD. **CN-17: Energy Development Plan of the 12th Five-Year Plan.** 2013. Disponível em:

<<http://iepd.iipnetwork.org/policy/energy-development-plan-12th-five-year-plan>>.

Acesso em: 30/10/2014.

INOGATE. **Tajikistan.** [20--a]. Disponível em:

<http://w1.inogate.org/index.php?option=com_inogate&view=countrysector&id=70&Itemid=63&lang=en>. Acesso em: 15/11/2014.

INOGATE. **In brief.** [20--b]. Disponível em: <<http://www.inogate.org/pages/1?lang=en>>.

Acesso em: 28/11/2014.

INOGATE. **Republic of Kazakhstan.** [20--c]. Disponível em:

<<http://www2.inogate.org/html/countries/kazakhstan.htm>>. Acesso em: 02/11/2014.

INTERNATIONAL GAS UNION'S GAS MARKET INTEGRATION TASK FORCE. **The Iran-Pakistan-India Pipeline Project: Cross-Border Gas Pipeline Challenges.** [20--].

Disponível em:

<<http://www.iapg.org.ar/WGC09/admin/archivosNew/Special%20Projects/3.%20IGU%20GMI%20Guidelines/3.%20IGU%20GMI%20Guidelines%20FINAL%20-%20CD%20contents/Iran%20Pakistan%20India.pdf>>. Acesso em: 17/11/2014.

JAFAROVA, Aynur. Kyrgyzstan, China ink agreement on gas pipeline construction.

Azernews. 19/12/2013. Disponível em: <<http://www.azernews.az/region/62733.html>>.

Acesso em: 09/09/2014.

JERVIS, Robert. **Security Regimes. International Organization**, vol. 36, nº 2. Madison: University of Wisconsin Press, 1982, pgs. 207-243. Disponível em:

<<http://www.jstor.org/stable/2706526>>. Acesso em: 08/04/2014.

JOSEFSON, J.; ROTAR, A.; RICE, B. **Oil and gas regulation in the Russian Federation: overview.** 2014. Practical Law. Multi-jurisdictional Guide 2014 - Energy and Natural Resources. Disponível em:

<<http://uk.practicallaw.com/0-527-3028?source=relatedcontent#a103146>>. Acesso em: 18/10/2014.

KAZAKHOIL AKTOBE. **O kompanii.** 2013. Disponível em: <<http://www.koa.kz/ru/>>.

Acesso em: 20/12/2014.

KAZAKHSTAN TEMIR ZHOLY. **About the company.** [20--]. Disponível em:

<<http://www.railways.kz/en/node/1036>>. Acesso em: 12/11/2014.

KAZTRANSOIL. **Annual Report.** 2013. Disponível em:

<<http://www.kaztransoil.kz/doc/en/739.pdf>>. Acesso em: 12/11/2014.

KELLER, Shoshana. Soviet Central Asia: laying a foundation *in* _____. **To Moscow, not Mecca: the Soviet Campaign against Islam in Central Asia, 1917-1941.** Westport, CT: Praeger Publishers, 2004. Disponível em: <<http://psi.praeger.com/doc.aspx?d=/books/dps/2000a8ec/2000a8ec-p2000a8ec9970069001.xml>>. Acesso em: 17/10/2014.

KHALMETOV, Damir; PRENTICE; Alessandra; BAIRD, Jane. Table - Largest Russian coal companies' February output. **Reuters**, 18/04/2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2013/04/18/russia-coal-idUSL5N0D52DH20130418>>. Acesso em: 30/10/2014.

KMG. **Oil and Gas Sector.** 2014a. Disponível em: <http://www.kmgep.kz/eng/about_kazakhstan/oil_and_gas_sector/>. Acesso em: 11/11/2014.

KMG. **Kazakhstan-China Oil Pipeline.** 2014b. Disponível em: <http://www.kmg.kz/en/manufacturing/oil/kazakhstan_china/>. Acesso em: 02/11/2014.

KMG. **Atyrau-Samara Pipeline.** 2014c. Disponível em: <http://www.kmg.kz/en/manufacturing/oil/atyrau_samara/>. Acesso em: 01/11/2014.

KMG. **Oil Transportation.** 2014d. Disponível em: <<http://www.kmg.kz/en/manufacturing/oil/>>. Acesso em: 18/11/2014.

KMG. **Our business.** 2014e. Disponível em: <http://www.kmgep.kz/eng/the_company/our_business/#activity> Acesso em: 24/12/2014.

KNOC. **Operations: Uzbekistan.** 2014. Disponível em: <http://www.knoc.co.kr/ENG/sub03/sub03_1_1_5.jsp>. Acesso em: 16/11/2014.

KOGAS. **Exploration Projects.** 2014. Disponível em: <www.kogas.or.kr/en/what/production/exploration.action>. Acesso em: 02/01/2015.

KPC. **O kompanii.** 2014. Disponível em: <http://www.kpc.kg/ru/about_company/>. Acesso em: 13/11/2014.

KRAMER, Mark. The Perils of Counterinsurgency. **International Security**, Vol. 29, nº 3, Cambridge: MIT Press, 2004. Pgs. 5 a 62. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/journals/international_security/v029/29.3kramer.html>. Acesso em: 10/12/2014.

KRASNER, Stephen D. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. **International Organization**, vol. 36, nº 2. Madison: University of Wisconsin Press, 1982, pgs. 185-205. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2706520>>. Acesso em: 06/03/2014.

LA FRANCE AU TAJIKISTAN. **Présentation et missions du DETAIR.** 2012. Disponível em: <<http://www.ambafrance-tj.org/Presentation-et-missions-du-DETAIR>>. Acesso em: 22/11/2014.

LESAGE, Dries; VAN DE GRAAF, Thijs; WESTPHAL, Kirsten. **Global Energy Governance in a Multipolar World.** Farnham, Surrey: Ashgate Publishing, 2010.

LIEW, Leong e WANG, Shaoguang. **Nationalism, Democracy and National Integration in China**. Londres: Routledge, 2004.

LIN, Yutang. **My Country and My People**. Nova York: Reynal & Hitchcock, 1935.

LO, B. **Axis of Convenience**: Moscow, Beijing and the New Geopolitics. Washington: Brookings Institution Press, 2008.

LOST ISLAMIC HISTORY. **The life of Imam Abu Hanifa**. [20--]. Disponível em: <<http://lostislamichistory.com/the-life-of-imam-abu-hanifa/>>. Acesso em: 10/11/2014.

LU, Hsun. On 'Face', tradução para o inglês de Yang Xianyi e Gladys Yang. _____ **Selected Works of Lu Hsun**. Pequim: Foreign Language Press, 1959.

LUKOIL OVERSEAS. **Kazakhstan**. 2014a. Disponível em: <<http://lukoil-overseas.com/projects/kazakhstan/>>. Acesso em: 11/11/2014.

LUKOIL OVERSEAS. **Uzbekistan**. 2014b. Disponível em: <<http://www.lukoil-overseas.uz/en>>. Acesso em: 16/11/2014.

MARKETOS, Thrassos. **China's Energy Geopolitics**: The Shanghai Cooperation Organization and Central Asia. Londres: Routledge, 2009.

MINING TECHNOLOGY. **Coal giants**: the world's biggest coal producing countries. 04/03/2014. Disponível em: <<http://www.mining-technology.com/features/featurecoal-giants-the-worlds-biggest-coal-producing-countries-4186363/>>. Acesso em: 10/12/2014.

MINISTÉRIO DA ENERGIA DA FEDERAÇÃO RUSSA. **Energeticheskaya politika/Energy Strategy of Russia for the period up to 2030**. Moscou, 2010. Disponível em: <[http://www.energystrategy.ru/project\[20--\]ocs/ES-2030_\(Eng\).pdf](http://www.energystrategy.ru/project[20--]ocs/ES-2030_(Eng).pdf)>. Acesso em: 20/11/2014.

MNP PETROLEUM. **Home**. 2014. Disponível em: <<http://mnppetroleum.com>>. [20--]. Acesso em: 20/11/2014.

NAÇÕES UNIDAS. **Population and Vital Statistics Report**. Statistical Papers, Series A, vol. LXVI. Nova York: Department of Economic and Social Affairs, 2014. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/Demographic/products/vitstats/Sets/Series_A_2014.pdf>. Acesso em: 02/11/2014.

NAÇÕES UNIDAS. **Tajikistan**: UNMOT: Background. 2000. Disponível em: <[http://www.un.org/Dept\[20--\]PKO/Missions/unmot/UnmotB.htm](http://www.un.org/Dept[20--]PKO/Missions/unmot/UnmotB.htm)>. Acesso em: 10/09/2014.

NASDAQ. **Can coal exports compensate for domestic coal's plunge?** 10/08/2012. Disponível em: <<http://www.nasdaq.com/article/can-coal-exports-compensate-for-domestic-coals-plunge-cm162976>>. Acesso em: 30/10/2014.

LU, Ning. **The Dynamics of Foreign-Policy Decision-making in China**. Boulder: Westview Press, 2000.

NORTH CASPIAN OPERATING COMPANY. **Co-venturers**. [20--]. Disponível em: <<http://www.ncoc.kz/en/ncoc/co-venturers.aspx>>. Acesso em: 20/12/2014.

NUCLEAR ENERGY AGENCY. **Member Countries and dates of accession**. 2014. Disponível em: <<http://www.oecd-neo.org/nea/mcnea.html>>. Acesso em: 10/12/2014.

O'ZBEKKO'MIR. **Ugol'naia promyshlennost' Respubliki Uzbekistan**. 2014. Disponível em: <<http://www.coal.uz/about.htm>>. Acesso em: 12/12/2014.

OGJ. **Russia cancels Gazprom, Rosneft merger**. 2005. Disponível em: <<http://www.ogj.com/articles/print/volume-103/issue-20/general-interest/russia-cancels-gazprom-rosneft-merger.html>>. Acesso em: 20/03/2014.

OIL&GAS TECHNOLOGY. **Turkmenistan supplying a sixth of China's gas after CNPC opens plant in the Bagtyialyk area**. 2014. Disponível em: <<http://www.oilandgastechology.net/downstream-news/turkmenistan-supplying-sixth-china's-gas-after-cnpc-opens-plant-bagtyialyk-area>>. Acesso em: 15/11/2014.

OLCOTT, M. **Central Asia's second chance**. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2005.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE SEGURANÇA COLETIVA. **Carta da Organização do Tratado de Segurança Coletiva**. Chisinau, 2002.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE SEGURANÇA COLETIVA. **Organizatsiia Dogovora o kollektivnoi bezopasnosti**. [20--]. Disponível em: <http://odkb.gov.ru/start/index_aengl.htm>. Acesso em: 10/12/2014.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **A short history of NATO**. [20--]. Disponível em: <<http://www.nato.int/history/nato-history.html>>. Acesso em: 10/11/2014.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO DE XANGAI. **Carta da Organização para a Cooperação de Xangai**. 2002. Disponível em:

<<http://www.sectsco.org/EN123/show.asp?id=69>>. Acesso em: 01/12/2014.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO DE XANGAI. **Chronicle of main events at SCO in 2007**. Disponível em: <<http://www.sectsco.org/EN123/show.asp?id=97>>. Acesso em: 09/10/2014.

OTT, Stephanie. Russia tightens control over Kyrgyzstan. **The Guardian**. 18/09/2014. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2014/sep/18/russia-tightens-control-over-kyrgyzstan>>. Acesso em: 10/11/2014.

PALLIN, C. **Russian Military Reform: A Failed Exercise in Defence Decision Making**. Abingdon: Routledge Contemporary Russia and Eastern Europe Series, 2009.

PAN, Guang. **China and Central Asia: Charting a New Course for Regional Cooperation**. China Brief. Vol. 7. Ed. 3. 07/02/2007. Disponível em: <[http://www.jamestown.org/programs/chinabrief/single/?tx_ttnews\[tt_news\]=32468&tx_ttnews\[backPid\]=197&no_cache=1#.VHxKzzGsXAk](http://www.jamestown.org/programs/chinabrief/single/?tx_ttnews[tt_news]=32468&tx_ttnews[backPid]=197&no_cache=1#.VHxKzzGsXAk)>. Acesso em: 01/12/2014.

PAYIN, Emil A. e POPOV, Arkady A. Chechnya in AZRAEL, Jeremy R e PAYIN, Emil A. **U.S. and Russian Policymaking With Respect to the Use of Force**. Rand Center for

Russian and Eurasian Studies. Center for Ethnopolitical and Regional Research. 1996. Disponível em: <http://www.rand.org/pubs/conf_proceedings/CF129/CF-129-chapter2.html>. Acesso em: 12/12/2014.

PENG, Wuyuan. **The Evolution of China's Coal Institutions**. Freeman Spogli Institute for International Studies. PESD Stanford. Working Paper series #86. Agosto de 2009. Disponível em: <[http://reap2-
ws1.stanford.edu/publications/evolution_of_chinas_coal_institutions_the/](http://reap2-
ws1.stanford.edu/publications/evolution_of_chinas_coal_institutions_the/)>. Acesso em: 20/10/2014.

PETRONAS. **Petronas signs PSA and GTL agreements in Uzbekistan**. 2008. Disponível em: <<http://www.petronas.com.my/media-relations/media-releases/Pages/article/PETRONAS-SIGNS-PSA-AND-GTL-AGREEMENTS-IN-UZBEKISTAN.aspx>> Acesso em: 20/12/2014.

PIPELINE AND GAS JOURNAL. **China extends a helping hand**. 2009. Disponível em: <<http://www.pipelineandgasjournal.com/china-extends-helping-hand>>. Acesso em: 03/11/2014.

PIPELINES INTERNATIONAL. **Gazprom to prepare feasibility study on ‘pre-Caspian’ gas pipeline**. Disponível em: <http://pipelinesinternational.com/news/gazprom_to_prepare_feasibility_study_on_pre_caspian_gas_pipeline/011514/>. Acesso em: 17/11/2014.

PORT AKTAU. **Vorota segodnya**. Disponível em: <<http://www.portaktau.kz/port-aktau/port-aktau-segodnya/>>. Acesso em: 10/11/2014.

QIU, X. e LI, H. **Energy Regulation and Legislation in China**. 2012. Disponível em: <<http://www.epa.gov/ogc/china/Qiu.pdf>>. Acesso em: 12/12/2014.

QUIRGUISTÃO, República do. **O sozdanii Gosudarstvennoy kompanii Kyrgyzkomur**. Disponível em: <http://base.spinform.ru/show_doc.fwx?rgn=52597>. Acesso em: 02/11/2014.

RAILWAY PRO. **Uploads**. 2014. Disponível em: <<http://www.railwaypro.com/wp/wp-content/uploads/2014/01/>>. Acesso em: 17/11/2014.

REKACEWICZ, Philippe. **Stratégies pour le transport de ressources énergétiques**. 2007. Disponível em: <<http://www.cartografareilpresente.org/article182.html>>. Acesso em: 31/10/2014.

RICKLETON, Chris. **Gazprom Bails on Buying Central Asian Gas**. Eurasianet. 10/10/2014. Disponível em: <<http://www.eurasianet.org/node/70406>>. Acesso em: 15/11/2014.

ROSNEFT. **History of Rosneft**. 2014a. Disponível em: <www.rosneft.com/about/history/>. Acesso em: 14/05/2014.

ROSNEFT. **Upstream: Aday Block (Kazakhstan)**. 2014b. Disponível em: <http://www.rosneft.com/Upstream/Exploration/international/aday_kazakhstan/>. Acesso em: 02/01/2015.

ROSNEFT. **Upstream**: Kurmangazy (Kazakhstan). 2014c. Disponível em:
<http://www.rosneft.com/Upstream/Exploration/international/kurmangazy_kazakhstan/>.
Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

RT. **Gazprom buys out Kyrgyzgaz for \$1**. 10/04/2014. Disponível em:
<<http://rt.com/business/gazprom-kyrgyzgaz-buys-out-580/>>. Acesso em: 12/11/2014.

RT. **Kyrgyzstan reveals riots death toll: at least 893 victims**. Disponível em:
<<http://rt.com/news/kyrgyzstan-riots-death-toll/>>. 12/07/2010. Acesso em: 15/12/2014.

RULERS.ORG. **Rulers**. Disponível em: <<http://rulers.org>>. Acesso em: 10/01/2015.

SAFIROVA, E. **The mineral industry of Tajikistan**. 2013. Disponível em:
<<http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/country/2012/myb3-2012-ti.pdf>>. Acesso em:
09/11/2014.

SCHLUMBERGER. **Merak Fiscal Model Library**. 2012. Disponível em:
<http://www.software.slb.com/Lists/SalesandMarketingDocuments/Attachments/110/merak_fml_model_list_v2012.pdf>. Acesso em: 15/11/2014.

SCHLUMBERGER. **Schlumberger Announces Second-Quarter 2014 Results**. 2014.
Disponível em:
<http://www.slb.com/news/press_releases/2014/2014_0717_q2_earnings.aspx>. Acesso em:
15/11/2014.

SCOMI GROUP. **Turkmenistan contract pushes order book to RM4.9bil**. 13/05/2013.
Disponível em:
<http://www.scomigroup.com/weboffice/files/news/5132013_60257PM_MNR_Dragon%20Oil%20Turkmenistan%20Contract_13%20May%202013_Final.pdf>. Acesso em:
15/11/2014.

SECRETARIA NACIONAL DE ESTATÍSTICAS DA CHINA. **China Statistical Yearbook 2013**. Pequim: China Statistics Press, 2013. Disponível em:
<<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2013/indexee.htm>>. Acesso em: 21/10/2014.

SERVIÇO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA GRÃ-BRETANHA. **The China-Kyrgyzstan-Uzbekistan Railway project 2014**. Disponível em:
<<https://www.gov.uk/government/publications/the-china-kyrgyzstan-uzbekistan-railway-project>>. Acesso em: 13/11/2014.

SINOPEC. **Exploration and Oil Production**. 2014. Disponível em:
<http://english.sinopec.com/about_sinopec/our_business/exploration_oil_production/>.
Acesso em: 30/10/2014.

SOLDATKIN, Vladimir; CALLUS, Andrew. **The Globe and Mail**: Russia's Rosneft pays out \$40-billion in historic TNK-BP deal completion. Disponível em:
<<http://www.theglobeandmail.com/report-on-business/industry-news/energy-and-resources/russias-rosneft-pays-out-40-billion-in-historic-tnk-bp-deal-completion/article10064378/>>. Acesso em: 19/11/2014.

STANCATI, Margherita. **Last of U.S. Marines Leave Afghanistan's Helmand Province.** The Wall Street Journal. 27/10/2014. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/last-of-u-s-marines-leave-afghanistans-helmand-province-1414410005>>. Acesso em: 21/11/2014.

STARR, S. Frederick; KUCHINS, Andrew C. **The Key to Success in Afghanistan: a modern Silk Road Strategy.** Silk Road Paper. Maio de 2010. Disponível em: <<http://www.silkroadstudies.org/new/docs/silkroadpapers/1005Afghan.pdf>>. Acesso em: 17/11/2014.

STEIN, Arthur A. Coordination and Collaboration: regimes in an anarchic world. **International Organization**, vol. 36, nº 2. Madison: University of Wisconsin Press, 1982, pgs. 299-324. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2706524>>. Acesso em: 08/04/2014.

STRANGE, Susan. Cave! Hic Dragones: A Critique of Regime Analysis. **International Organization**, vol. 36, nº 2. Madison: University of Wisconsin Press, 1982, pgs. 479-476. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2706530>>. Acesso em: 18/05/2014.

SUTTER, R. **China's rise: implications for U.S. leadership in Asia.** Washington: East-West Center, 2006.

TASS. **CSTO peacekeeping exercises will be held July29-August 1.** Disponível em: <<http://itar-tass.com/en/world/742312>>. Acesso em: 05/12/2014.

TENGIZCHEVROIL. **Company overview.** 2014. Disponível em: <<http://www.tengizchevroil.com/about/overview>>. Acesso em: 11/11/2014.

TENGRINEWS. **Construction of gas pipeline in Kazakhstan's north will start in 2013.** 23/12/2012. Disponível em: <http://en.tengrinews.kz/industry_infrastructure/Construction-of-gas-pipeline-in-Kazakhstans-north-will-start-in-2013-15536/>. Acesso em: 03/11/2014.

TETHYS PETROLEUM. **Operations:** Tajikistan. [20--]. Disponível em: <<http://www.tethyspetroleum.com/operations/tajikistan/default.aspx?LanguageId=1>>. Acesso em: 15/11/2014.

THE DIPLOMAT. **Russia and the SCO Military Exercises.** Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/08/russia-and-the-sco-military-exercises/>>. Acesso em: 06/12/2014.

THE ENERGY CHARTER TREATY. _____ 14/07/2014. Disponível em: <http://www.encharter.org/fileadmin/user_upload/document/Treaty_texts/Consolidated_Treaty_and_related_documents.pdf>. Acesso em: 20/12/2014.

THE SHIFT PROJECT. **Historical Energy Production Statistics.** 2014. Disponível em: <<http://www.tsp-data-portal.org/Energy-Production-Statistics#tspQvChart>>. Acesso em: 19/11/2014.

TRACECA. **TRACECA member countries.** 2014. Disponível em: <<http://www.traceca.org/en/countries/>>. Acesso em: 28/11/2014.

TRENIN, D. **The End of Eurasia: Russia on the Border between Geopolitics and Globalization.** Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2002.

TSYGANKOV, A. **Russia's Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2006.

UN DATA. **Countries and areas**: Russian Federation. 2014a. Disponível em: <<http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Russian%20Federation>>. Acesso em: 19/11/2014.

UN DATA. **Countries and areas**: Kazakhstan. 2014b. Disponível em: <<http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Kazakhstan>>. Acesso em: 10/12/2014.

UNIÃO EUROPEIA. **Ministerial Declaration on Enhanced energy co-operation between the EU, the Littoral States of the Black and Caspian Seas and their neighbouring countries**. Bruxelas, 2006.

WENDT, Alexander. A anarquia é o que os estados fazem dela (trad. de Rodrigo Duque Estrada). 1992. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**. Dourados, 2013.

WORLD COAL. **Coal facts**. 2014. Disponível em: <[http://www.worldcoal.org/bin/pdf/original_pdf_file/coal_facts_2014\(12_09_2014\).pdf](http://www.worldcoal.org/bin/pdf/original_pdf_file/coal_facts_2014(12_09_2014).pdf)>. Acesso em: 28/10/2014.

WORLD COAL. **The Mining Landscape**: Part One. 2013. Disponível em: <http://www.worldcoal.com/news/coal/articles/The_mining_landscape_Part_One_140.aspx#.Vlgr3tGaT8>. Acesso em: 10/12/2014.

XTRACT RESOURCES. **Update on Kyrgyz Republic Assets**. 2012. Disponível em: <<http://www.xtractresources.com/rns/Update%20on%20Kyrgyz%20Republic%20assets%20May2012.pdf>>. Acesso em: 13/11/2014.

YANG, Jing. China bid to curb coal output seen lifting prices by 10%. **Bloomberg**. 12/07/2014. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/2014-09-11/china-bid-to-curb-coal-output-seen-lifting-prices-by-10-.html>>. Acesso em: 30/10/2014.

YOUNG, Oran R. Regime dynamics: The Rise and Fall of International Regimes. **International Organization**, vol. 36, nº 2. Madison: University of Wisconsin Press, 1982, pgs. 277-297. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2706523>>. Acesso em: 08/04/2014.

Anexo 1: Lista de líderes oficiais dos estados independentes de Cazaquistão, Federação Russa, Quirguistão, República Popular da China (RPC), Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão desde 1989¹⁵

Estado	Período	Líder	Função
Cazaquistão	1990-	Nursultan Nazarbayev	Presidente
Federação Russa	1991-1999	Bóris Iéltin	Presidente
	1999-2008	Vladimir Putin	
	2008-2012	Dmitry Medvedev	
	2012-	Vladimir Putin	
Quirguistão	1990-2005	Askar Akayev	Presidente
	2005-2010	Kurmanbek Bakiyev	
	2010-2011	Roza Otunbayeva	
	2011-	Almazbek Atambayev	
RPC	1989-2002	Jiang Zemin	Secretário-geral do Partido Comunista Chinês
	2002-2012	Hu Jintao	
	2012-	Xi Jinping	
Tadjiquistão	1991-1992	Kadriddin Aslonov, Rakhmon Nabiyev, Akbarsho Iskandarov	Presidente
	1992-	Emomalii Rahmon	
Turcomenistão	1990-2006	Saparmurat Niyazov	Presidente
	2006-	Gurbanguly Berdimuhamedow	
Uzbequistão	1990-	Islam Karimov	Presidente

Fonte: elaboração própria, com dados de Rulers.org (2015)

¹⁵ Até janeiro de 2015.

Anexo 2: Tabela de Conversão de Unidades

CONVERSÕES EQUIVALENTES DE ENERGIA				
	Milhões de Btu (<i>British thermal units</i>)	Giga (10 ⁹) Joules	tep (toneladas métricas equivalentes de petróleo)	TCE (toneladas métricas equivalentes de carvão)
Milhões de Btu (<i>British thermal units</i>)	1.00000	0.94782	39.68320	27.77824
Giga (10 ⁹) Joules	1.05506	1.00000	41.86800	29.30760
tep (toneladas métricas equivalentes de petróleo)	0.02520	0.02388	1.00000	0.70000
TCE (toneladas métricas equivalentes de carvão)	0.03600	0.03412	1.42857	1.00000

CONVERSÕES EQUIVALENTES DE MASSA					
	<i>Short Tons</i>	Quilogramas	Toneladas métricas	<i>Long Tons</i>	Libras
<i>Short Tons</i>	1.00000	0.00110	1.10231	1.12000	0.00050
Quilogramas	907.18470	1.00000	1000.00000	1016.04700	0.45359
Toneladas métricas	0.90718	0.00100	1.00000	1.01605	0.00045
<i>Long Tons</i>	0.89286	0.00098	0.98421	1.00000	0.00045
Libras	2000.00000	2.20462	2204.62272	2240.00030	1.00000

CONVERSÕES EQUIVALENTES DE VOLUME					
	Barris	<i>U.S. Gallons</i>	Litros	Pés cúbicos	Metros cúbicos
Barris	1.00000	0.02381	0.00629	0.17811	6.28981
<i>U.S. Gallons</i>	42.00000	1.00000	0.26417	7.48049	264.17200
Litros	158.98730	3.78541	1.00000	28.31676	1000.00000
Pés cúbicos	5.61460	0.13368	0.03531	1.00000	35.31478
Metros cúbicos	0.15899	0.00379	0.00100	0.02832	1.00000

Fonte: EIA, [20--]